

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Nayibel De Los Angeles Garcia Siso

**IMIGRANTES VENEZUELANOS E SUA INSERÇÃO NO TRABALHO
DO AGRONEGÓCIO NO RIO GRANDE DO SUL: TRABALHADORES
QUALIFICADOS, DÓCEIS E DE BAIXO CUSTO?**

Santa Maria, RS
2023

Nayibel De Los Angeles Garcia Siso

**IMIGRANTES VENEZUELANOS E SUA INSERÇÃO NO TRABALHO DO
AGRONEGÓCIO NO RIO GRANDE DO SUL: TRABALHADORES QUALIFICADOS,
DÓCEIS E DE BAIXO CUSTO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Extensão Rural.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Siso, Nayibel De Los Angeles Garcia
Imigrantes venezuelanos e sua inserção no trabalho do agronegócio no Rio Grande do Sul: trabalhadores qualificados, dóceis e de baixo custo? / Nayibel De Los Angeles Garcia Siso.- 2023.
151 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, RS, 2023

1. Migrações internacionais 2. Agronegócio 3. Trabalho rural 4. Redes sociais migratórias 5. Governança migratória
I. Picolotto, Everton Lazzaretti II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UPFM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, NAYIBEL DE LOS ANGELES GARCIA SISO, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Nayibel de los Angeles Garcia Siso

**IMIGRANTES VENEZUELANOS E SUA INSERÇÃO NO TRABALHO DO
AGRONEGÓCIO NO RIO GRANDE DO SUL: TRABALHADORES QUALIFICADOS,
DÓCEIS E DE BAIXO CUSTO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Extensão Rural

Aprovada em 01 do novembro de 2023:

Everton Lazzaretti Piccolotto, Dr. (UFSM) – Videoconferência
(Presidente Orientador)

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM) – Videoconferência

João Carlos Tedesco, Dr. (UPF) – Videoconferência

Santa Maria, RS
2023

Ao Pedro, Paula e Maximiliano, que conseguem me manter em pé,
porque, embora Deus seja a luz do meu caminho,
são eles, que colocam a lanterna brilhando na minha mão.
Às âncoras da minha vida, Magaly e Pedro , os encontrarei novamente.
Ao Max, que me deixa quando for preciso, e me resgata sem eu perceber.
Amo vocês imensamente.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus Jeová, porque sem dúvida nenhuma, todo presente perfeito vem dele.

Ao Prof. Everton, que com paciência e perseverança, ofereceu-me as orientações na hora certa e na medida certa; meu carinho, admiração e respeito, sempre permanecerão com você.

Às minhas irmãs Nayira y Nayadeth; vocês me inspiram, seu amor e a sua confiança, me dão vontade e força.

Aos nossos amigos em Santa Maria: Carine, André, Taís, Vítor, a pequena Vitória, Matheus, Naivi, Lizandra e Geolvane, Milexa, Ivon e sua família, Josías e sua família, e a Sra. Carmen. Também aos amigos e colegas do Max da UFSM. Sua amizade e apoio fizeram a diferença para mim e minha família, enchendo nossos corações enquanto recomeçamos nossas vidas.

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), por me abrirem seus espaços e me oferecerem a oportunidade de aumentar meu nível profissional, e, pelos laços de amizade que me acompanharam, especialmente às minhas colegas e amigas, Roselaine e Marília.

Aos professores do PPGExR da UFSM que ministraram as disciplinas que cursei, compartilhando uma profunda sensibilidade pelo rural brasileiro e trazendo as bibliografias essenciais para a discussão, especialmente aos professores Joel Marin e Marcos Piccin.

Ao Sr. Gildo, e à Casa do Migrante e suas funcionárias, Letícia e Camile; pelo acolhimento e facilitação do contato com vários dos entrevistados. Sua solidariedade faz a diferença na vida de muitas pessoas.

Aos próprios venezuelanos e seus familiares, por compartilharem suas experiências com tanta confiança, sinceridade e respeito; que Deus continue abençoando seus caminhos, que encontrem sempre conforto, refúgio e paz, vocês merecem!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pelo apoio na concessão da bolsa para realização dos estudos no segundo ano do mestrado.

RESUMO

IMIGRANTES VENEZUELANOS E SUA INSERÇÃO NO TRABALHO DO AGRONEGÓCIO NO RIO GRANDE DO SUL: TRABALHADORES QUALIFICADOS, DÓCEIS E DE BAIXO CUSTO?

AUTORA: Nayibel De Los Angeles Garcia Siso

ORIENTADOR: Everton Lazzaretti Picolotto

Na última década, o cenário migratório internacional no Brasil passou por mudanças na quantidade e na origem dos imigrantes. Atualmente, a grande maioria é originário do Sul Global, especialmente de países latino-americanos e africanos, onde os venezuelanos são a nacionalidade mais populosa. O relatório anual Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) referente ao ano de 2021, revela que 1,3 milhões de imigrantes internacionais moravam em território brasileiro com vistos de residentes ou temporários; esses dados continuam a subir cada ano, e, ainda mais, se somar também os refugiados e solicitantes de refúgio. As redes migratórias e as intermediações dos atores envolvidos parecem ter muita influência no fenômeno migratório; além de uma legislação favorável à entrada e permanência de imigrantes internacionais no Brasil. Por sua vez, o mercado de trabalho demonstra interesse na inserção dos imigrantes, onde as contratações cresceram significativamente na última década, principalmente no setor da indústria e dos trabalhadores agropecuários. Nesse cenário, o objetivo dessa dissertação é analisar como acontece a inserção no espaço social e no mercado de trabalho do agronegócio de imigrantes internacionais venezuelanos no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e documental, com amostragem intencional de um grupo de migrantes venezuelanos no Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi possível mediante entrevistas semiestruturadas, dados de fontes secundárias e revisão de bibliografia vinculada às categorias de pesquisa abrangidas. Conclui-se que, o Brasil, ainda sem uma política pública migratória, possui uma rede de instituições formais e informais de atendimento, com forte ação do Estado. Os atores nessas redes, acionam intermediações que influenciam os fluxos migratórios atuais, e, acabam sendo fundamentais na inserção no espaço social e no mercado de trabalho formal, além de gerar sentimentos de esperança e resiliência perante a experiência migratória. Mas, as condições de trabalho que encontram no agronegócio, encaixam-se na lógica capitalista, que procura mão de obra barata, dócil e flexível, submetidos a condições precárias, ou tipo *3d jobs*/trabalhos 3p (pesados, precários e perigosos): muito esforço físico, longas jornadas, contratações sazonais, baixos salários; postos de baixa qualificação, tarefas de risco à saúde ou segurança, somadas a quase inexistência de ações sindicais mediadoras, e nenhum contato com órgãos governamentais. Se precisam ainda de mais estudos da inserção de imigrantes internacionais como força de trabalho no agronegócio brasileiro, com recortes por região, setor produtivo, ocupações e nacionalidade.

Palavras-chave: Migrações internacionais. Redes sociais migratórias. Governança migratória. Migrações Sul-Sul. Agronegócio. Trabalhador rural. *3d jobs*.

ABSTRACT

VENEZUELAN IMMIGRANTS AND THEIR INSERTION IN AGRIBUSINESS WORK IN RIO GRANDE DO SUL: SKILLED, DOCILE AND LOW-COST WORKERS?

AUTHOR: Nayibel De Los Angeles Garcia Siso

ADVISER: Everton Lazzaretti Picolotto

In the last decade, the international migration scenario in Brazil has undergone changes in the number and origin of immigrants. Currently, the vast majority originate from the Global South, especially from Latin American and African countries, where Venezuelans are the most populous nationality. The annual International Migration Observatory (OBMigra) report for the year 2021 reveals that 1.3 million international immigrants lived in Brazilian territory with resident or temporary visas; These figures continue to rise every year, and even more so if refugees and asylum seekers are also added. Migratory networks and the intermediaries of the actors involved seem to have a lot of influence on the migratory phenomenon; in addition to legislation favorable to the entry and stay of international immigrants in Brazil. In turn, the job market shows interest in the insertion of immigrants, where hiring has grown significantly in the last decade, mainly in the industrial sector and agricultural workers. In this scenario, the objective of this dissertation is to analyze how Venezuelan international immigrants enter the social space and the agribusiness labor market in Rio Grande do Sul. It is a qualitative research, of a descriptive and documentary nature, with intentional sampling of a group of Venezuelan migrants in Rio Grande do Sul. Data collection was possible through semi-structured interviews, data from secondary sources and review of bibliography linked to the research categories covered. It is concluded that Brazil, still without a public migration policy, has a network of formal and informal assistance institutions, with strong State action. The actors in these networks activate intermediaries that influence current migratory flows, and end up being fundamental in insertion in the social space and the formal job market, in addition to generating feelings of hope and resilience in the face of the migratory experience. However, the working conditions found in agribusiness fit into the capitalist logic, which seeks cheap, docile and flexible labor, subject to precarious conditions, or type 3d jobs/3p jobs (heavy, precarious and dangerous): very physical effort, long hours, seasonal hiring, low wages; low-skilled positions, tasks that pose a risk to health or safety, combined with the almost non-existence of mediating union actions, and no contact with government bodies. More studies are needed on the insertion of international immigrants as a workforce in Brazilian agribusiness, with sections by region, production sector, occupations and nationality.

Key words: International migrations. Migratory social networks. Migration governance. South-South migrations. Agribusiness. Farm worker. 3d jobs.

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1. A GESTÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: ATORES, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS.

FIGURA 1 Atores que participam na construção da governança migratória..... 33

ARTIGO 2. AS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS E O FLUXO SUL-SUL: INTERMEDIações E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL

FIGURA 1 Quantidade de migrantes internacionais 2000-2020 (milhões de pessoas)..... 66

FIGURA 2 Os 20 principais lugares de destino (na esquerda) e de origem (na direita) dos imigrantes internacionais em 2020 (milhões de pessoas) 68

FIGURA 3 Solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil na década 2011-2021 76

FIGURA 4 Quantidade de venezuelanos interiorizados por Unidade Federativa e por Cidade (as primeiras sete na ordem decrescente) pela Operação Acolhida no Brasil no período Abril 2017- Dez 2022..... 77

FIGURA 5 População de imigrantes venezuelanos no Brasil por unidade federativa (UF) e região acumulada no período 2010-2022..... 78

FIGURA 6 Comparação das rotas migratórias atuais no continente americano de acordo ao tipo de transporte empregado e a rota que realizaram os imigrantes venezuelanos entrevistados..... 80

FIGURA 7 Rotas dos imigrantes venezuelanos entrevistados (origem e destino)..... 84

FIGURA 8 Etapas e funções de intermediação da rede social no avanço da ação migratória..... 90

ARTIGO 3. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO NO AGRONEGÓCIO: VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL

FIGURA 1 Painel da composição da população de imigrantes internacionais no Brasil inseridos no mercado de trabalho formal, agrupados por diferentes categorias, 2021 (continua)..... 109

FIGURA 2	Quantidade de migrantes inseridos por grupo ocupacional no Brasil por regiões de América Central e o Caribe e o Sul 2021.....	112
FIGURA 3	Densidade populacional venezuelana no estado do Rio Grande do Sul até dezembro de 2022, identificando os municípios da pesquisa.....	119

LISTA DE TABELAS

**ARTIGO 1. A GESTÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL:
ATORES, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS.**

TABELA 1	Quantidade acumulada de imigrantes residentes (à esquerda) e refugiados (à direita) no Brasil durante o período 2011-2020.....	29
----------	--	----

**ARTIGO 2. AS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS E O FLUXO SUL-SUL:
INTERMEDIações E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO
SUL**

TABELA 1	Tipo e quantidade de migrantes nos fluxos migratórios no 2015..	64
----------	---	----

**ARTIGO 3. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO NO
AGRONEGÓCIO: VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL**

TABELA 1	Evolução da quantidade de imigrantes internacionais inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro por continente de origem, 2011-2020	108
TABELA 2	Pessoas Ocupadas (PO) por segmentos ocupacionais do agronegócio brasileiro no 3º trimestre do ano 2023.....	114
TABELA 3	Pessoas Ocupadas (PO) nos principais grupos de atividades por segmento do agronegócio brasileiro no 3º trimestre do ano 2023	114

**ARTIGO 2. AS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS E O FLUXO SUL-SUL:
INTERMEDIações E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO
SUL**

QUADRO 1	Identificação dos imigrantes venezuelanos entrevistados (junho 2002 – fevereiro 2023), trajeto recorrido e redes (contato e instituições) de apoio.....	83
----------	---	----

**ARTIGO 3. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO NO
AGRONEGÓCIO: VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL**

QUADRO 1	Inserção no mercado de trabalho rural e condições de contratação dos migrantes entrevistados.....	121
----------	---	-----

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CONARE	Comitê Nacional para os Refugiados
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DAE ONU	Unidade de Análise Migratório da Organização das Nações Unidas
EU	União Europeia
Faostat	<i>Food and Agriculture Organization</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Migradh	Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM
OBMigra	Observatório Internacional de Migração
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
R4V	<i>Response for Venezuelans</i>
SISMIGRA	Sistema de Registro Nacional Migratório

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ARTIGO 1. A GESTÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: ATORES, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS	19
2.1	INTRODUÇÃO.....	21
2.2	METODOLOGIA.....	22
2.3	UM OLHAR NAS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES: DO NEOCLASSICISMO ÀS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS.....	23
2.4	MIGRAÇÕES E MIGRANTES INTERNACIONAIS: O BRASIL COMO PAÍS DE ACOLHIDA NA VIRADA AO SUL GLOBAL.....	27
2.5	A GESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL: GOVERNANÇA, ESTRATÉGIAS MIGRANTES E CONFLITOS SOCIETÁRIOS.....	32
2.6	DESAFIOS NA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA: DAS AÇÕES ATOMIZADAS A UMA POLÍTICA PÚBLICA ARTICULADA.....	40
2.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
3	ARTIGO 2. AS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS E O FLUXO SUL-SUL: INTERMEDIações E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL	52
3.1	INTRODUÇÃO.....	54
3.2	METODOLOGIA.....	55
3.3	ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS: NA TENTATIVA DE HARMONIZAR AGÊNCIA E ESTRUTURA.....	58
3.3.1	As redes sociais migratórias: a perpetuação pelas intermediações e o habitus migrante	62
3.4	OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O CRESCIMENTO DA MIGRAÇÃO SUL-SUL: BRASIL COMO PAÍS DE ACOLHIDA REGIONAL.....	65
3.4.1	Cenário atual de acolhida de imigrantes internacionais no Brasil: os latino-americanos chegaram para ficar	71
3.5	VENEZUELANOS NO BRASIL: DA CALAMIDADE À ACOMODAÇÃO....	75
3.5.1	As intermediações e a influência das redes sociais migratórias: venezuelanos no Rio Grande do Sul	81
3.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	92

4	ARTIGO 3. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO NO AGRONEGÓCIO: VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL.....	98
4.1	INTRODUÇÃO.....	100
4.2	METODOLOGIA.....	101
4.3	OS IMIGRANTES COMO FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA: UM OLHAR NA INSERÇÃO EM AMÉRICA E EUROPA.....	103
4.4	IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: OS LATINOS E AFRICANOS GANHAM ESPAÇO.....	107
4.5	O SUCESSO PRODUTIVO E A GERAÇÃO DE EMPREGO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: O DESTAQUE DA CADEIA PECUÁRIA E DOS GRÃOS.....	113
4.5.1	O drama das condições de trabalho na agricultura e nos frigoríficos: leis e proteção enfraquecidos e trabalho intensivo.....	115
4.5.2	“Depois disso foi que eu consegui me estabelecer”: venezuelanos como força de trabalho na agricultura e nos frigoríficos em Rio Grande do Sul...	118
4.6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	132
	CONCLUSÕES GERAIS.....	139
	REFERÊNCIAS.....	141

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório está aumentando em todas as regiões do mundo. A Organização Internacional para as Migrações (OIM), aponta um total de 281 milhões de migrantes até o ano 2020, ainda que represente uma pequena parte da população mundial (Cavalcanti *et al*, 2021), tem um forte impacto nos arranjos econômicos e sociais nos lugares de origem e destino. Porém, os fluxos e permanência dos imigrantes nas diferentes regiões do mundo, está se restringido muito, na medida em que os governos debatem entre as opções de gerenciar ou conter o fenômeno, às vezes numa moral dupla, porque os fatos demonstram como a proteção e a fragilização dos direitos humanos e cidadãos dos imigrantes, acontecem indistintamente da legislação regente (Chauvin, & Garcés-Mascareñas, 2020; Avallone, 2014; Hernández 2015).

Especificamente na América Latina e o Caribe, até o ano 2021, a população emigrante chegou até 15 milhões, duplicando a quantidade nos últimos quinze anos, e, por outro lado, a acolhida teve a taxa mais alta de crescimento no mundo; ou seja, ao mesmo tempo em que aumentam os que emigram, sobe também os residentes estrangeiros. Esse cenário de migração intrarregional latino-americana, aprofundou-se com a crise social e econômica da Venezuela, que desde o ano 2015 está levando o movimento migratório mais expressivo do continente, não somente pela magnitude, mais de 7 milhões de pessoas emigraram (quase 20% da sua população), senão pelo curto tempo em que acontece, pouco mais de cinco anos (Baeninger, 2021; Tedesco, 2023). Assim, os países do Sul entram no debate das migrações, além de produtores de migrantes, agora como territórios de acolhida e de trânsito dos fluxos atuais (Phelps, 2014).

Olhando os dados, pode-se enxergar o Brasil na geopolítica mundial, numa tríada: país de acolhida no fluxo Sul-Sul, país de trânsito, e, ainda, país de emigrantes (Waldman, 2018; Fernandes, 2015; Baeninger, 2015). O Relatório Anual do Observatório Internacional de Migração (Obmigra) estima que, na década 2011-2020 viram morar no Brasil mais de 1 milhão de imigrantes internacionais, provocando mudanças na sua inserção no espaço social e no mercado de trabalho formal: participação, distribuição espacial, ocupação, idade, sexo, diversidade de raças e nacionalidade. Então, no cenário migratório atual brasileiro como país de acolhida de migrantes internacionais, sendo a maioria deles latino-americanos, sobretudo venezuelanos; surgem alguns questionamentos: como se está dirigindo a gestão migratória no Brasil? Quem são os atores envolvidos e quais ações executam? Quais fatores impulsionam a formação e manutenção das redes sociais migratórias atuais? Como funcionam essas redes e

influenciam os fluxos migratórios predominantes? quais escolhas levam ao imigrante a se tornarem trabalhadores rurais ou na cadeia do agronegócio? Quais às condições de trabalho eles são submetidos?

Nesse sentido, o objetivo geral da dissertação é analisar como acontece a inserção no espaço social e no mercado de trabalho do agronegócio de imigrantes venezuelanos no Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos são os seguintes:

1. Analisar como acontece a gestão das migrações internacionais no Brasil, os diferentes atores que participam e quais os conflitos gerados .
2. Analisar as intermediações das redes sociais migratórias e sua influência no sucesso e na percepção da experiência migratória.
3. Analisar a inserção de imigrantes venezuelanos no trabalho do agronegócio e as condições à qual são submetidos.

As análises procuram dialogar com o estudo da configuração da governança em matéria migratória promovida pela OIM, os pressupostos da teoria das redes sociais (migratórias) no cenário atual de predominância das migrações Sul-Sul, e, as condições de trabalho no setor do agronegócio, com ênfase para o trabalhador rural e dos frigoríficos.

O fenômeno migratório envolve uma série de fatores pessoais e sociais, difíceis de serem quantificados (Minayo, 2009). Assim, se optou pela abordagem qualitativa e de tipo descritiva, porque oferece uma maior e melhor proximidade aos sujeitos e suas escolhas (Poupart *et al*, 2008). A técnica de coleta de dados baseia-se em fontes primárias e fontes secundárias. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada para oito imigrantes venezuelanos, entre os meses de junho de 2002 a fevereiro de 2023. Foram necessárias duas visitas até os Municípios Júlio de Castilhos e Venâncio Aires, no estado do Rio Grande do Sul; além de, várias ligações telefônicas e outras conversações com os entrevistados. Por sua vez, as fontes secundárias utilizadas constituem-se de leis (Brasil, 1988, 1997, 2017, 2018, entre outras), relatórios e dados estatísticos contidos em anais, informes, cartilhas, entre outros, gerados por órgãos nacionais e organizações internacionais (OIM, ACNUR, Obmigra, Sismigra, entre outros); além da revisão de fontes bibliográficas, com diferentes autores que abordam as categorias estudadas (Cechinel, *et al*, 2016).

A diversidade de fontes permite abranger com maior amplitude o fenômeno, tendo como centro os achados nas entrevistas, a comparação dos relatos, algumas anedotas que eles acrescentaram, e, a observação das emoções que expressaram durante suas falas; que depois foram analisados à luz dos dados que oferecem os documentos e bibliografias (LIMA, 2016, p.

24); na tentativa de fazer uma leitura e compreensão ordenada, coerente e abrangente, que mais além de oferecer respostas, proporcione a melhor visão do fenômeno (GIL, 2002).

Abordar a temática das migrações e do trabalho migrante no agronegócio, fazem parte dos interesses e a própria experiência de vida da pesquisadora, na sua condição de imigrante e como profissional do agro, na tentativa de contribuir ao conhecimento e sensibilização de autoridades, servidores, acadêmicos e a sociedade civil, sobre o patamar em que se encontra o Brasil perante as migrações internacionais. Além disso, procura visibilizar como o agir coletivo e individual, de instituições formais e informais, afeta o tratamento dessa população e sua inserção na sociedade, sob respeito aos seus direitos humanos e cidadãos.

O conteúdo da dissertação será apresentado mediante três artigos. O primeiro artigo aborda a gestão das migrações internacionais no Brasil, investigando e caracterizando os atores envolvidos, as estratégias que operam e conflitos societários que vão surgindo. O segundo artigo analisa as redes sociais migratórias e o fluxo sul-sul, explicando e identificando as intermediações e a inserção de imigrantes venezuelanos no Brasil, com ênfase na experiência de um grupo de oito venezuelanos no estado de Rio Grande do Sul. Finalmente, o terceiro artigo, aborda as migrações internacionais e migrantes que trabalham no agronegócio no Rio Grande do Sul, na tentativa de retratar o cenário atual do trabalho migrante no Brasil, com ênfase nas condições do trabalhador rural e dos frigoríficos, considerando os relatos e experiências de oito venezuelanos.

A natureza simultaneamente espacial e temporal do fenômeno migratório (Nolasco, 2016), determinada por diferentes fatores: políticos, econômicos, sociais e relacionais; faz com que o escopo investigativo seja muito variável e, por vezes, atrelado ao momento histórico e aos interesses políticos. Então, enxergando as migrações internacionais como um desafio em pleno vigor para o governo brasileiro e a sociedade toda, podem auxiliar pesquisas que consigam retratar a predominância e interdependência entre fatores no cenário atual, mais do que descrever eles isoladamente, visibilizando oportunidade ao desenvolvimento ao longo prazo e não somente a contenção de um problema. Nessa linha, Castles convida a “examinar os elos” entre o fenômeno migratório e as mudanças nos diferentes níveis do espaço social e suas intermediações, para visibilizar caminhos norteadores às ações dos Estados (Castles, 2010).

2 ARTIGO 1. A GESTÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL: ATORES, ESTRATÉGIAS E CONFLITOS SOCIETÁRIOS.

Resumo

O Relatório Anual do Observatório Internacional de Migração (Obmigra) estima que, na década 2011-2020 viram morar no Brasil 1,3 milhões de imigrantes internacionais considerando todos os amparos legais, além dos refugiados ou solicitantes de refúgio; a maioria é oriundo de países do Sul Global. Na frente do desafio de lidar com a chegada intempestiva de imigrantes, o Governo Federal brasileiro acionou uma série de medidas tentando reverter e evitar o colapso dos serviços assistenciais; sob uma legislação favorável à imigração documentada e com garantia dos direitos fundamentais ao trabalho, educação e saúde. Porém, parece que a gestão migratória, fica como um quebra-cabeça, cujas peças estão espalhadas nas diferentes regiões do país e em diferentes estratos da sociedade e do Estado. O objetivo deste artigo é analisar como acontece a gestão das migrações internacionais no Brasil, os diferentes atores que participam e quais os conflitos gerados. A abordagem da pesquisa é qualitativa de tipo de tipo descritiva, bibliográfica e documental, coletando dados de fontes secundárias, gerados por órgãos nacionais e organizações internacionais, e, as contribuições de diferentes fontes bibliográficas. Conclui-se que o Brasil executa uma governança migratória internacional “multilateral” típica dos países sul-americanos, e, no espaço nacional convergem enquadramentos jurídicos favoráveis, a atuação de instituições formais e informais, organizações nacionais e internacionais, que há tempo vêm constituindo uma rede de atendimento às populações migrantes. Porém, é necessário estabelecimento de uma política pública para a coordenação, articulação e fiscalização; o estudo evidenciou que o Estado está empreendendo ações nessa direção

Palavras chaves: Migrações internacionais. Governança migratória. Política pública. Imigrantes.

2 ARTICLE 1. THE MANAGEMENT OF INTERNATIONAL MIGRATIONS IN BRAZIL: ACTORS, STRATEGIES AND SOCIETY CONFLICTS.

Abstract

The Annual Report of the International Migration Observatory (Obmigra) estimates that, in the decade 2011-2020, 1.3 million international immigrants lived in Brazil considering all legal protections, in addition to refugees or asylum seekers; the majority come from countries in the Global South. Faced with the challenge of dealing with the untimely arrival of immigrants, the Brazilian Federal Government implemented a series of measures trying to reverse and avoid the collapse of assistance services; under legislation favorable to documented immigration and guaranteeing fundamental rights to work, education and health. However, it seems that migration management is like a puzzle, whose pieces are spread across different regions of the country and in different strata of society and the State. The objective of this article is to analyze how international migration management takes place in Brazil, the different actors that participate and the conflicts generated. The research approach is qualitative, descriptive, bibliographic and documentary, collecting data from secondary sources, generated by national bodies and international organizations, and contributions from different bibliographic sources. It is concluded that Brazil carries out a “multilateral” international migration governance typical of South American countries, and, in the national space, favorable legal frameworks converge, the action of formal and informal institutions, national and international organizations, which have long been constituting a service network for migrant populations. However, it is necessary to establish a public policy for coordination, articulation and supervision; the study showed that the State is taking actions in this direction.

Key words: International migrations. Migration governance. Public policy. Immigrants.

2.1 INTRODUÇÃO

Até final do ano 2022, o mundo tinha 281 milhões de imigrantes internacionais, segundo dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM), um 3,6% da população total mundial. Ainda que seja uma pequena porção, influencia muito os índices econômicos e arranjos sociais dos países de origem e de destino, sobretudo, quando analisados nas diferentes regiões do planeta, pela direção do fluxo migratório, pelo tipo de migração, a condição migrante e os países de acolhida. A população migrante no mundo mais do que se triplicou desde que iniciou o registro em 1970; o aumento tem sido contínuo, então, essa tendência não tem previsão de mudar. Olhando os acontecimentos mundiais, é bem previsível que ainda mais pessoas se envolvam em projetos migratórios (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2021). Nesse cenário, cada região e país do mundo reage de forma diferente.

O fenômeno migratório faz parte da história da humanidade desde seus inícios: as comunidades ancestrais no continente americano, o processo colonizador; os camponeses desterrados na Europa no surgimento do sistema capitalista, as mobilizações em massa em consequência das guerras no século passado. Hoje, as pessoas continuam migrando ao redor do mundo, influenciado pelo avanço da tecnologia, comunicações, maior acesso e menor custo dos meios de transporte; no entanto, alguns Estados, principalmente os mais ricos, restringem o acesso aos migrantes, e ainda mais, se por desventura, são vítimas de uma migração forçada.

O Relatório Anual do Observatório Internacional de Migração (Obmigra) estima que, na década 2011-2020 viram morar no Brasil 1,3 milhões de imigrantes internacionais, considerando todos os amparos legais (sem incluir os refugiados nem solicitantes de refúgio); a grande maioria é originário do Sul Global, principalmente venezuelanos e haitianos (Cavalcanti, Oliveira; Silva, 2021). Por sua vez, segundo dados do Ministério de Relações Exteriores, no ano 2022, ao redor de 4,5 milhões de brasileiros residiam fora do país (Brasil, 2022). Olhando os dados, é possível enxergar o Brasil na geopolítica mundial, numa tríada: país de acolhida no fluxo Sul-Sul, país de trânsito, e, país de emigrantes (Waldman, 2018; Fernandes, 2015; Baeninger, 2015).

Na frente do desafio de lidar com a chegada intempestiva de imigrantes, o Governo Federal brasileiro acionou uma série de medidas para tentar reduzir, reverter e evitar a situação de calamidade gerada em cidades fronteiriças pelo colapso dos serviços assistenciais; sob uma legislação favorável à imigração documentada e com garantia dos direitos fundamentais ao trabalho, educação e saúde (Brasil, 2017; Brasil, 1997; Waldman, 2018). Algumas pesquisas do tema retratam muitas das situações desafiantes pelas quais os imigrantes passam nos

diferentes espaços, destacando o apoio de instituições, grupos e pessoas (Taboada, 2006; França; Barbato, 2019; Ambrosini, 2017; Baeninger; Mesquita, 2016; Tedesco, 2022, 2023); outras analisam os avanços na legislação, analisando suas contribuições e suas fraquezas (Waldman, 2018); e, também estão as focadas nas trajetórias dos imigrantes sob abordagens sociológicas (Oliveira; Kulaitis, 2017; Peters, 2012). Quando reunidos os trabalhos, parece que a gestão migratória, fica retratada como um quebra-cabeça, espalhado em partes; e, surgem os seguintes questionamentos: como se está dirigindo a gestão migratória no Brasil? Quem são os atores envolvidos e quais ações executam? Existe uma política pública específica para o fenômeno, ou, paradoxalmente, o Brasil fica de portas abertas enquanto tenta contê-los mediante ações assistenciais transitórias?

Nesse contexto, o objetivo deste artigo é analisar como acontece a gestão das migrações internacionais no Brasil, os diferentes atores que participam e quais os conflitos gerados. O conteúdo será apresentado em quatro seções. A primeira coloca algumas abordagens teóricas das migrações internacionais, pela necessidade de compreender como estão evoluindo os estudos, para a apreensão do fenômeno. A segunda traz um olhar no cenário mundial das migrações contemporâneas, revelando uma virada ao Sul Global, e, como o Brasil se posiciona entre os países com maior acolhida. Na sequência, a terceira explica o conceito de governança para aprofundar a análise da gestão migratória no Brasil, a atuação dos diferentes atores, na tentativa de revelar as estratégias dos migrantes e conflitos societários que surgem. Para finalizar, na quarta seção, se pontuam alguns dos desafios na gestão migratória, como um repasse dos achados e as análises feitas.

2.2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, como a mais apropriada para o estudo das questões sociais (Minayo, 2009; Martins, 2004); e, de tipo descritiva, que mediante a revisão bibliográfica e documental, visa facilitar a compreensão da governança migratória no Brasil pela análise das funções dos atores envolvidos; como descreve o Poupart (2008):

(a pesquisa qualitativa sobre questões políticas) pretende explorar em que momento e onde os políticos, o bom senso popular e a prática malogram [...] se refere aos processos organizacionais, suas ligações informais e não-estruturadas (Poupart *et al*, 2008, p. 129)

Pela natureza multiespacial e histórica do fenômeno migratório e os diferentes tratamentos que recebe, a pesquisa bibliográfica oferece a vantagem de abranger uma ampla

quantidade de informações, em diferentes fontes e diferentes épocas, precisando uma curada revisão e verificação; por isso se complementa com documentos que ilustram situações específicas, que em outros contextos permite apreender novos entendimentos e conformar um quadro suficientemente amplo da temática (De Sousa; De Oliveira; Alves, 2021; Lima; Miotto, 2007; Gil, 2002). Nessa linha, a Lima e Miotto (2007, p. 39) salientam: “a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos [...] detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo”.

A coleta de dados foi realizada através de fontes secundárias, que neste artigo se constitui de dados estatísticos e documentos descritivos contidos em relatórios, anais, informes, cartilhas, leis, entre outros; gerados por órgãos nacionais e organizações internacionais, que abordam questões da população migrante: fluxos, distribuição, localização, ocupação, perfil profissional, emprego, entre outros. Como apontam o Cechinel *et al.* (2016, p.3), os documentos podem contribuir com significados diferentes, dependendo do conhecimento do pesquisador, ou como afirma Gil (2002, p. 5): “podem ser re-elaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

A análise feita mediante a categorização dos dados e a triangulação das informações com as fontes bibliográficas e as contribuições dos diferentes autores, consegue gerar novos entendimentos e formas de enxergar o fenômeno, aprimorando significados, atingindo novas visões e achando as ligações que possam evidenciar fatos que de outra forma ficam invisibilizados ou incompreendidos, e que merecem ser estudados (Ver Silva; De Almeida; Guindani, 2009).

2.3 UM OLHAR NAS TEORIAS DAS MIGRAÇÕES: DO NEOCLASSICISMO ÀS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS

As migrações transfronteiriças ou internacionais estão hoje no centro da atenção de governos e organismos internacionais de cooperação e ajuda humanitária, e das pesquisas no mundo acadêmico e, claro, jornalístico. Um bom começo seria esboçar um pouco sobre as teorias das migrações que permita sustentar a análise dos fatos históricos e recentes, ainda seja um grande desafio, por ter uma extensa lista de acadêmicos e teorias, às vezes, complementares e em outros casos tentam derrubar alguns dos pressupostos mais polêmicos.

A teoria neoclássica econômica é das mais usadas para explicar o fenômeno migratório, sobretudo no século XIX e até finais do século XX. Pode-se dizer, que indiretamente começa a ser discutida na década 1860-1870, quando o Karl Max deduziu os efeitos que teve a ação da

lógica capitalista sobre as populações camponesas na Europa, que foram forçadas a se deslocar após serem despojados dos meios de produção e obrigados a vender sua força de trabalho como meio de subsistência. Mas, tentar explicar as migrações na abordagem da teoria econômica neoclássica não oferece em si um marco teórico completo; na visão do sociólogo Joaquin Arango, pode-se dizer:

corresponde mal à imagem de um ambiente idealizado em que as pessoas se movimentam livre e espontaneamente, guiadas pela procura dos seus interesses e pela maximização da sua utilidade [...]. Hoje em dia, os fatores políticos têm maior peso do que as diferenças salariais. (Arango, 2003, p.8, tradução nossa)

Na realidade, as mudanças a partir do último terço do século XX, colocou em jogo questões políticas, culturais e sociais, que limitaram a mobilidade das pessoas, então as escolhas estavam além das diferenças nos salários, e, demandava um olhar mais amplo dos imigrantes, além de simplesmente ser um trabalhador. Indiscutivelmente, os estudos até hoje têm um viés neoclássico, porém, não dá conta de outros fatores, por isso é preciso auxiliar de outros enfoques para completar o quadro analítico (Arango, 2003; Nolasco, 2016).

Ainda na linha dos fatores estruturais, surge o pressuposto do modelo *push-pull*, onde a racionalidade individual na busca de melhores salários e bem-estar, gera a migração entre dois polos: um atrasado e carente que exerce uma força “*push*” de expulsão dos seus habitantes e outro, onde são fortemente atraídos, o “*pull*”, pelas condições idealizadas de melhores salários e bem-estar. Aqui encontramos como trabalho pioneiro, as nomeadas “Leis das Migrações”, obra publicada pelo geógrafo inglês Ernest-George Ravenstein e outras subsequentes como as de Everett Lee e Wilbur Zelinski (Peixoto, 2019; Arango 2003).

Uma outra rodada explora as motivações e causas dos movimentos migratórios, fortemente focados no contexto socioeconômico da região de origem e entendido como um processo autossustentado e autopropiciado, impulsionado pela estigmatização e a precariedade empregatícia que gera o modelo capitalista. Então, se fala de teoria das migrações laborais e dos mercados duais de trabalho (ou binômio trabalho-capital), localizada na década 1970-1980 e defendida por Peter Doeringer e Michael Piore (Soares, 2016). Ainda dentro das análises neoclássica, esta vertente é criticada por não aprofundar os fatores “*push*”, porém acaba colocando sobre o tapete as hierarquizações das ocupações no mercado de trabalho, onde o migrante é inserido naqueles mais precarizados (Peixoto, 2019; Arango, 2003; Nolasco, 2016; Dos Santos *et al*, 2010).

Ao tempo que se estudam os mercados de trabalho, se abre o caminho do enfoque sistêmico que leva as análises ao modelo do Sistema-Mundo, que, segundo o Peixoto (2019, p.

148), o Emmanuelle Walerstein é um dos seus melhores expoentes: “explicou as economias do mundo contemporâneas através do desenvolvimento do capitalismo global, com a criação de centros, periferias e semiperiferias”. O Sistema-Mundo divide o mercado de trabalho num sistema composto por três capas donde o centro é o mais desenvolvido, colocando o desequilíbrio que causa o capitalismo quando penetra países da periferia, gerando um contingente de pessoas sem ocupação (substituídas pela tecnologia) obrigados a se empregar precariamente na periferia ou a emigrar até o centro para abastecer o sistema capitalista (Arango, 2003, Nolasco, 2016, Peixoto, 2019).

A “*New Economic of Labor Migration (NELM)*” ou nova economia da migração laboral, associada ao nome dos economistas Oded Stark e J. Edward Taylor, entra no debate na década de 1980-1990, introduzindo a família ou grupo étnico, como a unidade que toma as decisões, na busca de uma distribuição ou compartilhamento do risco (custos e retornos são divididos), mais do que maximizar a utilidade (De Haas, 2010). Pressupõe que ainda na ausência de diferenças salariais, as migrações continuam porque os membros da unidade familiar/étnica diversificam sua fonte de renda. Pode-se afirmar que faz uma abordagem indireta das análises baseadas nas redes sociais.

As teorizações das migrações parecem ter estreita relação com o momento da análise, as variações geográficas dos fluxos migratórios e as múltiplas condicionantes econômicas, políticas e culturais, que limitam as análises até somente retratar aspectos conjunturais, ou seja, as teorizações evoluem quanto o tempo como nas condições. Nesse sentido, Nolasco (2016) conclui:

A assinalável variação de fluxos, das suas intensidades e direcionalidades, torna muito difícil a elaboração de uma teoria estável que abarque simultaneamente dimensões micro e macro, que trate ao mesmo tempo de questões individuais e sistêmicas, que aborde e relacione histórias de vida, assuntos políticos, jurídicos, econômicos e culturais (Nolasco, 2016, p. 29)

Assim, ganham espaço as abordagens baseadas na heterogeneidade e liberdade recentes da mobilidade das populações, pelo avanço da tecnologia, do transporte, das comunicações e a governança migratória nacional e internacional, mediante leis ou acordos entre Estados que favorecem ou restringem a circulação de imigrantes. Os estudos baseados nas Redes Migratórias e Análise de Sistemas, são uns dos que conseguem se adaptar melhor à contemporaneidade, ainda que têm ligação com a teoria do *push-pull* (Arango, 2003; Nolasco, 2016).

Os sistemas migratórios são úteis para explicar as ligações que mantêm no tempo fluxos migratórios de antigas colônias e metrópoles, pela cultura e história que dividem, como dos portugueses e brasileiros (Arango, 2003; Peixoto, 2019). Porém, é preciso cuidar de não cair em generalizações das condições na origem e no destino, porque a herança histórica guarda suas singularidades nos diferentes territórios.

A transversalidade da abordagem epistemológica de Redes Migratórias faz com que seja tão adaptável e útil em diversos cenários migratórios, consegue explicar como, entre regiões ou países estruturalmente similares, acontecem fluxos migratórios quantitativamente diferentes (Arango, 2003). Sua força repousa nas relações de parentesco, na amizade, o trabalho e na origem comum, por um lado; e por outro, na atuação das instituições formais e informais que vão surgindo no trajeto e nas diferentes etapas que envolve a ação migratória.

A atuação das redes se evidencia principalmente na intermediação que facilita as conexões necessárias para o acesso à acomodação, emprego, bens e serviços; isso acontece tanto em cenários hostis, de criminalização e restrições para os imigrantes, quanto aqueles que são favoráveis (Ambrosini, 2017). O conjunto de valores e do capital que desenvolve a rede, são fundamentais para ter qualidade de vida e desenvolver a resiliência (Taboada, 2006; França; Barbato, 2019)

Um outro aspecto que pode se considerar intrínseco à teoria das redes sociais, tem a ver com a acumulação de capital cultural no lugar de origem e capital social no lugar de destino; essa ideia foi sugerida por Douglas Massey em 1987, nos seus estudos sobre a migração mexicana para os Estados Unidos. Recorrendo ao conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu, ainda mais, se aproxima também ao conceito do *habitus*, porque as redes demonstram como uma reação em cadeia, onde as pessoas migram porque outros relacionados com eles, o fizeram com antecedência (Arango, 2003; Castles 2010; Oliveira; Kulaitis, 2017). Um claro exemplo é a comunidade de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, a maior comunidade de latinos imigrantes; e os japoneses no Brasil, a comunidade mais numerosa fora do seu país.

Ainda, com um amplo marco referencial teórico, é necessário incorporar o papel dos Estados nos movimentos migratórios, a governança regulamentada por políticas visíveis, porque além das relações dos sujeitos imigrantes que aborda a análise das redes, esse push-pull, é inevitavelmente acionado pelas leis e as instituições estatais que controlam as migrações em cada região, de origem e destino, e determina tanto o volume dos fluxos, quanto o tipo de migração. É necessário mudar as análises e incorporar os modos de incorporação, as transformações sociais, normativas ou restritivas de acesso, os quais respondem às políticas dos Estados (Arango, 2003).

2.4 MIGRAÇÕES E MIGRANTES INTERNACIONAIS: O BRASIL COMO PAÍS DE ACOLHIDA NA VIRADA AO SUL GLOBAL

Segundo dados do Informe da OIM do ano 2022, estão migrando pelo mundo 281 milhões de pessoas. A tendência é continuar subindo (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2021). Ainda que representem pouco mais do que 3% da população mundial, essa mobilidade gera mudanças nos índices econômicos e arranjos sociais dos países de origem e de destino, e, por isso estão no centro de pesquisas e agendas dos governos.

Também a quantidade de refugiados vem crescendo produto dos múltiplos deslocamentos forçados que acontecem ao redor do mundo. Segundo o relatório de Tendências Globales 2022 do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), mais de 35 milhões de pessoas ao redor do mundo são acolhidas como refugiados requerentes de proteção, considerando que a maioria dos adultos imigrantes são mulheres (ainda que, no total, incluindo idosos e crianças, a maioria dos imigrantes são de sexo masculino) e segue em aumento as crianças desacompanhadas. Por outro lado, maiormente vão até países vizinhos, ficando a migração no espaço intrarregional, o qual representa um desafio na governança mundial e nas políticas dos Estados de acolhida (ACNUR, 2023).

Entre os anos 2010-2020, na América Latina e o Caribe, a quantidade de pessoas que emigram mais que dobrou, de cerca de 7 milhões para 15 milhões. É a maior taxa de crescimento dessa população. Além disso, a mobilidade foi marcadamente regionalizada. De fato, a maioria dos mais de 7 milhões de venezuelanos que a partir do ano 2015 saíram do seu país, se realocaram em países vizinhos, no Sul de América: Colômbia, Chile, Equador, Brasil e Argentina. O relatório da OIM do ano 2022 detalha, como a proporção de migrantes internacionais da própria região, quintuplica em quantidade os que vêm de outras partes do mundo:

Em 2020, as pessoas da Europa e da América do Norte que viviam na América Latina e o Caribe eram cerca de 1,4 milhões e 1,3 milhões, respectivamente. Outros 11 milhões de migrantes internacionais residentes na América Latina e o Caribe vieram de países da própria região.” (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022, p. 101)

Enquanto ao Brasil, além de país de acolhida, ao redor de 4,5 milhões de brasileiros residem fora do país, a maioria na América do Norte (principalmente Estados Unidos) e Europa (principalmente no Portugal, Reino Unido, Alemanha e Itália), segundo o Relatório do Ministério de Relações Exteriores do ano 2022. Também o *dashboard* do *site* da Unidade de Análise Migratório da Organização das Nações Unidas (DAE ONU), mostra que a tendência

da emigração no Brasil, se manteve em aumento nas últimas três décadas; deixando-o no quarto lugar dos países com mais emigrantes na América Latina e o Caribe (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2021; Brasil, 2023).

Historicamente, as migrações se caracterizavam por movimento do Sul Global ao Norte, mas, nas últimas duas décadas, se evidencia uma virada à migração Sul-Sul, além de regionalizada. Para Tedesco (2023, p. 47), isso pode ser explicado em boa parte pela profunda desigualdade na distribuição das riquezas, tanto no mundo todo, quanto no interior das diferentes regiões: “[...] o PIB mundial atingiu em 2021, 133 trilhões de dólares (americanos), 46% dele está nos países do ‘Norte do mundo’, o qual compreende somente 17,5% da população mundial (1,4 bilhão de pessoas)”. Enquanto os que dividem a outra metade do PIB, se deparam também com desigualdades no interior das regiões (Tedesco, 2023). A migração dessa população marginalizada e pobre é uma resposta a essa situação, retratada no fluxo Sul-Sul, porque é mais barato, trajetos mais curtos, facilidades de transporte e pelo abrigo de alguns consensos de livre circulação; o crescimento da migração Sul-Sul demonstra como as políticas nos países mais desenvolvidos, no Norte, afeta os menos desenvolvidos, no Sul (Phelps, 2014).

Além disso, a governança migratória é também desigual, no Norte e no Sul Global. A União Europeia, Estados Unidos e Canadá restringem o ingresso e permanência dos imigrantes e têm muitas exigências, principalmente de inserção no mercado de trabalho formal. Existem, nos Estados Unidos e Canadá, programas de recrutamento de imigrantes internacionais como força de trabalho na agricultura intensiva e de exportação (Avallone, 2014; Hernández-León; Hernández, 2015). No Sul, os imigrantes têm mais chances de fazer uma migração documentada, ao amparo de acordos de livre circulação como o Mercosul ou países de fronteiras abertas. Porém, as condições de permanência e de trabalho não são muito diferentes.

O fluxo migratório intrarregional, na América do Sul e o Caribe, coloca o Brasil entre os países com maior acolhida. O Relatório Anual do Observatório Internacional de Migração (Obmigra) estima que, entre os anos 2011-2020, viram morar no Brasil 1,3 milhões de migrantes internacionais, considerando todos os amparos legais (não inclui os refugiados nem solicitantes de refúgio), a grande maioria é originária do Sul Global, principalmente venezuelanos e haitianos (Cavalcanti, Oliveira E Silva, 2021). Para Jarochinski-Silva e Baeninger (2021), isso é consequência do interesse dos financiadores das ações de acolhida e ajuda humanitária (do Norte Global), assinalando:

O Brasil se tornou um dos países-tampões no Sul Global “para isolar e filtrar os ‘*estrangeiros*’, apoia-se no mesmo princípio de afastamento-encerramento dos indesejáveis (Agier, 2006, p. 201). A maior parte desses recursos investidos são para ações determinadas, num processo que, com algumas ressalvas, pode ser visto como

uma externalização de fronteiras do Norte no Sul global. A opção brasileira no ‘controle e os cuidados: o princípio do *care, cure and control*’ (Agier, 2006 p. 198) foi estabelecer a migração interna dessa imigração [...]” (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021, p. 130)

Também no período 2011-2021, quase a totalidade das solicitações de refúgio são oriundas do Sul Global, pode-se enxergar na Tabela 1. Nessa década, o Brasil experimenta dois influxos migratórios desafiantes para os órgãos de governo e a sociedade toda: os haitianos, que começaram a chegar ainda em 2010 e depois, os venezuelanos a partir do ano 2015. Também, imigrantes de outras nacionalidades começam a aumentar no Brasil. Desse total, a porção de menores de 18 anos vem em aumento, representando em 2021 um 30%, ou seja, um 70% está em idade adulta e pode se inserir no mercado de trabalho; também é significativo o aumento das mulheres imigrantes, que no mesmo período quase se triplicou, passando de menos de 20 mil em 2011, até mais de 60 mil em 2021 (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

Tabela 1 – Quantidade acumulada de imigrantes residentes (à esquerda) e refugiados (à direita) no Brasil durante o período 2011-2020.

Imigrantes no Brasil na condição de residentes de 2011-2020			Imigrantes no Brasil na condição de refugiados de 2011-2020		
País de origem	Total	%	País de origem	Total	%
VENEZUELA	172.306	18%	VENEZUELA	46.412	87%
HAITI	149.085	15%	SÍRIA	3.216	6%
BOLÍVIA	55.640	6%	REP. DEM. DO CONGO	982	2%
COLÔMBIA	53.802	6%	LÍBANO	373	1%
ESTADOS UNIDOS	37.715	4%	PAQUISTÃO	298	1%
CHINA	35.590	4%	ESTADO DA PALESTINA	271	1%
ARGENTINA	27.604	3%	COLÔMBIA	209	0%
CUBA	25.592	3%	CUBA	205	0%
FRANÇA	24.619	3%	MALI	144	0%
PERU	23.528	2%	NIGÉRIA	106	0%
PORTUGAL	22.885	2%	AFEGANISTÃO	96	0%
ITÁLIA	21.491	2%	IRAQUE	88	0%
PARAGUAI	20.645	2%	REPÚBLICA DA GUINÉ	73	0%
ESPAÑA	19.628	2%	CAMARÕES	68	0%
FILIPINAS	19.110	2%	MAURITÂNIA	44	0%
ALEMANHA	19.020	2%	TOGO	50	0%
URUGUAI	17.980	2%	EGITO	47	0%
ÍNDIA	16.618	2%	ANGOLA	73	0%
JAPÃO	14.322	1%	SUDÃO	36	0%
MÉXICO	12.926	1%	IRÃ	37	0%
OUTROS	181.700	19%	OUTROS	407	1%
Total	971.806		Total	53.235	

Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório Anual 2021 do OBMigra (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

O nível de escolaridade da maioria dos imigrantes no Brasil também está mudando, o qual é importante porque está relacionada quanto ao tipo de ocupação como às expectativas de permanência definitiva (Ferreira; Bento, 2021). Dados da inserção de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal do ano 2022, revelam que mais de dois terços (69%) completaram o ensino médio ou estudos superiores. Isso é contraditório quando comparado à faixa salarial que recebe a maioria, de até dois salários-mínimos, evidenciando que muitos imigrantes estão ocupando postos de trabalho de baixa qualificação, ainda estejam formados. Neste contexto, se revela a necessidade de revisar o processo de convalidação de diplomas, na procura de fazê-lo mais rápido, para que possam viabilizar melhores oportunidades de emprego e melhores salários, além disso, se precisa abrir novos caminhos na migração qualificada, que historicamente vem sendo gerenciada principalmente pelas empresas multinacionais e o agronegócio, de forma mais fraca mediante alguns programas públicos, cujo funcionamento está ligado ao governo do turno (Domeniconi, 2022; Cavalcanti; Oliveira; Tonhati, 2015).

Melhoras na qualidade de vida do imigrante é possível enquanto consegue se inserir no mercado de trabalho, para ele representa o caminho ao sucesso do projeto migratório. Analisando dados de 2011-2013 do mercado de trabalho para imigrantes no Brasil, é semelhante do atual; o Cavalcanti, Oliveira e Tonhati explicam, fazendo uma analogia ao relógio de areia do Portes:

[...] os dados permitem afirmar que na atualidade a absorção do mercado de trabalho brasileiro em relação à mão de obra imigrante, analogicamente, seria parecida ao que Portes (2003) denomina de relógio de areia na relação imigração e trabalho. Segundo o autor, há uma necessidade de trabalhadores tanto no topo (mais qualificadas), quanto na base (menos qualificada) do relógio. Mas os imigrantes de formação média tendem a sofrer inconsistência de status, pois há pouca demanda para os trabalhadores com essa formação. (Cavalcanti; Oliveira; Tonhati, 2015, p. 45)

Dados recentes, do ano 2021, evidenciam uma estabilização no setor da ciência e das artes, mas, a inserção no setor agropecuário continua a crescer, com mais de 3000 postos gerados, a maioria dos trabalhadores são de origem sul-americano. Mas, sabendo também que nesse setor a taxa de contratação formal abrange somente um 40% de todos os postos de trabalho gerados (De Oliveira; Pinho, 2019), pode-se estimar que existam uns 5 mil trabalhadores a mais. O nicho do mercado que mais tem recrutado imigrantes, igual que no princípio da década, é a indústria com 41%, quase 80 mil imigrantes, quase a totalidade desses imigrantes inseridos no ano 2021 são do Centro, Caribe e Sul da América, ou seja, haitianos e venezuelanos.

Sendo os haitianos e venezuelanos um terço dos imigrantes residentes no Brasil, é importante considerar algumas questões de interesse para compreender esses fluxos, na base dos estudos realizados e alguns dados estatísticos:

- a) São migrações de tipo forçada, pela situação de crise econômica, política e social nos dois países de origem, além de catástrofes naturais especificamente no Haiti. Isso distingue a alta quantidade de solicitações de visto humanitário e refúgio (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021)
- b) Em relação à escolaridade, os venezuelanos tanto no Brasil, quanto outros países de América declaram ter pelo menos ensino médio completo e muitos têm estudos superiores, ainda que seus diplomas não estejam reconhecidos (convalidados). Os haitianos, por sua vez, apresentam em geral um baixo nível de escolaridade, atribuído ao fato de que a situação de crise no Haiti é de mais longa data que da Venezuela (Tedesco, 2022; Baeninger, 2015; Mallimaci *et al*, 2021).
- c) A migração haitiana é predominantemente masculina, de cada 10 haitianos, 6 são homens. Enquanto a venezuelana a metade são mulheres (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022).
- d) Predomínio da migração em família ou solicitação de reunião familiar, tanto dos venezuelanos como dos haitianos (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2021; ACNUR, 2022; Tedesco, 2022).
- e) No Cadúnico, os venezuelanos e haitianos representam a maioria dos imigrantes cadastrados, com 80% do total de beneficiários. Mas, no grupo dos mais pobres, a quantidade de venezuelanos supera em quase 4 vezes os haitianos. Isso é influenciado pela quantidade de imigrantes em situação de rua e outras situações conjunturais, como famílias monoparentais, que limitam a inserção no mercado de trabalho formal; também inclui os indígenas venezuelanos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2022).

Não é o objetivo deste trabalho analisar as especificidades das populações imigrantes no Brasil, porém, se os dados revelam que um terço deles vem somente de duas nações, Haiti e Venezuela, e, adicionalmente também ocupam mais do 50% dos postos de trabalho formal gerados; se faz necessário olhar de perto nelas para a tomada de decisões em matéria de políticas públicas.

A primeira década do século XXI foi marcada por mudanças nas economias das regiões e países como consequência da crise de 2008, isso teve consequências nos setores produtivos, na mobilidade do capital e da força de trabalho, na distribuição das populações que tecem novos

fluxos migratórios e novos fluxos financeiros. A tecnologia, a informação, a comunicação e meios de transporte, ainda que atenuadas pela crise, tem importantes avanços que influencia a mobilidade das pessoas, sob a restrição de entrada de imigrantes do sul nos países do norte global, e o consequente aumento dos fluxos sul-sul (Waldman, 2018; Hernandez-León; Hernández, 2015; Baeninger, 2015). Olhando os dados, pode-se enxergar o Brasil na geopolítica mundial, numa tríada: país de acolhida no fluxo Sul-Sul, país de trânsito, e, ainda, país de emigrantes.

É importante ter em conta que os dados podem mudar de um órgão para o outro e de um ano até o próximo, quando são revisados e atualizados, isso porque muitos dos imigrantes não passam pelos registros oficiais, tomam vias de acesso alternativas, ainda que sejam cadastrados, podem retornar ao seu país ou emigrar a um terceiro destino (re-emigrar) sem que seja contabilizado. Então, porém os dados sejam próximos à realidade, pode-se encontrar inúmeras diferenças entre as diferentes fontes (Tedesco, 2023; Cavalcanti, Oliveira; Silva, 2022).

2.5 A GESTÃO MIGRATÓRIA NO BRASIL: GOVERNANÇA, ESTRATÉGIAS MIGRANTES E CONFLITOS SOCIETÁRIOS

Quando se fala da gestão ou da governança migratória, inevitavelmente se pensa na ação dos Estados, nas políticas implementadas, sua estrutura governamental e os servidores públicos como executores; e sem dúvida, é mesmo, mas, representa só uma parte da governança. A OIM (2022) propôs o seguinte conceito para melhor entender o que significa governança migratória:

[...] (conjunto de) estruturas combinadas de normas, leis e regulamentos, políticas e tradições, bem como estruturas organizacionais (subnacionais, nacionais, regionais e internacionais) e os processos relevantes que moldam e regulam as abordagens dos Estados no que diz respeito à migração em todas as suas formas, abordando os direitos, responsabilidades e promoção da cooperação internacional” (Mcauliffe E Triandafyllidou, 2022, P. 15)

Como um conjunto de estruturas, na Figura 1 se ilustra o conceito da governança, composta por diferentes atores de diferentes campos das sociedades, onde a mais visível é o Estado. Mas, a abordagem do fenômeno migratório envolve tanto estruturas públicas quanto particulares, onde participa a sociedade civil organizada (coletivos, vizinhanças, grupos religiosos), o setor privado, acadêmico, organizações internacionais e coletivos conformados pelos próprios imigrantes.

Figura 1 – Atores que participam na construção da governança migratória.



Fonte: Governança Migratória Local: Ferramentas e Métodos. OIM 2022 (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022).

Migrar é um direito universal, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Mas, continua sendo coagido, sobretudo, nos países mais desenvolvidos, segundo comenta a politóloga e pesquisadora francesa De Wenden (2017):

[...] o direito de se mobilizar (migrar) é um dos menos partilhados no mundo: a mobilidade global é severamente segmentada com base na nacionalidade, classe, género, raça, mas sobretudo na noção de “risco de migração” associada ao passaporte que possui (De Wenden, 2017, p. 432, tradução nossa)

A mobilidade é segmentada pela nacionalidade, especialmente na União Europeia (EU) e na América do Norte (Estados Unidos e Canadá); enquanto vários governos do Sul global, nos últimos vinte anos, empreenderam consensos e convênios internacionais para o livre trânsito dos seus cidadãos (De Wenden, 2017; Peixoto, 2019; Castles, 2010; Stefoni, 2018). Um olhar na agenda migratória da EU, ao respeito da migração documentada, simplesmente fica privilegiada somente para pessoas qualificadas profissionalmente; acontece também na política migratória do Canadá e Estados Unidos, onde ser profissional, altamente qualificado, investidores e com experiência, é indispensável. Não deve surpreender que os movimentos migratórios então mudaram o destino para o Sul Global, em países da região, que oferecem fronteiras abertas e amparo sob acordos bilaterais para livre circulação, além de caminhos jurídicos para uma migração documentada (Ambrosini, 2017; De Wenden, 2017).

A maioria dos imigrantes que está transitando pelo mundo atualmente, tem origem principalmente de países em situação de crise (política, econômica, humanitária, bélica), ou seja, foram forçados a saírem, isso representa um grande desafio à governança mundial e ter colocado em emergência cidades fronteiriças pelo volume intempestivo de imigrantes que diariamente chegam, por exemplo cidades de Polônia e Alemanha que está recebendo ucranianos, cidades da Itália e Grécia, onde diariamente chegam imigrantes vindos da África.

Nos Estados Unidos, a histórica migração oriunda do México se diversificou envolvendo outras nacionalidades (além de mexicanos, aumentou a quantidade de venezuelanos, nicaraguenses e cubanos), aumentando os fluxos por diferentes pontos e a quantidade de imigrantes. No Brasil, cidades fronteiriças dos estados de Roraima e Acre, chegaram a decretar situação de calamidade pelo colapso dos seus serviços assistenciais. A resposta de países da região sul-americana, é fortemente marcada pela ação das forças de segurança, como no Chile, Peru, Bolívia, Equador, Panamá e também militarizada, como a Operação Acolhida no Brasil. Ainda que no caso brasileiro seja uma ação de alto componente humanitário e protetivo dos direitos humanos e cidadãos; são também ações de caráter transitório da governança migratória, tentando em vão conter o fenômeno, no lugar de gerenciá-lo (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021; Tedesco, 2023).

Mas, indistintamente dentro deles, tem uma outra arquitetura, a nomeada indústria migratória, que tem suas próprias regras, na margem da institucionalidade formal, que surge, se constrói e se mantem, pelas lacunas legislativas, as contradições e os territórios cinzas que ficam (Ambrosini, 2017; Hernández -León; Hernández, 2015; Avallone, 2014).

A obra de Pierre Bourdieu oferece um modo de compreender a atuação dos envolvidos no fenômeno migratório, na congruência dos seus conceitos fundamentais: *habitus*, capital e campo. O sociólogo Gabriel Peters (2012), faz a seguinte análise:

A originalidade socio teórica de Bourdieu não está, contudo, nessa tese sobre a relação de condicionalidade recíproca entre condutas individuais subjetivamente propelidas, de um lado, e propriedades estruturais, institucionais e culturais das formações societárias nas quais os atores estão imersos, de outro, mas no fato mais específico de que ele pensa tal relação como uma dialética entre *habitus* (o social como subjetividade, encarnado em indivíduos) e campo (o social como objetividade, estrutura de relações no interior das quais os atores se constituem e atuam) [...] segundo uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos, isto é, de capitais múltiplos que operam como meios socialmente eficientes, e por isso mesmo disputados, de exercício legítimo do poder. (Peters, 2012, p.236)

Nesse sentido, pode-se dizer que na indústria migratória, interagem os migrantes (subjetivamente motivados pelo *habitus*), e as formações societárias ou campos (objetivamente construídos). As motivações vão pelo caminho do lucro principalmente (capital econômico),

mas também estão os que agem pelo compromisso familiar, étnico, moral, religioso, humanitário (capitais simbólicos). Esse conjunto de ações, às vezes perversas, às vezes libertárias, são decisivas no sucesso do projeto migratório, são “meios socialmente eficientes” para a gestão das migrações. Em paralelo à atuação formal do Estado, esses atores se agrupam em diferentes espaços ou campos, onde eles estabelecem suas próprias regras, vão construindo sua “autonomia relativa” e disputando poderes e acesso a bens de valor cultural e econômico, que coexistem, porque tem alvos diferenciados: os cidadãos comuns que ajudam, os que lutam pelos direitos, os policiais e servidores que fazem a vista grossa para não criminalizar (deixam passar, ficar, viajar, trabalhar); o empregador que procura os imigrantes, o “gato” ou engajador, o “coyote”, o médico, o advogado, o motorista.

Mas, no final, o sucesso depende sobretudo do capital e do *habitus* herdado e acumulado de cada migrante, Bourdieu diz ao respeito:

O mundo social não é um jogo de sorte [...] os jogadores acumulam progressivamente pontos positivos ou negativos, ou melhor, um capital mais ou menos importante, o qual orienta suas estratégias de jogo, conforme as tendências (à prudência, à audácia etc.) inerentes a seu *habitus* e ligadas, em certa medida, ou volume desse capital (acumulado dos seus ancestrais). (Bourdieu, 2001, p. 262)

A ideia de que o jogo social “não é um jogo de sorte”, se evidencia também, quando na Europa se fala de uma moral dupla no tratamento dos imigrantes, porque na margem de uma política restritiva, as pesquisas no tema descrevem formas de inserção dos indocumentados mediante uma série de instituições não governamentais, com importante participação da sociedade civil, e tudo isso acontece na frente de funcionários de órgãos de fiscalização. Algumas pesquisas retratam com muito detalhe esses cenários profundamente hostis, especialmente nos Estados Unidos e vários países Europa (Ambrosini, 2017; Chauvin; Garcés-Mascreñas; 2020; Hernández-León; Hernández, 2015). Assim, um breve repasso dos conceitos centrais na obra de Bourdieu, da qual pode-se falar extensamente, mas não é o objetivo agora; ainda auxiliam bastante a compreensão das interações e paradoxos da migração internacional.

Para um país continental como Brasil, que divide sua fronteira terrestre com dez países, é importante ter um arcabouço legal para o atendimento de imigrantes internacionais. O amparo no Brasil começa na própria Constituição Federal vigente, no seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988).

Além disso, é respaldada pela Lei de Migração nº 13.445/2017 e a Lei de Refúgio nº 9.474/1997, que estabelecem os direitos, deveres e a desburocratização, facilitando o acesso dos imigrantes aos direitos fundamentais e aos serviços públicos essenciais: inserção no mercado de trabalho formal remunerado, acesso aos serviços públicos assistências, à educação e moradia (privada ou em abrigos públicos), tanto aos solicitantes de refúgio, quanto aos imigrantes residentes (Brasil, 2017; Brasil, 1997). Um avanço importante da Lei de Imigrantes é a legislação dos direitos dos emigrantes brasileiros, os que residem fora do país; como um dos seus princípios norteadores: o capítulo VII é inteiramente dedicado ao tema, visando a defesa e proteção dos direitos mediante a atuação da representação consular no país de destino, além de aprimorar sistemas de registro e promover a realização de pesquisas que visem contribuir na formulação de políticas públicas.

No Brasil, são dois os Ministérios responsáveis pelo atendimento e gestões de identificação dos imigrantes: o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério de Justiça e Segurança. Além disso, outros ministérios e órgãos dos governos federal, estaduais e municipais também oferecem atendimento em cumprimento da legislação, mas, sem ter obrigatoriamente, uma vinculação entre eles, sobre as suas ações na matéria.

O Ministério de Relações Exteriores, mais conhecido como o Itamaraty, é a principal autoridade no que tange ao atendimento da população migrante do Brasil, tanto dos imigrantes internacionais que estão ou pretendem vir ao Brasil, como os emigrantes brasileiros que residem no exterior. É responsável pela gestão de identificação dos imigrantes portadores ou solicitantes dos seguintes vistos: visita, temporário, diplomático, oficial, de cortesia e pedidos de asilo. No caso de imigrantes em situação de vulnerabilidade, está em vigor a Lei 13.684/2018 que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências (Brasil, 2018). Ainda tem uma Nota Técnica emitida em junho de 2019 (Brasil, 2019), que facilita os procedimentos especificamente para os venezuelanos, com base no inciso III do artigo 1º da Lei nº 9.474, de 1997.

Enquanto, o Ministério de Justiça e Segurança também atua na gestão de identificação dos imigrantes internacionais. Da regularização dos solicitantes de residência temporária ou permanente e das solicitações de naturalização, o órgão responsável é a Polícia Federal (PF). Os solicitantes de refúgio ou refugiados são encaminhados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Isso em concordância com suas competências sobre nacionalidade, imigração e estrangeiros, citado no artigo 1, inciso V do Decreto n.º 9.662/2019, Anexo 1, que fala da estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Por outro lado, o governo brasileiro desenvolveu recentemente duas ações emergências para o atendimento e encaminhamento dos imigrantes haitianos e venezuelanos, que pela magnitude do fluxo demandou uma atenção maior do Estado. São o caso da “Brazil Visa Application Center-Haiti”, instituição criada no ano 2015, mediante um acordo entre a OIM e o Governo Federal, para o acolhimento e assessoria dos haitianos que quiseram solicitar visto humanitário. A instituição opera em Porto Príncipe, Haiti, onde funcionários da OIM, atuam na prestação de apoio aos candidatos em língua local, no preenchimento de suas inscrições e verificação a documentação, que são encaminhadas num portal oficial do Ministério de Relações Exteriores, as quais são analisadas pela embaixada brasileira. Isso auxilia na agilização do processo, somente no primeiro ano de funcionamento foram aprovados mais de 20 mil vistos (Waldman, 2018). Atualmente, o governo Federal está avaliando realizar algumas mudanças no processo de aprovação dos vistos, que ainda são muitos e superam a capacidade de atendimento.

Pouco depois, no ano 2018, iniciou a Operação Acolhida, com sede em Pacaraima, no estado fronteiro de Roraima, gerenciada por corpos da força militar brasileira, que trabalham articuladamente com instituições humanitárias, como funcionários da ACNUR, voluntários que trabalham em Organizações não governamentais (ONG) e grupos religiosos, incluindo também funcionários dos demais órgãos assistenciais do governo municipal, como serviços de saúde, registro migratório, documentos de identidade. A partir da sua instalação até meados de 2023, encaminhou mais de 100 mil imigrantes venezuelanos até cidades do interior do país, mediante um processo de interiorização, que fornece as passagens aéreas para aqueles imigrantes que têm alguma pessoa de contato que ofereça moradia ou se tiver alguma oferta de trabalho. (Tedesco, 2023).

Por sua parte, a sociedade civil brasileira também atua na gestão migratória. As experiências narradas na bibliografia consultada, evidenciam suas contribuições para facilitar o acesso a serviços médicos, ensino do idioma, assessoria de advogados, e outros serviços de forma gratuita ou pelo menos de baixo custo; além de encaminhar vagas de emprego e aluguel para moradia. Essas ajudas podem vir de uma rede formal, como projetos de pesquisa de várias universidades públicas, ONG's, entre outras; e uma outra rede informal, que são pessoas que individualmente prestam seu apoio. Também é muito frequente encontrar nos relatos de imigrantes a participação de organizações religiosas, como a igreja católica, ordens de irmãs católicas, igrejas evangélicas, Pastorais e a religião islâmica; que oferecem comida, abrigo e encaminham outros tipos de ajuda (Ambrosini, 2017; Baeninger; Mesquita, 2016; Tedesco, 2022, 2023).

Cabe destacar a rede de conterrâneos próxima que brinda ajuda nos primeiros passos, onde o principal motor dessa rede é confiança e credibilidade, que naturalmente existe nas famílias e que é resultado do capital social que os imigrantes mais antigos, os pioneiros, vão acumulando (De Haas, 2010; Arango, 2003; Castles, 2010; Oliveira; Kulaitis, 2017); que se complementa com a rede fornecida pelo governo e organizações de ajuda humanitária, internacionais como a ACNUR e locais, como as ONG's. Atualmente, existem várias associações de imigrantes internacionais dos fluxos recentes: haitianos e venezuelanos; em cidades do sul que tem acolhido uma grande quantidade de imigrantes (Tedesco, 2022, 2023). Então, o processo de realocação dos imigrantes é realizado por diferentes vias, com auxílio público ou de forma particular.

Quanto à participação de organizações internacionais para o atendimento dos imigrantes no Brasil tem sido fundamental: ACNUR, OIM, Caritas, Cruz Vermelha, entre outras; têm presença em diferentes cenários, níveis de ação e em parceria com outras organizações. Se localizam principalmente nas localidades onde estão a maior quantidade de imigrantes (passos fronteiriços, cidades mais populosas, aeroportos com mais trânsito), e onde consideram que estejam em situação de maior risco de ser vulnerados os seus direitos. Mas, como já foi dito, isso tem uma leitura por traz para alguns pesquisadores: 1) o fato dessas organizações ter um alto financiamento de governos de países desenvolvidos, do Norte, é uma “externalização de fronteiras do Norte no Sul global” (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021); 2) a ação protetiva dos direitos humanos fundamentais que executam, maiormente em parceria com outras organizações civis locais; serve de tela para os governos restritivos ou que negligenciam a aplicação das leis, para evitar acusações por crimes de lesa humanidade (Ambrosini, 2017).

O setor privado, basicamente se preocupa pelo recrutamento dos imigrantes como mão de obra. No Brasil não existe ainda nenhum tipo de acordo com o governo nacional ou outros países quanto ao recrutamento, mas, existem referências da presença de funcionários de alguns frigoríficos da região Sul, que se alocaram junto com a Operação Acolhida, para o recrutamento de trabalhadores imigrantes que depois seriam encaminhados ao benefício da interiorização até a cidade onde ofereceram o posto de trabalho (Tedesco, 2022).

O Brasil, é um dos países que exhibe maior respeito e proteção a dignidade dos imigrantes, além de ter uma população historicamente receptiva. A Lei de Migração nº 13.445/2017 descreve 22 princípios e diretrizes pelos quais a política migratória nacional vai reger-se, onde se evidencia o claro caráter humanizado, onde o migrante internacional é um sujeito de direitos e, pela primeira vez, se declara a proteção dos emigrantes brasileiros. Destacam o repúdio à discriminação, xenofobia ou qualquer forma de racismo e as práticas de

expulsão ou deportação; declara o direito à migração documentada, à reunião familiar e as ações de acolhida humanitária e cooperação internacional, incluindo o reconhecimento acadêmico para os profissionais (Brasil, 2017). Adicionalmente, no seu artigo 3, está previsto o estabelecimento de uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, mas, não existe ainda um decreto que a regule. Neste ano, foi estabelecido um Grupo de Trabalho (GT), segundo a portaria SENAJUS/MJSP Nº 70, do 16 fev. 2023 (Brasil, 2023), que representa um importante avanço e prova do interesse do governo atual com a comunidade imigrante.

Pode-se afirmar então que, em teoria, os imigrantes internacionais no Brasil têm garantidos os mesmos direitos do cidadão brasileiro, uma vez que tenha uma permanência documentada nos canais que oferecem as Leis e órgãos públicos. Existem atualmente no Brasil, uma grande quantidade de organizações civis, organizações religiosas, órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, projetos de pesquisa de várias universidades públicas, coletivos de imigrantes e outras, que trabalham na construção e manutenção de espaços assistenciais e de apoio às de populações de imigrantes internacionais.

Da revisão da bibliografia consultada, a gestão migratória se encontra em conflito nas diferentes regiões e países do mundo, e dentro de cada; parece estar dividida em dois blocos: o primeiro agrupa as nações com políticas restritas, por dizer o menos, para o ingresso e permanência, contam com uma enorme infraestrutura e força repressiva para conter o fluxo migratório a todo custo; o segundo se compõe daqueles países que tem fronteiras abertas, ao amparo de acordos regionais de livre circulação e uma legislação que conduz à rápida documentação. Mas, a população migrante sofre também com as limitações para a inserção no mercado de trabalho e nos espaços sociais, ficando vulneráveis e marginalizados, ainda que documentados. Esses dois blocos, podem ser encaixados no que Peixoto agrupa como os “nacionalistas”, ou seja os mais restritos; e os de “regulação multilateral” que estão do lado da pró-imigração, aqui coloca os empresários (Peixoto, 2019):

No caso das políticas migratórias, por exemplo, a disputa tem colocado, de um lado, os partidários de uma regulação nacional cada vez mais agressiva e, do outro, os defensores de uma regulação multilateral. As linhas que separam uns e outros não são evidentes [...] Mas, o confronto é forte e tem um desfecho incerto. A discussão entre os adversários e os defensores da migração é intensa, juntando-se os primeiros em torno de populismos vários, e reunindo-se os segundos à volta de necessidades econômicas (os empresários estão muitas vezes do lado pró-imigração), valores políticos e religiosos. (Peixoto, 2019, p. 156)

Cada um desses dois blocos atua no marco das leis que regulamentam a ordem em cada país o Estado, aderido acordos internacionais, por isso, às vezes os limites entre um e outro não

são tão visíveis. É uma questão que vem sendo discutida há um tempo, no ano 2012, falando do Fórum Global sobre Migração e Desenvolvimento, a De Wenden conclui:

[...] o multilateralismo como forma de governança da migração global é um caminho a seguir [...] a governança global da migração significa hoje conciliar objetivos e interesses importantes e tipicamente contraditórios, como os dos países de origem e de destino, empresas/corporações, sindicatos, igrejas, IGO e ONG, associações de migrantes e de direitos humanos e os receios da opinião pública (De Wenden, 2012, p. 85)

A questão para destaque, é olhar a resposta do governo e da sociedade ao fenômeno migratório no Brasil, que parece atomizada e, às vezes, até isolada. Então os avanços acontecem desigualmente nas diferentes regiões, se precisa articular essas ações, visibilizá-las, para que possam ter um impacto mais duradouro (Waldman, 2018; De Queiroz; Baeninger, 2021).

2.6 DESAFIOS NA GOVERNANÇA MIGRATÓRIA: DAS AÇÕES ATOMIZADAS A UMA POLÍTICA PÚBLICA ARTICULADA

Embora exista toda uma arquitetura de leis e órgãos destinados à atenção dos imigrantes internacionais no Brasil, suas ações se limitam ao exercício de funções assistenciais que auxiliam no primeiro momento. Ao analisar as ações que se empreenderam em resposta a nova Lei de migração, está faltando uma política pública que consiga abranger o trabalho articulado dos governos Federal, estaduais, municipais e a ação de organizações civis, acadêmicas, privadas e internacionais (Wermuth; De Aguiar, 2018; Ricci; Da Silva, 2018).

Se precisa superar alguns desafios no recente cenário legislativo, até conformar uma política migratória para a direção, articulação e fiscalização de todas as ações. Da revisão dos dados e várias pesquisas sobre o fenômeno, pode-se fazer o seguinte repasse sobre algumas questões a ter em conta, além do que já está se executando (Angelico, 2019; Abrantes, 2020; Ricci; Da Silva, 2018; Zapata; Fazito, 2018; Ferreira Da Silva, R.; Sant'ana Bento, 2021):

- a) Transferência das responsabilidades da gestão migratória inteiramente a órgãos de tipo civil, visto que manter os corpos de segurança nacional na gestão das migrações pode ser entendido como ações transitórias e um tratamento do fenômeno como ameaça, contrário aos princípios da legislação vigente.
- b) A capacitação dos servidores públicos, e ainda pode-se facilitar também para outros atores não governamentais, sobre as necessidades da compreensão linguística e cultural, além dos direitos, documentos, entre outros trâmites necessários. Com frequência, os servidores públicos ligados a atuação com imigrantes não têm treino necessário ou não

possuem clareza nas informações, também a sintonia entre os diferentes órgãos do Estado, é fraca.

- c) A provisão de recurso financeiro com repasse até os municípios indistintamente do seu tamanho, senão pela população migrante que acolhe. O orçamento para essas ações está disperso entre várias instâncias, sem nenhuma normativa que organize ou priorize seu uso.
- d) Apoio e promoção às organizações civis com protagonismo migrante, como as associações ou coletivos de imigrantes.
- e) Viabilizar a participação de imigrantes qualificados em concursos públicos e editais para estudos superiores, que atualmente limitam o acesso somente aos nacionais ou naturalizados, até privilegiando os de origem portuguesa. As cotas não costumam incluir os imigrantes nem refugiados.
- f) Neste contexto se revela a necessidade de um processo de convalidação de diplomas mais rápido, para que possam viabilizar melhores oportunidades de emprego e melhores salários. Atualmente, para o processo de revalidação de diplomas, o migrante precisa pagar altas taxas, reunir uma série de documentos, às vezes, difíceis de obter do país de origem pelas situações de crise e demais, a burocracia normal desse tipo de trâmites e aguardar um longo tempo para ter retorno.
- g) A constituição de categorias estatísticas da população migrante, visto que atualmente não oferecem suficientes recortes que permitam visibilizá-los, por exemplo: nos dados de vulnerabilidade não consta o recorte para imigrantes e refugiados.
- h) Maior atuação na integração linguística, que apresente parâmetros de formação e ensino de imigrantes e dos outros cidadãos que desejam se engajar. Por exemplo: locais de trabalho, de lazer, as vizinhanças e, sobretudo, nas escolas, onde é ainda mais crítico, para o acolhimento de crianças imigrantes.
- i) Se precisa abrir novos caminhos na migração qualificada, que historicamente vem sendo gerenciada principalmente pelas empresas multinacionais e o agronegócio, enquanto o governo federal exerce algumas ações de forma mais fraca mediante alguns programas públicos, cujo vigência depende do governo de turno, sem nenhuma política que garanta a continuidade e orçamento.

Cabe fazer menção de que o governo federal, mediante o Ministério de Relações Exteriores vem atuando articuladamente com a OIM na elaboração e distribuição de cartilhas dirigidas às populações imigrantes que já residem no país e para os que estão por vir, com

explicações breves sobre o passo a passo dos principais trâmites necessários para o acesso a serviços de identificação e assistenciais, mas, ainda é pouco conhecida ou divulgada pelo fato de não encontrar menção deles em nenhum dos trabalhos consultados.

No continente americano, o Brasil se destaca como o país promotor de uma legislação migratória considerada moderna, humanitária e inclusiva; que abrange além do reconhecimento do migrante como sujeito de direito e sua inserção laboral em condições igualitárias aos nacionais, além da participação em convenções internacionais na defesa dos direitos humanos e o combate à discriminação. Um dos poucos países que recebe imigrantes sem restrições, facilitando sua rápida regularização e tipifica como crime as ações de pessoas que promovam o ingresso ilegal ao país, com uma legislação que contribui ao combate e redução do tráfico de pessoas. A alteridade imanente da condição migrante faz com que essa população, quando desatendida, passe a engrossar as faixas dos mais vulneráveis no lugar de destino, daí a importância de virar o tratamento do fenômeno, não como um problema a ser resolvido, senão como uma oportunidade ao desenvolvimento pela contribuição que podem aportar no econômico, cultural, social e político, como bem afirmam Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015, p. 47):

As políticas de imigração deveriam ir na via de tratar as migrações na sua complexidade, multidimensionalidade (...) que possam acomodar os imigrantes no mercado de trabalho formal, com a perspectiva dos direitos humanos, contribuirá de forma decisiva a consolidar a imigração como um ativo para o desenvolvimento do país, não somente do ponto de vista econômico, mas também cultural, social e político.

Atualmente, já em meados do ano 2023, com o começo de um novo governo que declara ter caráter mais social e preocupado pelos grupos populacionais historicamente marginalizados, está-se na expectativa do resultado das ações do GT para o estabelecimento de uma política pública migratória, (Brasil, 2023), em resposta ao recente cenário dos fluxos migratórios intrarregionais do Sul-Sul. Os dados do que se dispõe atualmente são uma importante ferramenta para definir que respondam às especificidades da população migrante atual; se tem a oportunidade de abrir novos caminhos em matéria de governança migratória, porque o trabalho conjunto de diferentes atores enriquece, viabiliza e sustenta muitas ações, mas precisa de organização, direção e acompanhamento.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das migrações em décadas recentes deu uma virada, tanto no tipo de fluxo, quanto nas abordagens teóricas. Historicamente, as migrações se caracterizavam pelo movimento do Norte ao Sul Global, mas, nas últimas duas décadas, se evidencia a preponderância da migração Sul-Sul e regionalizada; os imigrantes que o Norte rejeita, viram para o Sul. A gestão migratória internacional parece estar em conflito, nas diferentes regiões/países do mundo e dentro de cada; dividida em dois blocos, os que Peixoto (2019) agrupa como: os “nacionalistas”, ou seja, os mais restritos; e os de “regulação multilateral” que estão do lado da pró-imigração.

Nas análises teóricas, se precisam abranger mais fatores além da visão neoclássica dos mercados de trabalho como único propulsor *push-pull*. Então vai ganhando espaço a teoria das redes sociais migratórias, considerando a ampliação da unidade de tomada de decisões, passando do individual ao grupal (família, co-étnicos, amigos e outras redes de apoio formais e informais), juntamente à influência do Estado e a governança migratória para o acolhimento no lugar de destino. Um outro aspecto que pode se considerar intrínseco à teoria das redes sociais, tem a ver com os conceitos de *habitus* e capital, na obra de Pierre Bourdieu, porque as ações dos agentes nas redes parecem como uma reação em cadeia (*habitus*), que atua juntamente com o capital econômico e cultural, trazido e acumulado; e, acabam influenciando as suas escolhas no lugar de destino.

O Brasil, se posiciona na geopolítica mundial, numa tríada: como país de acolhida no fluxo Sul-Sul, país de trânsito, e, ainda, país de emigrantes. Nesse cenário, o governo brasileiro tem uma arquitetura legislativa ampla, ainda que seja recente, que permite a entrada, trânsito ou permanência documentada de imigrantes internacionais, equiparando seus direitos ao mesmo nível dos brasileiros, numa visão humanizada da lei que coloca o migrante como sujeito de direito, mediante a atuação de diferentes órgãos dependentes dos governos Federal, estaduais e municipais; ao tempo que brinda serviços de assistência legal e proteção dos brasileiros que residem em outros países.

Adicionalmente, na governança migratória brasileira atuam uma ampla rede de outros atores não governamentais: 1) as organizações internacionais ter sido bastante visíveis (ACNUR, OIM, Caritas, Cruz Vermelha, entre outras) e têm presença em diferentes cenários, níveis de ação e em parceria com outras organizações; 2) a sociedade civil representada por uma rede formal e outra informal, como projetos de pesquisa de várias universidades públicas, ONG's, as organizações religiosas, como a igreja católica, ordens de irmãs católicas, igrejas

evangélicas, Pastorais e a religião islâmica, e, as pessoas que individualmente prestam seu apoio;3) o setor privado no recrutamento de trabalhadores imigrantes; e, 4) a rede de conterrâneos que brinda ajuda nos primeiros passos; existem várias associações de imigrantes internacionais dos fluxos recentes: haitianos e venezuelanos; em cidades do sul que tem acolhido uma grande quantidade deles.

Se comprovou que atualmente a população migrante no Brasil é majoritariamente latino-americana, de média-alta escolaridade (não convalidada), com significativa presença de mulheres e crianças, famílias que migram ou indivíduos que solicitam a reunião familiar; sendo preocupante que uma faixa importante está ficando na pobreza. Em paralelo, o agronegócio, a indústria, o setor de comércio/lojas e os de serviços de manutenção, evidenciam ter uma importante captação de força de trabalho migrante, com uma demanda em postos que estão na base e no topo, ou seja, altamente qualificados e outros de pouca exigência; mas, contraditoriamente, a maioria dos imigrantes empregados recebe um salário baixo, até dois no máximo. Adicionalmente os dados também revelam que regiões como o Sul, estão atravessando há anos o envelhecimento da sua população, baixa fecundidade e falta de mão de obra no meio rural. Nesse contexto, os imigrantes se mobilizam pela força das redes sociais de apoio que se vão conformando, entre familiares, conterrâneos e as instituições formais e informais que atuam localmente, elas são fundamentais na inserção.

Então, pode-se afirmar que o Brasil se encontra entre os países pro-imigrantes e que exerce uma governança “multilateral”, porém precisa de uma política pública específica que permita uma maior coordenação, organização, acompanhamento e fiscalização das ações, pelos órgãos do Estado. As pesquisas vêm retratando separadamente as experiências migratórias, e apontam como a ação dos atores envolvidos se encontra dispersa e, às vezes, até isolada, então os avanços acontecem desigualmente nas diferentes regiões, além dos conflitos que surgem na arquitetura social. É necessário encaminhar o tratamento das migrações internacionais como uma oportunidade ao desenvolvimento e, particularmente, os dados evidenciam uma oportunidade tanto aos recortes nas pesquisas quanto a uma política pública específica para as migrações, procurando conectar: o nível de escolaridade médio-alto dos imigrantes atuais e as oportunidades de emprego no agronegócio, indústria e comércio; a migração familiar e as regiões que estão ficando envelhecidas; necessidades de capacitação linguística e espaços de integração entre imigrantes e nacionais. Então, surgem questões: Como conectar mais efetivamente os imigrantes às vagas de emprego? Como fazer a convalidação de diplomas mais rápida? Como facilitar a integração e capacitação linguísticas? Como acompanhar esses

processos sob o cumprimento das leis? Como efetivar uma distribuição adequada dos recursos financeiros?

Portanto, ainda não é possível falar de política migratória no Brasil, no entanto, esse artigo evidenciou que muitos atores, governamentais e não governamentais, participam ativamente e o Estado está dando passos nessa direção.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, V.V. A necessidade de políticas públicas linguísticas para a construção da agentividade do migrante no Brasil. In: DE OLIVEIRA CABRAL, S. A. A. *et al.* **Línguas, Tecnologia, Inclusão e Ensino: caminhos que se entrecruzam.** Cajazeiras: IDEIA-Inst. 2020. Brasil. Disponível em:

<https://www.editoraideiacz.com.br/files/ugd/976354_e5f16d8ca170464db4d1c2f7601d979c.pdf#page=84 Acesso em: 30 de out. 2022.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Análise conjunta multissetorial das necessidades de refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil.**

Editorial ACNUR e OIM. Brasil. 2022. Disponível em:

https://www.r4v.info/sites/default/files/2022-04/AnaliseConjNec_Final.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Tendências globais: deslocamento forçado em 2022.** Seção de Estatística e Demografia Serviço Global de Dados ACNUR. Dinamarca, 2023 Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics> Acesso em: 19 sep. 2023.

AMBROSINI, M. Why irregular migrants arrive and remain: the role of intermediaries. **Journal of Ethnic and Migration Studies.** UK, 2016. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2016.1260442> Acesso em: 19 sep. 2023.

ANGELICO, G. G. As políticas públicas do município de São Paulo para refugiados e imigrantes analisadas a partir do referencial habermasiano: um novo paradigma para o Brasil? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.8. n.16, p. 135-164. jul./dez. 2019. Brasil. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9871/5746> Acesso em: 30 de oct. 2022.

ARANGO, J. La Explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra. **Red Internacional de Migración y Desarrollo. Migración y Desarrollo**, núm. 1, octubre, 2003. Zacatecas, México. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000102.pdf> Acesso em: 13 sep. 2023

AVALLONE, G. Migraciones y agriculturuma en Europa del Sur: emergencia de un nuevo proletariado internacional. **Migraciones Internacionales**, v. 7, n. 4, p.137-169. México 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/151/15131361005.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

AVALLONE, G. Apresentação: Trabalho y migraciones postcoloniales em la agricultura capitalista global. **Revista Theomai**, n. 38, p. 5-7. Argentina. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/124/12455418001/movil/> Acesso em: 20 sep. 2023.

AVALLONE, G. Migraciones y relaciones de umader en la agricultura global contemporánea: entre actualidad y ruptura de la herencia colonial. **Relaciones Internacionales**, n. 36. Mexico. 2017. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/download/7637/9014/0> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAENINGER, R. *et. al.* Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista jurídica: Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v.4. Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/89> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PEIXOTO DO PRADO, E. & COELHO, R. **Revista Migrações e trabalho**, p. 79-86. Ministério Público do Trabalho. Brasil, 2015.

BAENINGER, R.; MESQUITA, R. B. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. **Revista Transporte y Territorio**, n. 15, p. 146-163. Argentina, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3330/333047931010.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAUMAN, Z. Migration and identities in the globalized world. **Philosophy and Social Criticism** v. 37, n. 4, p. 425–435. UK. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0191453710396809> Acesso em: 19 sep. 2023.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Renato Ortíz (org.). Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. Editorial Ática. São Paulo, Brasil. 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WptqfkP8ZxVVg8rrTTdVv4J/?lang=pt&format=html> Acesso em: 15/09/2023

BRASIL, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). **Nota Técnica 13 de junho de 2019**. Disponível em https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf Acesso em: 18 de jun. 2022

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei Nº 13.684, de 21 de junho de 2018**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13684-21-junho-2018-786881-publicacaooriginal-155890-pl.html> Acesso em: 30 de out. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. **COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR: Ano-base 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf> Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Migração nº 13.445 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça. Gabinete. **PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 70, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-lanca-grupo-de-trabalho-de-politica-migratoria/portaria-senajus_mjsp-no-70-de-16-de-fevereiro-de-2023-portaria-senajus_mjsp-no-70-de-16-de-fevereiro-de-2023-dou-imprensa-nacional.pdf Acesso em: 23 set. 2023.

CASTLES, S. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 18, n. 35. p. 11-43. Brasil, 2010. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227> Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Edição Especial. Brasil. 2015. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf> Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. **Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. **Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 19 sep. 2023.

CECHINEL, A.; *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5; n.1. Criciúma, Santa Catarina, Brasil. jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446> Acesso em: 19 sep. 2023.

CHAUVIN, S. & GARCÉS-MASCAREÑAS, B. Contradictions in the Moral Economy of Migrant Irregularity. In: SPENCER, S. & TRIANDAFYLLIDOU, A. **Migrants with Irregular Status in Europe: Evolving Conceptual and Policy Challenges**. Chapter 3. P. 33-49. IMISCOE Research Series. Springer Open. Switzerland. 2020. Disponível em: https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/39538/1/2020_Book_MigrantsWithIrregularStatusInE.pdf#page=44 Acesso: 20 sep. 2023

CHAUVIN, S.; GARCÉS-MASCAREÑAS, B. Becoming Less Illegal: Deservingness Frames and Undocumented Migrant Incorporation. **Sociology Compass**. v. 8, n. 4, p. 422–432. 2014. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12145> Acesso em: 19 sep. 2023.

DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration Review**. n. 44, n. 1. p. 227-264. USA. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x> Acesso em: 19 sep. 2023

DE OLIVEIRA, A. M., PINHO, E. X. A constitucionalização do direito do trabalhador rural: uma análise do registro na carteira de trabalho no cenário atual. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, v.1, n.1. Brasil. 2019. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/9> Acesso em: 19 sep. 2023.

DE QUEIROZ, S. N. D.; BAENINGER, R. Interiorização da imigração venezuelana no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 12; p. 1-8. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. ABEP. 14 Anais. Brasil. 2021 Disponível em : <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3722> Acesso em: 20 sep. 2023.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43. Brasil, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 01 out. 2023

DE WENDEN, C. W. Actual Patterns of Migration Flows: The Challenge of Migration and Asylum in Contemporary Europe. In: GRIMMEL, A.; GIANG, S.M. **Solidarity in the European Union**, Cap. 6. Springer International Publishing AG. Switzerland, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-57036-5_6 Acesso em: 19 sep. 2023.

DE WENDEN, C. W. Globalization and international migration governance. **IMIS Beiträge**, n. 42, p. 75-88. Disponível em: <https://sciencespo.hal.science/hal-01024687/> Acesso em: 20 sep. 2023.

DEMÉTRIO, N. B. Espaços Regionais da Agricultura Globalizada e as Novas Migrações do Agronegócio no Brasil. **Textos NEPO**, 89. Campinas, Brasil. 2020. Disponível em: <http://haitiaqui.provisorio.ws/wordpress/wp-content/uploads/2016/10/COELHO-R.-PEIXOTO-DO-PRADO-E.-J.-2015.-Migra%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es-e-trabalho.-Minist%C3%83%C2%A9rio-P%C3%83%C2%BAblico-do-Trabalho.-Bras%C3%83%C2%ADlia.pdf#page=80> Acesso em: 19 sep. 2023.

DOMENICONI, J. D. O. S. As migrações internacionais qualificadas para o Brasil – uma abordagem complementar entre metodologias e fontes de informação nos estudos das migrações Sul-Sul. *In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES*, 12; Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). 14 Anais. p. 1-27. Brasil, 2021. Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3742> Acesso em: 19 sep. 2023.

DOS SANTOS, M. A., *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **CEDEPLAR/FACE. UFMG**. Brasil, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf> Acesso em: 19 sep. 2023.

FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI: notas introdutórias. *In: PEIXOTO DO PRADO, E.; COELHO, R. Revista Migrações e trabalho*. Ministério Público do Trabalho, p. 17-19. Brasil, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53147871/Migracoes_e_Trabalho_MPT.pdf#page=20 Acesso em: 20 sep. 2023.

FERREIRA DA SILVA, R.; SANT'ANA BENTO, J. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Revista Colombia Internacional**, n. 106. p. 165-198. Colômbia, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122021000200165&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 20 sep. 2023.

FRANÇA, A. R.; BARBATO, B. S. Trajetórias em transição: a produção de significados de uma migrante venezuelana. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v.37, n. 3, p. 292-306. Colombia, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242019000300292&script=sci_arttext Acesso em: 19 sep. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C3%83%E2%80%9A%9Ao_bimestre_com_respostas_direito.pdf Acesso em: 01 out. 2023

HERNÁNDEZ-LEÓN, R.; HERNÁNDEZ, E. S. El reclutamiento de trabajadores temporales mexicanos para Estados Unidos: Infraestructura burocrática, industria de la migración y economía duma engaño en el programa de visas H-2. **UCLA International Institute**. USA. 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0z98x5h4> Acesso em: 19 sep. 2023. <https://www.redalyc.org/pdf/3330/333047931010.pdf> Acesso em: 12 ago. 2023.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** v. 29, n. 63, p. 123-139. Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/> Acesso em: 19 sep. 2023.

LIMA, T. C. S. D.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 37-45. Brasil, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/> Acesso em: 01 out. 2023

MALLIMACI, A. I. *et al.* Dinámicas migratorias de la poblacion venezolana en América del Sur. In: GALAZ, C., *et al.* **Movimientos migratorios Sur-Sur: fronteras, trayectorias y desigualdades**, n.1, p. 8-15. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Argentina. 2021. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/07/V3_Movimientos-migratorios-sur-sur_N1.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300. Brasil, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000200007&script=sci_abstract Acesso em: 29 sep. 2023.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. **Informe sobre Migraciones en el Mundo 2022**. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra, Suíça, 2021. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022> Acesso: 19 sep. 2023.

MINAYO, M. C. D. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis, Brasil, 2009.

NOLASCO, C. Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES)** n. 434. Coimbra, Portugal. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32548> Acesso em: 30 out. 2022.

OLIVEIRA, M. D.; CAVALCANTI, L. *Habitus* e capitais migratórios de haitianos no Paraná. Trajetória educacional e inserção profissional em contextos de mobilidades. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, v. 31, p. 115-133. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ShXM9cHMnGJ3WXcwbgkdwxp/?lang=pt> Acesso em: 19 sep. 2023.

OLIVEIRA, M., KULAITIS, F. *Habitus* imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Dossiê Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2017. Brasil. Disponível em: https://www.academia.edu/download/54604722/Habitus_imigrante_e_Capital_de_mobilidade.pdf Acesso em: 30 de out. 2022.

PEIXOTO, J. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, v. 27, n. 57, p. 141-158. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/P5ZMqp36bsc4Hy7nZP6Fr4s/> Acesso em: 19 sep. 2023

PETERS, G. O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. **Tempo Social**, v. 24, p. 229-262. Brasil, 2012.

PHELPS, E. D. South-south migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **Blog the Migrationists, a Collaborative International Migration**. 6 fev. 2014. Disponível em: <https://themigrationist.wordpress.com/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/> Acesso em 19 sep. 2023.

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Editora Vozes. Traduzido por: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Brasil, 2008.

RICCI, C.; DA SILVA, J. M. C. Atualizações da lei migratória brasileira: um novo paradigma das migrações? **O Social em Questão**, ano XXI, v. 21, n.41, p. 23-44. Brasil, 2018.

SÁ-SILVA, J.R., DE ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n 1. Brasil. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

STEFONI, C. Panorama de la migración internacional en América del Sur. REUNIÓN REGIONAL LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE EXPERTAS Y EXPERTOS EN MIGRACIÓN INTERNACIONAL: PREPARADOR DEL PACTO MUNDIAL PARA UNA MIGRACIÓN SEGURA, ORDENADA Y REGULAR. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. División de Publicaciones y Servicio. Chile. 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43584-panorama-la-migracion-internacional-america-sur> Acesso em: 20 sep. 2023.

TABOADA, N. G. *et al.* Resiliência: em busca de um conceito. **Revista Bras. Crescimento Desenvolvimento Humano**. Brasil, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19807> Acesso em: 19 sep. 2023.

TEDESCO, J. C. **Imigração no Sul do Brasil: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico**. Passo Fundo. Acervus, Brasil, 2022

TEDESCO, J. C. **Imigração venezuelana no Brasil: fronteiras políticas e inserção social**. Passo Fundo. Acervus, Brasil, 2023

WALDMAN, T. C. **Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo**. OIM, Organização Internacional das Migrações. Brasil. 2018

ZAPATA, G. P.; FAZITO, D. Comentário: o significado da nova lei de migração 13.445/17, no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil. **Revista UFMG**, v. 25, n. 1 e 2, p. 224-237. Minas Gerais, Brasil, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/19540> Acesso em: 20 sp. 2023.3

3. ARTIGO 2. AS REDES SOCIAIS MIGRATÓRIAS E O FLUXO SUL-SUL: INTERMEDIações E INSERÇÃO DE VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL

Resumo

As migrações internacionais vêm aumentando a cada ano e em décadas recentes, as rotas alteraram-se do Norte ao Sul Global, gerando mudanças nas abordagens teóricas. A teoria das redes migratórias vem ganhando espaço, como ponto intermediário entre agência e estrutura e pelas intermediações dos atores envolvidos, que visa sustentar e manter os movimentos migratórios. O Brasil está entre os países com maior acolhida, recebendo 1,3 milhões de migrantes internacionais na década 2011-2020, a maioria são oriundos do Sul Global, principalmente venezuelanos e haitianos. O objetivo deste artigo é analisar as intermediações das redes sociais migratórias e sua influência no sucesso e na percepção da experiência migratória. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, com amostragem intencional de um grupo de migrantes venezuelanos no Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi de fontes primárias e secundárias, mediante a aplicação de uma entrevista semiestruturada, análise de dados estatísticos e bibliografia vinculada às categorias pesquisadas. O estudo evidenciou que a mobilidade dos migrantes que estão elegendo como destino o Brasil, se encaixam no fluxo Sul-Sul e vêm conformando redes sociais migratórias, compostas de instituições formais e informais, com forte ação do Estado, que atuam em três etapas: 1) conexão e acesso a serviços; 2) ajuda e sentimentos de tolerância; 3) defesa e participação política. Essas intermediações e os arranjos que geram, são indispensáveis para concretizar a inserção no mercado de trabalho e na vida social, além de serem o elemento mais influente na sua percepção e sentimentos de esperança e resiliência.

Palavras chaves: Migrações internacionais. Redes sociais migratórias. Migração Sul-Sul. Intermediações.

3. ARTICLE 2. SOCIAL MIGRATION NETWORKS AND THE SOUTH-SOUTH FLOW: INTERMEDIATIONS AND INSERTION OF VENEZUELAN IN RIO GRANDE DO SUL

Abstract

International migration has been increasing every year and in recent decades, routes have changed from the Global North to the Global South, generating changes in theoretical approaches. The theory of migratory networks has been gaining ground, as an intermediate point between agency and structure and through the intermediaries of the actors involved, which aims to sustain and maintain migratory movements. Brazil is among the most welcoming countries, receiving 1.3 million international migrants in the 2011-2020 decade, the majority of whom come from the Global South, mainly Venezuelans and Haitians. The objective of this article is to analyze the intermediations of migratory social networks and their influence on the success and perception of the migratory experience. This is a qualitative, descriptive and documentary research, with intentional sampling of a group of Venezuelan migrants in Rio Grande do Sul. Data collection was from primary and secondary sources, through the application of a semi-structured interview, analysis of statistical data and bibliography linked to the researched categories. The study showed that the mobility of migrants who are choosing Brazil as their destination fits into the South-South flow and has been forming migratory social networks, made up of formal and informal institutions, with strong State action, which act in three stages: 1) connection and access to services; 2) help and feelings of tolerance; 3) defense and political participation. These intermediaries and the arrangements they generate are essential to achieve insertion into the job market and social life, in addition to being the most influential element in their perception and feelings of hope and resilience.

Key words: International migrations. Migratory social networks. South-South Migration. Intermediations.

3.1 INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório aumenta em todas as regiões do mundo. A Organização Mundial para as Migrações (OIM) aponta um total de 281 milhões de migrantes até o ano 2020, a tendência ao crescimento vem acontecendo desde o início da contabilização: a população migrante hoje mais do que triplicou os 84 milhões registrados na década de 1970. Ainda que a população migrante seja uma pequena porção do total mundial (3,6%), seu impacto na economia e nos arranjos sociais dos países de origem e destino é grande, sobretudo, quando analisados os dados por regiões, tipo de migração, condição migrante e países de acolhida (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022).

Estima-se que, na década 2011-2021, viram morar no Brasil pouco mais de um milhão de migrantes internacionais, sendo que a maioria é originário do Sul Global, principalmente venezuelanos e haitianos. Essas populações migrantes provocaram a implementação de medidas emergenciais para sua atenção, que alguns julgam transitórias, distantes de concretizar alguma política pública (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021). No esforço de compreender o fenômeno migratório, as abordagens teóricas para o estudo das migrações internacionais vêm evoluindo no caminho da articulação das visões de agência e estrutura. Suas análises precisam ser suficientemente abrangentes, porque além do crescimento das migrações internacionais, também ocorrem mudanças nos tipos de migrantes e nos fluxos migratórios historicamente predominantes.

Nessa perspectiva, é pertinente falar dos fluxos migratórios, porque oferecem uma análise estatística dos movimentos baseados na direção do trajeto (origem, destino e o tipo de pessoas), e, no estudo das redes sociais migratórias, pois constrói um elo entre a experiência do migrante e fatores estruturais que envolvem processos sociais mais amplos, em um esforço por harmonizar agência e estrutura (Fazito, 2016; Nolan, 2021; Arango, 2003). Sua força argumentativa repousa sobre o conhecimento das trajetórias dos migrantes e das sociedades de origem e destino, será possível entender o fenômeno de uma forma mais próxima ao migrante (Sayad, 1998). Além disso, o conceito de *habitus*, estreitamente relacionado com o capital, auxilia o estudo, porque os padrões comportamentais, costumes, crenças que compõem as práticas sociais dos indivíduos, determinam suas escolhas, e, conseqüentemente, as formas de apropriação do capital, simbólico e material (Oliveira; Kulaitis, 2023).

Diante das mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas, em inovações tecnológicas, comunicações, legislação, acesso a meios de transporte e novos fluxos migratórios; governos e comunidade acadêmica, especialmente no Brasil, país de destino Sul-

Sul e com uma crescente população venezuelana imigrante, têm o desafio de identificar uma perspectiva teórica para explicar e se antecipar aos rumos das migrações internacionais.

Nesse sentido, surgem algumas questões: Quais fatores impulsionam a formação e manutenção das redes sociais migratórias atuais? Como funcionam essas redes e influenciam os fluxos migratórios predominantes? Como as intermediações das redes podem auxiliar o conhecimento dos novos grupos migrantes e sua inserção no local de destino?

Assim, o objetivo do presente artigo é analisar as intermediações das redes sociais migratórias e sua influência no sucesso e na percepção da experiência migratória; evidenciado pelos relatos de um grupo de oito imigrantes venezuelanos, residentes em dois municípios do estado de Rio Grande do Sul: Venâncio Aires e Júlio de Castilhos; além de dados estatísticos e bibliografia relacionada.

O conteúdo é apresentado em duas partes, que por sua vez, se desdobram em outras mais específicos. Um olhar nas teorias das migrações, como esforço por harmonizar agência e estrutura, será a temática da primeira parte, na procura de uma abordagem que consiga superar a visão de problema sobre as migrações, se aproximando dos arranjos que produzem as relações nas redes sociais migratórias. Depois, na segunda parte, uma análise dos fluxos migratórios no cenário mundial e a migração Sul-Sul, vem auxiliar a compreensão da origem, destino e o tipo de pessoas que estão migrando, e as causas que provocaram uma mudança na direção dos fluxos migratórios. O trabalho se concentra na análise comparativa de dados estatísticos e bibliografia relacionada, assim como nas experiências de oito migrantes venezuelanos entrevistados, fazendo um recorte dos seus relatos, aos fins das categorias estudadas.

Para concluir, faz-se um esforço por compreender a percepção dos imigrantes sobre sua experiência como parte da rede social no caminho ao Sul, na procura de uma teorização menos explorada, mas transversal ao fenômeno migratório, que tanto possa ser aplicada em ambientes hostis, quanto nos favoráveis, levando intrinsecamente argumentos clássicos, junto com fatos históricos, sustentados pela estatística e a empiria.

3.2 METODOLOGIA

O fenômeno migratório envolve uma série de fatores pessoais e sociais, difíceis de serem quantificados (Minayo, 2009). Nesse artigo, se pretende fornecer detalhes sobre mecanismos da inserção (acomodação) de migrantes venezuelanos no espaço social e no mercado de trabalho formal, a intermediação das redes sociais e as mudanças dos fluxos migratórios ao Sul,

Assim, a abordagem necessária é qualitativa e de tipo descritiva, pela proximidade aos sujeitos e suas escolhas, e, como apontam Poupart *et al* (2008):

colocará a questão dos mecanismos e dos atores (o ‘como’ e o ‘o que’ dos fenômenos); por meio da precisão dos detalhes, ela fornecerá informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas explicativas mais desenvolvidas (Poupart *et al*, 2008, p. 130).

Sendo o universo, a população de migrantes venezuelanos espalhados pelo Brasil, a amostragem baseia-se no estudo de casos múltiplos, que pelas limitações da mobilidade, dispersão e acessibilidade, foram escolhidos por uma amostragem intencional (Poupart *et al*, 2008), até reunir oito migrantes entrevistados, mais uma servidora da “Casa do Migrante” do Município Venâncio Aires, no estado do Rio Grande do Sul. O estudo de caso é um método de longa data, encaixa-se bem nas ciências sociais, mas, é utilizado em muitas disciplinas. Yin (2015) o identifica como o método preferencial naquelas pesquisas onde as principais questões sejam “como” ou “por quê”, o pesquisador tenha pouco controle sobre os eventos e o fenômeno estudado seja contemporâneo em seu contexto no mundo real. Os contatos com os entrevistados foram possível por indicação de um assentado da Reforma Agrária em Júlio de Castilhos e uma servidora do município Venâncio Aires; há tempo que eles conheciam e ajudavam esses imigrantes e entenderam a importância da pesquisa e a participação deles (Poupart *et al* 2008, p. 201).

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada, tentando retratar as representações sociais e as experiências de vida, baseado no princípio de diversificação interna, já que os migrantes escolhidos conformam um grupo mais ou menos homogêneo, ainda que alguns deles tenham vínculos familiares entre si; assim a posterior análise, foi dirigida pela comparação dos relatos, questões adicionais, e, a observação das reações que tiveram durante suas falas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho de 2002 a fevereiro de 2023, aplicada a 8 imigrantes de origem venezuelana no Rio Grande do Sul (RS), especificamente nos municípios Júlio de Castilhos e Venâncio Aires. Foram necessárias duas viagens para levantamento de dados de campo, onde foram entrevistados pessoalmente 4 dos imigrantes e, também a servidora da “Casa do Migrante” do município Venâncio Aires. Na cidade de Santa Maria, estava morando um outro, então uma parte da entrevista com ele foi feita pessoalmente. Depois, mediante contato telefônico, responderam ao questionário 3 migrantes a mais. Ainda depois, mediante conversações informais houve outros contatos telefônico com os entrevistados. Se procurou conhecer as suas trajetórias e como aconteceu a prática migratória

até sua acomodação no lugar de destino e a inserção no mercado de trabalho, com ênfase na ação e as mediações exercidas pela rede social que os apoia desde a saída, até o lugar de destino.

A discussão sobre as mudanças nos fluxos migratórios nas diferentes regiões do mundo, leva as pesquisas para uma abordagem mais integrativa. Por isso, Falsarella (2015) ressalta a importância da pesquisa qualitativa, a qual visa visibilizar e aprofundar o entendimento do comportamento humano e das razões que o motivam, mas também conclui que, dados quantitativos podem ser discutidos e iluminados através dos dados qualitativos, ou seja, são complementares:

[...] a atual tendência na avaliação de políticas e programas sociais é a realização de estudos de caráter quali-quantitativo (misto ou combinado), entendendo-se que abordagens qualitativas e quantitativas não são incompatíveis, mas sim complementares. Dados quantitativos, sistematizados, são iluminados por componentes qualitativos, assegurando uma melhor compreensão dos fenômenos. (Falsarella, 2015, p. 714)

Isso destaca a importância da coleta de dados através de fontes secundárias que, neste artigo, constitui-se de relatórios e dados estatísticos contidos em anais, informes, cartilhas, entre outros; gerados por órgãos nacionais e organizações internacionais. Além disso, a revisão de fontes bibliográficas, com diferentes autores que abordam as categorias estudadas, também foi parte importante para as análises propostas neste trabalho.

As análises são realizadas mediante a categorização, hierarquização e triangulação dos dados na procura de visibilizar outras leituras dos fatos (Sá-Silva; Almeida; Guindani *et al*, 2009, p.13). Finalmente, é importante salientar o que Poupart *et al* (2008) comentam:

o procedimento qualitativo busca, antes, tornar compreensível o que parece incoerente, inesperado, ou complexo na prática social, permanecendo atento à construção social dos fenômenos e ao caráter arbitrário e relativo das categorias de percepção dos problemas”. (Poupart, 2008, p. 108)

As fontes de dados sobre migrações são muitas e diversas, daí a importância de fazer a seleção correta para garantir a qualidade da pesquisa (De Sousa; De Oliveira; Alves, 2021). Nesse sentido, foram priorizadas as fontes secundárias de órgãos oficiais nacionais e internacionais e, no caso das bibliografias, se tentou abranger autores antigos e também os mais contemporâneos ou recentes na temática, situados em diferentes contextos históricos e geográficos, na tentativa de fazer uma leitura e compreensão ordenada, coerente e abrangente; que mais além de oferecer respostas, proporcione a melhor visão do fenômeno (Gil, 2002).

3.3 ALGUMAS ABORDAGENS TEÓRICAS: NA TENTATIVA DE HARMONIZAR AGÊNCIA E ESTRUTURA

Ao estudar as teorias que tentam explicar os processos migratórios, encontramos um extenso grupo de acadêmicos e pesquisadores, com diferentes visões, às vezes, complementares e, em outras, contraditórias, as quais originam um grupo complexo e pluriparadigmático. Mais recentemente, alguns coincidem em que as teorias das migrações, pela natureza simultaneamente espacial e temporal do fenômeno, são marcadas fortemente por aspectos conjunturais, visando explicar situações particulares (Nolasco, 2016; Peixoto, 2019). Nesse sentido, vamos situar a seguinte consulta numa ordem cronológica e, ao mesmo tempo, colocar os nomes e pressupostos considerados mais influentes, pelo debate que trazem sobre o papel da agência e da estrutura nos diferentes cenários da história mundial.

Quando Marx, na sua obra clássica dos estudos das ciências sociais, *O Capital*, publicada entre os anos 1867–1883, coloca em questão a divisão de classes sociais, onde um grupo privilegiado, a burguesia, detentora dos meios de produção, exerce domínio sobre outro grupo fragilizado, o proletariado, cujo único meio de subsistência é sua força de trabalho; conseguimos fazer uma releitura, em que a lógica do capital provoca uma migração “forçada” do campesinato, despojado de terras e outros meios de produção, sendo “jogado” para as cidades, para trabalhar nas indústrias que estão surgindo, dando origem ao proletariado. Mas, o que também aconteceu foi a migração deles, ainda no espaço rural, para se manter no mercado de trabalho. Por sua vez, a burguesia precisa dessa força de trabalho, barata e sem direitos, para poder manter seu projeto de acumulação.

Assim, as primeiras teorizações acerca das migrações estão vinculadas à teoria neoclássica econômica, bastante aceitas até a década de 1960-1970, continuando influentes até hoje (Arango, 2003; Nolasco, 2016). Nessa linha, são considerados como pioneiros, o geógrafo inglês George Ravenstein e outras obras subsequentes como as de Lee e Zelinski, pode-se salientar um fragmento do trabalho de Dos Santos *et al.* (2010) sobre as teorias migratórias; eles pontoam:

Os trabalhos de Ravenstein (1885) e Lee (1966) podem ser considerados pioneiros entre os estudos sobre migração. Estes trabalhos ocupam-se de um tema que será recorrente em outras abordagens: **a seletividade dos migrantes**. (Dos Santos *et al.*, 2010, p. 10, grifo dos autores)

As teorias neoclássicas fazem suas análises em duas vertentes: a visão micro, onde as decisões dos indivíduos são o centro (agência), e a visão macro, em que cobram importância as

condições do lugar de origem e de destino, as diferenças sociais, que levam as pessoas a decidirem migrar (estrutura). Daí, se derivam as análises do modelo *push-pull*: o indivíduo racionalmente se mobiliza na busca de melhores salários e bem-estar, na presença de dois polos, um mais desenvolvido e atraente e outro atrasado e carente (Peixoto, 2019; Arango 2003). Porém, surgem críticas nessa visão seletiva de migrantes com o único propósito de serem força de trabalho. Para o Joaquim Arango (2003), algumas das fraquezas da teoria neoclássica são:

[...] tem sido criticada pelas seguintes razões: menosprezar a importância de outros fatores além dos econômicos, especialmente os de natureza cultural, necessariamente influentes numa decisão tão existencial como emigrar; reduzindo mecanicamente os fatores determinantes das migrações; por tratar indiscriminadamente todos os migrantes e todas as sociedades envolvidas na migração, como se fossem homogêneas; adotando uma perspectiva estática; identificando os migrantes com os trabalhadores e ignorando qualquer migração não laboral. (Arango, 2003, p. 10)

Produto das críticas ao neoclassicismo, surge nas décadas de 1970-1980, a teoria dos mercados duais ou mercado de trabalho segmentado, onde o Peter Doeringer e Michael Piore, são uns dos nomes mais vinculados ao respeito. Situada na análise macro de fatores estruturais, o mercado de trabalho de países com economias avançadas é dividido em: a) setor primário, com vagas e salários atraentes, funções qualificadas e estabilidade; b) setor secundário, que agrupa as ocupações menos qualificadas, instáveis e de salários baixos. O setor secundário, rejeitado pela maioria dos trabalhadores nacionais, seria ocupado por mão de obra migrante. Esses estudos tomam como base a teoria neoclássica e o modelo *push-pull*, sendo criticados por pesquisadores que argumentam certa falta de análise sobre os fatores expulsos do país de origem (Peixoto, 2019; Nolasco, 2016; Dos Santos *et al.*, 2010).

Mais ou menos em paralelo à teoria dos mercados duais, emerge o modelo do Sistema-Mundo, com o Emmanuelle Walerstein como um dos expoentes mais reconhecidos (Nolasco, 2016). Nesta análise, o mundo é dividido em três camadas: a) o centro, composto pelos países mais desenvolvidos, com demanda de trabalhadores; b) uma periferia subdesenvolvida, com mão de obra sobrando e c) uma área média, de transição, com uma mistura das outras duas, mas que não se encaixa nelas, nem permite que se unam. Mais uma vez, a mobilização é gerada pela oferta e demanda no mercado de trabalho, porém, foca sua análise no desequilíbrio que causa o capitalismo quando penetra países da periferia, gerando um contingente de pessoas sem ocupação (substituídas pela tecnologia) obrigados a se empregar no setor terciário - informal ou emigrar até o centro para abastecer o sistema capitalista com mão de obra barata. Assim, Nolasco (2016) coloca algumas questões:

[...] vê o migrante como um agente passivo de satisfação dos requisitos de desenvolvimento do capitalismo mundial, sem capacidade de decisão sobre o seu percurso migratório. Esta crítica resulta do facto de algumas migrações não seguirem o percurso da estrutura hierárquica do sistema-mundo. Esta teoria também é criticável pelo facto de não considerar os aspetos políticos, nomeadamente o desempenho dos Estados no exercício do seu poder de soberania e de regulador dos fluxos nas suas fronteiras. (Nolasco, 2016, p. 24)

É dentro deste modelo que se encaixa a teoria dos sistemas migratórios, dos movimentos que historicamente acontecem entre países que dividem cultura e tradições, produto de uma história colonialista comum, por exemplo, o nomeado sistema lusófono, envolvendo inicialmente Portugal e Brasil, e, mais tarde, incorporando outros países de língua portuguesa (Nolasco, 2016; Peixoto, 2019). Arango (2003) considera o modelo útil para explicar as ligações que mantêm no tempo fluxos migratórios de antigas colônias e metrópoles, mas, parcializado, porque faz uma grande generalização da situação e história do mundo, como se todos os países repetissem o mesmo trânsito histórico, desconsiderando as escolhas e ações do indivíduo migrante, conclui que:

[...] constitui uma grande generalização, subproduto de uma interpretação unívoca, reducionista e tendenciosa da história... parece difícil conciliá-la com a tendência crescente para a diversificação das correntes e rotas migratórias... são tornando-se cada vez mais frequentes os fluxos migratórios entre pares de países que mal tiveram ou têm qualquer outra ligação que não a migração e que, portanto, não resultam da penetração capitalista de um no outro nem os migrantes seguem caminhos por ela abertos. (Arango, 2003, p. 18)

Os movimentos migratórios Sul-Norte (migrações de mexicanos para os Estados Unidos ou dos argelinos, marroquins e turcos para a Europa) são os mais antigos e bem retratados na base das diferenças estruturais das regiões e na decisão dos agentes à procura de mais oportunidades de emprego e melhores salários. A visão neoclássica resulta mais próxima e, às vezes, óbvia, porque suas análises se baseiam no funcionamento do sistema capitalista e a influência dos mercados de trabalho em mobilizar as populações. Porém, carece de princípios para explicar, por exemplo, como países com características económicas e sociais similares apresentam fluxos migratórios muito diferentes, tanto de saída como de ingresso de migrantes (Arango, 2003; De Wenden, 2017).

A partir destes debates, surge outra onda de teorias que tentam harmonizar agência e estrutura, onde as migrações são determinadas, também, pelas condições políticas ou governança migratória de cada Estado-nação e onde os agentes agem em grupo. Na década 1980-1990, a “*New Economic of labor Migration (NELM)*” ou nova economia da migração laboral, associada ao nome dos economistas Oded Stark e J. Edward Taylor, que propôs a

família ou grupo étnico, como a unidade que toma as decisões, na busca de uma distribuição ou compartilhamento do risco, ou seja, custos e retornos são divididos, mais do que maximizar a utilidade (De Haas 2010; Peixoto, 2019). Além disso, pressupõe que ainda na ausência de diferenças salariais, as migrações continuam porque os membros da unidade familiar/étnica diversificam sua fonte de renda: “as remessas dos migrantes fornecem um seguro de renda para as famílias de origem. Este motivo de dispersão de riscos pode mesmo explicar a ocorrência de migração na ausência de diferenciais salariais” (De Haas, 2010, p.243, tradução nossa).

Nesse sentido, pode-se afirmar que as teorizações até aqui, abordam indiretamente as análises da migração baseadas nas redes sociais, pelo fato de que a maioria das decisões do migrante sejam tomadas juntamente com a família, que se mantém envolvida em cada passo (entres os que saíram, os que ficam, os que estão nesse trânsito); sendo que o risco da migração é compartilhado, o migrante mantém por muito tempo laços que o unem tanto ao lugar de origem quanto o lugar de destino.

Não obstante, antes de abordar o estudo das redes, que é o foco desta pesquisa, faz-se indispensável apresentar as ideias do sociólogo argelino Abdelmalek Sayad, parceiro de Pierre Bourdieu, quem começou a estudar o fenômeno migratório dos argelinos na França, sendo reconhecido como um dos mais críticos às análises que vinham se realizando sobre as migrações na época, ao colocar-se ele mesmo como imigrante e como pesquisador. Fazendo referência a Marcel Mauss, considerou a migração como um “fato social total”, porque influencia todas as esferas da sociedade, tanto da origem, quanto do destino.

Sayad (1998) faz uma crítica aos estudos das migrações, que colocaram o fenômeno como um problema, enquanto a discussão política girava em torno de maximizar as vantagens na utilização da imigração (como mão de obra, sua função na sociedade receptora é econômica), e reduzir os custos (sociais e culturais). Transforma o olhar do fenômeno migratório para os sujeitos migrantes e os paradoxos da presença/ausência (ou dupla ausência), do transitório/duradouro e da dupla exclusão política, que os priva de direitos: está presente numa sociedade onde é “não nacional”, portanto, com direitos restringidos, e “ausente” na sua sociedade/nação, perdendo o acesso aos direitos que lá possuía.

Nessa perspectiva, somente mediante o conhecimento das trajetórias dos migrantes e das sociedades de origem e destino, será possível entender o fenômeno de uma forma mais realista. Sayad (1998) não procura dar soluções ao que não vê como um problema; outrossim, pretende revelar as representações construídas ao redor do fenômeno para refletir, como assinala Bourdieu na mesma obra, os fundamentos legítimos da cidadania, do Estado e do agir coletivo que procura manter essas representações.

3.3.1 As redes sociais migratórias: a perpetuação pelas intermediações e o habitus migrante

A partir do final do século passado (XX), é possível constatar que as teorias migratórias se aproximaram mais das abordagens sociológicas e políticas, do que da econômica, ou seja, os vieses ainda são estruturais, enquanto as análises têm uma cobertura mais ampla de fatores. As teorizações procuram atribuir igualdade de importância tanto aos fatores micro e relacionais quanto aos fatores macro, já bastante estudados, produto do pensamento contemporâneo da intensa conectividade e Globalização (Castles, 2010).

Atualmente, as migrações mais expressivas são forçadas por causa de uma crise (social, política, econômica, bélica) ou desastres naturais; são facilitadas pelo acesso aos meios de transporte e ao suporte das redes sociais de apoio (familiares, étnicas, instituições formais e informais de ajuda humanitária), que também pode ser analisado como um efeito multiplicador ou reação em cadeia ou *habitus*. O agente, quando lhe é possível decidir, não escolhe o lugar de destino somente pela força atraente de ofertas de emprego, senão, pelas políticas ou governança migratória que possam oferecer-lhe um mínimo de garantias legais e direitos fundamentais para sua inserção documentada ou “legal”, ou na carência destas garantias, pela existência de redes sociais que exerçam as mediações necessárias para sua inserção, mesmo em regimes hostis.

Nesse sentido, o avanço das tecnologias e comunicações contribui para que o processo migratório crie elos de conexão com múltiplos lugares e pessoas, se conformando um povo desterritorializado, mas que: “ainda assim permanecer um povo e até uma nação [...] O espaço – e o espaço delimitado – pode, assim, tornar-se intrínseco ao imaginário desnacionalizado da governabilidade” (Chauvin; Garcés-Mascareñas, 2020, 45-46, tradução nossa). Estamos na frente do que o Bauman (2011, p. 429) julga como a era das diásporas: “um arquipélago mundial de assentamentos étnicos/religiosos/linguísticos”; que se caracteriza pela intensa mobilidade, porque a idealização da saída, também leva em conta a possibilidade de retorno e/ou do trânsito por mais de um território (Bauman, 2011).

A teoria das redes migratórias cria um ponto intermédio entre agência e estrutura, constrói um elo entre a experiência do migrante e fatores estruturais que envolvem processos sociais mais amplos. Evolui para a visão sistêmica, menos centrada na trajetória individual, senão de uma rede total representada por uma comunidade: identificar estruturas sociais próprias e determinar certos padrões relacionais que compõem um sistema social. (Fazito, 2016; Nolan, 2021; Arango. 2003). Vários pesquisadores das migrações (Arango, 2003; Tedesco,

2022; Gnoatto, 2023), coincidem em que o conceito mais aceito e geralmente utilizado para entender o que são as redes, é do Massey:

[...] ligações sociais entre comunidades de origem a pontos específicos de destino nas sociedades receptoras. Esses laços ligam migrantes e não-migrantes dentro de uma complexa teia de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidos por um tipo informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos' ” (Massey, 1987, apud Tedesco, 2022, P. 285).

Além disso, o Fazito (2016, p. 8-9) gera um entendimento também baseado nos pressupostos de Massey, para explicar a manutenção das redes sociais, colocando que o fenômeno migratório precisa ser entendido como: “dinâmico, cumulativo e estruturado”, pela ação acumulativa de fatores socioeconômicos; as redes tendem a crescer e se perpetuarem, uma vez aberto o fluxo migratório. Acontecem mudanças no lugar de origem e de destino que acabam moldando uma cultura migratória, que adquire maior relevância pela influência das redes: distribuição de renda entre os que saíram e os que ficaram; distribuição das terras e produção agrícola mais intensiva sob a responsabilidade e ingressos para os que ficaram e, na região de destino, distribuição do capital humano e seletividade dos tipos de trabalho (Fazito, 2016; Arango, 2003; Dos Santos *et al*, 2010).

Por sua parte, Ambrosini (2017) faz uma interessante análise das funções de intermediações que acontecem durante o processo migratório e que bem podem ser aplicadas à análise das redes:

- a) conexão (do local de origem com o país destino);
- b) prestação de serviços (transporte, documentos, assistência médica, ensino da língua);
- c) ajuda em situações particulares;
- d) intermediação e tolerância exercida individualmente pelas autoridades e cidadãos, no local de destino, para suavizar as vivências do migrante;
- e) ação política, como iniciativas particulares e de organizações nacionais e internacionais, que se manifestam e exigem direitos e proteção para a comunidade migrante.

Ainda que sua análise utilize exemplo de redes em países com políticas que restringem o ingresso de migrantes como Estados Unidos e países da União Europeia (EU) para evidenciar a arquitetura da indústria migratória, é aplicável também naqueles países de fronteiras abertas à migração documentada, pois a ação mediadora das redes existe em todos os lugares onde se construíram fluxos migratórios, regularizados perante a lei ou não.

As motivações dos mediadores e o nível onde eles atuam também vem a destaque, fazendo a proposta mais abrangente, do ponto de vista do agir individual e o desenvolvimento de governanças locais, como explica:

A intermediação pode ser fornecida por motivos legais ou ilegais: alguns tipos de intermediação não infringem nenhuma lei (por exemplo, serviços prestados por ONGs ou outras instituições formais); alguns outros são claramente ilegais e perseguidos pelo sistema judicial. [...] para alguns outros, entra em jogo um compromisso organizacional ou profissional que enfatiza outras prioridades, e eles não consideram a verificação de status legal como uma tarefa adequada ou prioritária. (Ambrosini, 2017, p. 5-6)

Nessa linha do pensamento, é possível salientar que a força argumentativa das redes se alimenta também de dois conceitos sociologicamente fundamentais, de autores contemporâneos como James Coleman y Pierre Bourdieu: a acumulação de “capital cultural”, na rede de apoio, ao começo do fluxo dos que ficam, e do “capital social” da rede no lugar de destino, dos que partiram primeiro. Esse capital, por sua vez, se multiplica entre os membros da rede, como um “*habitus*” migrante. (Arango, 2003; Castles 2010; Oliveira; Kulaitis, 2017). Fenômeno que pode ser observado em dois exemplos: a comunidade de migrantes mexicanos nos Estados Unidos; e os japoneses no Brasil, comunidade mais numerosa fora do seu país, a qual também promoveu a migração de brasileiros para o Japão no final do século XX (Waldman, 2018); e, mais recentemente os haitianos e venezuelanos.

No estudo das migrações, os conceitos de *habitus* e *capital*, conforme a obra de Pierre Bourdieu, contribuem a explicar o agir dos agentes migrantes; ultrapassa a visão econômica e amplia o conceito de capital ao campo da sociologia, visibilizando a acumulação de bens simbólicos e os fatores que explicam a sua distribuição entre as classes sociais (Bourdieu, 2007). Portanto, o *habitus* está estreitamente relacionado com o capital, porque os padrões comportamentais, costumes e crenças, que compõem as práticas sociais dos indivíduos, determinam suas formas de apropriação do capital simbólico e material. Na análise das redes migratórias, esses dois conceitos resultam especialmente úteis: o estabelecimento e manutenção dos vínculos entre as pessoas foi aprimorado pelas comunicações, pelo maior e mais fácil acesso aos meios de transporte, que podem se realizar com maior frequência, viabilizando que as redes se expandam e mantenham por mais tempo.

Não obstante, uma questão é trazida ao debate: Como se tecem os novos fluxos migratórios, uma vez que, hoje, as pessoas se deslocam com mais facilidade, individualmente ou em grupos pequenos, dispersos, mudando os destinos historicamente mais procurados (do Norte para o Sul Global)? As teorizações sobre redes sociais apresentam respostas variadas:

num cenário hostil, a atuação de pessoas (família, amigos) e instituições (civis, governamentais, religiosas), que sustentam as etapas da migração, geram mais chances e oportunidades de sucesso dos projetos migratórios, pelas conexões que estabelecem (acolhida, abrigo, compartilhamento de sentimentos de esperança, que alimentam a tão citada resiliência). O conjunto de valores ou práticas (*habitus*) e do capital (trazido e acumulado) que desenvolve a rede, são fundamentais para o sucesso (Taboada *et al*, 2006; França; Barbato, 2019). Para Oliveira e Cavalcanti (2023), o *habitus* se reatualiza, e assim, os caminhos da apropriação e acumulação de capital, tanto no lugar de origem como de destino.

Assim, os pressupostos das redes sociais migratórias, que levam intrinsecamente o argumento do *habitus* migrante e da acumulação de capitais simbólicos e econômicos (Oliveira; Kulaitis, 2017); conseguem explicar as migrações diferenciadas, auxilia na compreensão da perpetuação de alguns fluxos migratórios e oferece evidências para explicar as mudanças de renda no lugar de origem, gerada pelo envio de remessas; identifica o tipo de migrante mais amplamente, nas diferentes fases de evolução da rede; complementa outros estudos sobre as migrações internacionais. Nesse sentido, alguns analistas em redes estão tentando desenvolver modelos estatísticos apropriados para a análise de dados, em um sistema de relações construído em rede, enquanto algumas pesquisas os estão utilizando de forma incipiente (Arango, 2003; De Haas, 2010; Fazito, 2016; Dos Santos *et al*, 2010). A maior parte da bibliografia consultada sugere que os estudos das redes sociais migratórias precisam ser aperfeiçoados, porém reconhecem sua utilidade.

3.4 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O CRESCIMENTO DA MIGRAÇÃO SUL-SUL: BRASIL COMO PAIS DE ACOLHIDA REGIONAL

É pertinente nesta pesquisa falar dos fluxos migratórios, porque oferecem uma análise estatística dos movimentos baseados na direção do trajeto: origem, destino e tipo de pessoas. Os dados dos fluxos migratórios são difíceis de coletar porque dependem muito do trabalho de registro de cada país, cujas plataformas e metodologias são diferentes ou utilizam dados indiretos para estimar o volume dos fluxos. Bakewell (2009) explica que os estudos dos fluxos migratórios começam no meio de um debate pelo entendimento do conceito de Norte e de Sul Global, num apelo por identificar o Sul segundo alguns organismos internacionais. Por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial agrupam os países do Sul de forma diferentes, isso tem impacto nas políticas e governança das migrações:

Em primeiro lugar, falar de migração Sul-Sul requer uma definição de “Sul” e “Norte”. Na literatura, o Sul é frequentemente considerado um sinónimo conveniente para o conjunto de países em desenvolvimento, que tem apenas uma relação limitada com as suas localizações [...] Infelizmente, não existe uma definição universal e existem três formas concorrentes de categorizar os países que podem ser considerados como em desenvolvimento e incluídos no “Sul”.

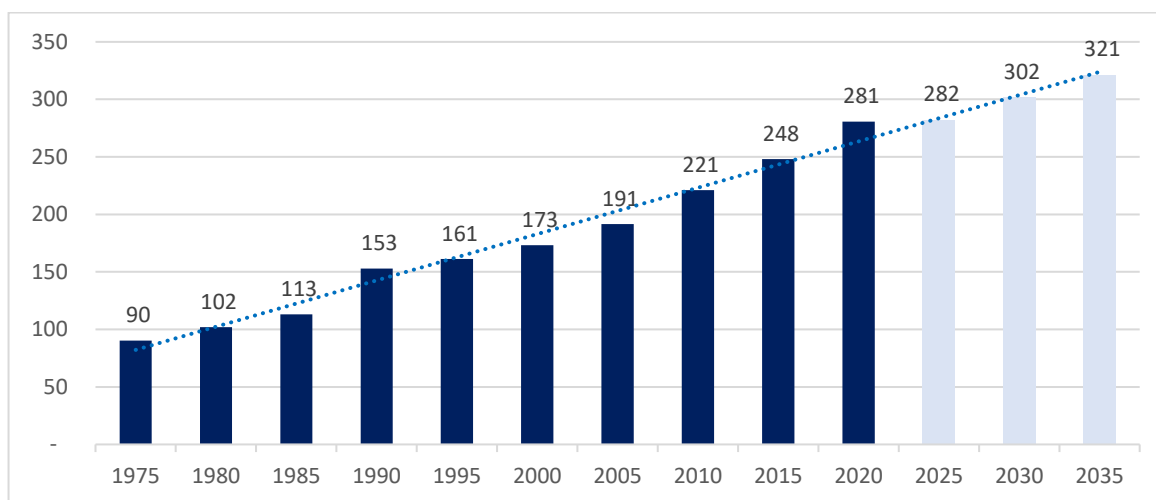
No sistema das Nações Unidas, cinco “regiões em desenvolvimento” são definidas (África, Américas, excluindo a América do Norte, Caribe, Ásia, excluindo Japão, Oceania, excluindo Austrália e Nova Zelândia) [...]

(em segundo lugar) Para o Banco Mundial, os países de rendimento baixo e médio são designados como “em desenvolvimento”. Isto exclui países como Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul e grande parte do Golfo Pérsico, que são considerados como países em desenvolvimento na classificação da ONU [...] Dado que muitos dos dados sobre a migração Sul-Sul foram gerados pelo Banco Mundial, a sua classificação tende a dominar grande parte da literatura.

(em terceiro lugar) O PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) fornece a terceira forma de categorizar os países, agrupando-os pelo seu índice de desenvolvimento humano (IDH). (Bakewell, 2009, p. 2; tradução nossa).

Se pode ver na Figura 1, como a quantidade de migrantes demonstra uma clara tendência a se manter aumentando nos próximos anos, e, além disso, cabe salientar, que nas últimas duas décadas também mudou o fluxo, ou seja, os destinos de maior acolhida; o mundo está experimentando uma virada dos movimentos migratórios Norte-Sul ao Sul-Sul (Tabela 1), e ainda mais, intrarregional.

Figura 1 – Quantidade de migrantes internacionais 2000-2020 (milhões de pessoas)



Fonte: Elaboração própria com dados do Informe sobre as migrações no mundo 2022, da OIM (MCAULIFFE & TRIANDAFYLLIDOU, 2022).

Considerando as abordagens dos fluxos, são identificados quatro blocos: migração Sul-Norte (SNM, pelas suas siglas em inglês), Norte-Norte (NNM), Norte-Sul (NSM), Sul-Sul (SSM). De Wenden (2017) fez uma descrição necessária para estudar e compreender o tema. Primeiramente, vamos identificar os países do Norte e do Sul nesta explicação:

- Sul Global: Sul e Centro América, África, Sul da Ásia, que inclui a Índia; os países do Golfo pérsico e Oceania.
- Norte Global: Norte América, Europa e Norte da Ásia.

A quantidade de refugiados foi estimada pela diferença no total de migrantes no mundo e o subtotal dos fluxos; a quantidade total dos migrantes e os refugiados, foram confirmados com Informe da OIM 2022, onde esses dados históricos são citados e atualizados, e, resultaram estar bastante próximos.

Tabela 1 – Tipo e quantidade de migrantes nos fluxos migratórios no 2015.

Fluxo Migratório	Tipo de Migrantes	Quantidade de Migrantes (MM)
Sul-Norte (MSN)	O fluxo de mais longa data inclui pessoas em busca de reagrupamento familiar, requerentes de asilo, estudantes das elites, refugiados; devido à proximidade geográfica, vínculos coloniais e linguísticos e redes migratórias transnacionais. Os direitos de saída são acessíveis, mas os de entrada são restritivos (Ex.: migrantes de México aos Estados Unidos; de Marrocos/Turquia até Europa).	70
Norte-Norte (MNN)	São na sua maioria jovens qualificados que têm os mesmos direitos à partida e à chegada. Alguns deles são passageiros, atravessando facilmente as fronteiras como estilo de vida (Ex.: a livre circulação de migrantes europeus no próprio continente).	50
Norte-Sul (MNS)	Para quem considera a mobilidade internacional um modo de vida: os idosos que procuram o sol, os jovens desempregados recém-qualificados à procura de emprego e oportunidades. Esses migrantes têm liberdade de saída e poucos requisitos de entrada.	20
Sul-Sul (MSS)	Inclui muitos migrantes ilegais, com maioria de mulheres, aumento de crianças desacompanhadas e pessoas deslocadas ambientalmente ou por crise sociais ou econômicas; há também movimentos pela força de trabalho em direção aos países do Golfo e outros países emergentes.	70
Subtotal		210
Refugiados: estão dispersos em diferentes regiões, a maioria no Sul, contribuindo à mudança do cenário histórico dos fluxos predominantes.		34
Total		244

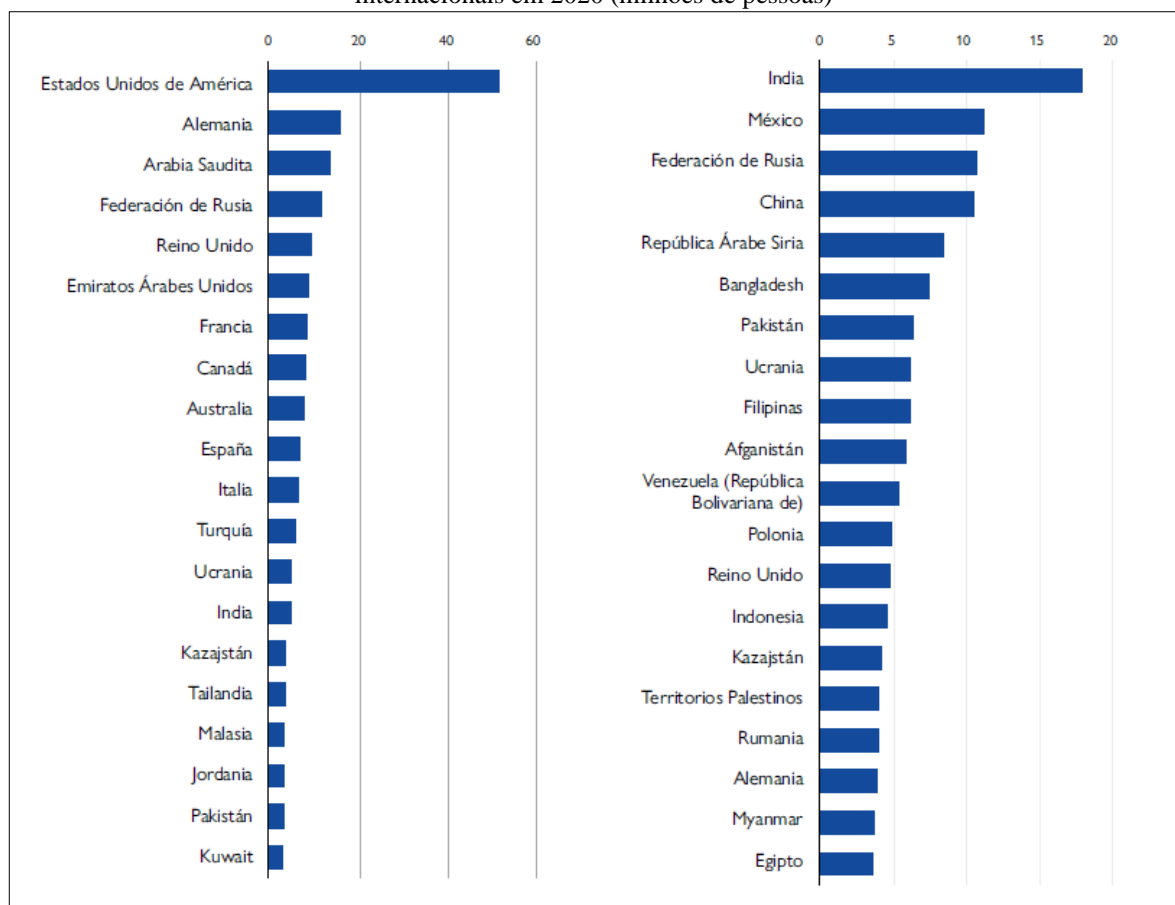
Fonte: elaboração própria com dados de (De Wenden, 2017)

A OIM declara que dos países com a maior população migrante, o Estados Unidos continua ocupando o primeiro lugar há décadas, atingindo os 51 milhões de migrantes até 2020; e se soma ao Canadá para completar o quadro de América do Norte: uns 59 milhões no total. Esse dado é significativo para ilustrar a relevância do Norte nos fluxos migratórios. Isso explica a crítica feita por Castles (2010), ao apontar, como um viés dos estudos migratórios, que a grande maioria esteja concentrada nos países do Norte, ignorando os países de origem e de trânsito, e que foi apenas a partir da primeira década do século XXI, quando algumas iniciativas

de organismos internacionais fizeram a inclusão de pesquisadores do Sul, mas os resultados, sobretudo na Europa, ainda se concentram nas análises neoclássicas e nas políticas de controle (Castles, 2010; Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022).

Para melhor compreender, a OIM oferece um retrato do ano 2020, com os vinte países de destino e origem de imigrantes internacionais. Na Figura 2, pode-se observar que os países do Sul Global são os que mais somam emigrantes ao redor do mundo. A Síria, Venezuela e Afeganistão passam a ocupar um lugar visível, pelas situações de crises e guerra que levaram suas populações a migrarem massivamente, mudando o cenário das migrações internacionais. No caso brasileiro, houve ao redor de 1,9 milhões de emigrantes somente nesse ano, 2020, ainda que não esteja entre os que mais emigram no mundo, ocupa o quarto lugar entre os países com mais emigrantes de América Latina e Caribe, superado somente por México, Venezuela e Colômbia. (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022).

Figura 2 – Os 20 principais lugares de destino (na esquerda) e de origem (na direita) dos imigrantes internacionais em 2020 (milhões de pessoas)



Fonte: OIM - Informe sobre as migrações no mundo, 2022 (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022)

Um olhar nos dados regionalizados do mesmo informe da OIM, do ano 2022, destaca como a região de América Latina e o Caribe duplicou a quantidade de migrantes nos últimos quinze anos, passando de sete até 15 milhões, e, por outro lado, teve a taxa mais alta de crescimento de acolhida de migrantes, ou seja, ao tempo que aumentam os que emigram, sobe também o número de residentes estrangeiros. É o caso dos mais de 7 milhões de venezuelanos que, a partir do ano 2015, saíram do seu país em crise, e se realocaram principalmente em países vizinhos, no Sul de América: Colômbia, Chile, Equador, Brasil e Argentina. Também se destacam os países de acolhida que, historicamente, não foram destinos procurados, como Alemanha, Rússia e países do Golfo, mas que resultaram ser os territórios mais próximos como lugar de destino de migrantes que fugiram do seu país por situações de crise: sírios, ucranianos e afegãos. No entanto, qual é a leitura que se pode fazer dessas mudanças?

Pode-se entender melhor se salientamos os dados do Informe do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), sobre as Tendências Globais do deslocamento forçado 2022: são mais de 35 milhões de pessoas no mundo que foram deslocados forçosamente e estão sendo acolhidos na condição de refugiados ou com outros visados, mas que ACNUR considera como requerentes de proteção. Esse dado é relevante, principalmente, por três razões: as mulheres representam a maioria dos adultos e segue em aumento o número de crianças desacompanhadas; os países vizinhos são os principais destinos; esses novos fluxos migratórios tecem novas redes e vínculos que vão se manter no tempo. Nesse cenário, a governança mundial das migrações tem um grande desafio pela frente, testando as políticas migratórias dos Estados de acolhida.

Outro aspecto interessante para entender as causas da virada para a migração Sul-Sul nas últimas décadas, é a profunda desigualdade na distribuição das riquezas, tanto no mundo todo, quanto no interior das diferentes regiões: segundo dados do ano 2021, o Norte Global é detentor do 46% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e agrupa somente um 17,5% da população, ou seja, o Sul, com mais de 6 bilhões de habitantes, se disputa a outra metade do PIB. O Sul, por sua vez, é um território muito desigual, dividido em pequenas porções muito ricas e extensas muito pobres, uma das consequências dessa situação é a migração dos pobres dentro da região (Sul-Sul) porque é mais barato, os trajetos são mais curtos, existem facilidades de transporte e pelo abrigo sob alguns acordos de livre circulação (Tedesco, 2023).

Por outro lado, aprofundar a análise implica olhar a agenda migratória dos países da União Europeia (EU), na qual a migração documentada é restrita para pessoas qualificadas profissionalmente; assim como a política migratória canadense, onde ser profissional, altamente qualificado, com experiência, é indispensável para ser acolhido. Nos Estados Unidos, não é

menos exigente, no portal da U.S. *Citizenship*, cita que o migrante deve ser trabalhador profissional com diploma e certa antiguidade, médicos ou investidores. Nesse cenário, os migrantes para se inserirem com “merecimento” ou serem “menos ilegal”, são alvos de alguns empregadores nos mercados capitalistas, que buscam mão de obra barata, flexível e que aceitem condições de trabalho precarizadas, sendo que ficarão sem previdência social. Não nos deve surpreender que os movimentos migratórios mudaram o destino para o Sul Global, numa mobilidade regionalizada, viabilizada por países de fronteiras abertas ou signatários de sistemas regionais de livre circulação, onde a migração acontece de forma documentada ou menos restrita. Porém, as condições de inserção dos migrantes no mercado de trabalho, indistintamente do status migratório, não são tão diferentes. (Ambrosini, 2017; De Wenden, 2017).

Estamos de frente a uma regionalização das migrações, e sua predominância no Sul do continente americano é um fato, aparecendo novas categorias de migrantes e levando à criação de novas categorias de permanência. Porém, o direito de se mobilizar continua sendo coagido nos países mais desenvolvidos, a mobilidade é segmentada pela nacionalidade, especialmente na União Europeia (EU) e América do Norte (Estados Unidos e Canadá), enquanto governos, principalmente do Sul Global, nos últimos vinte anos, empreenderam consensos e convênios internacionais para o livre trânsito dos seus cidadãos, ainda que alguns deles não estejam funcionando plenamente por causa de conflitos conjunturais regionais (De Wenden, 2017; Peixoto, 2019; Castles, 2010; Stefoni, 2018).

Esse cenário de migração intrarregional latino-americana intensificou-se com a crise social e econômica de Venezuela, que desde o ano 2015 é detentora do movimento migratório mais expressivo do continente, não somente pela magnitude, mais de 7 milhões de pessoas emigraram (quase 20% da sua população), senão pelo curto tempo em que acontece, pouco mais de cinco anos; desafiando a capacidade dos governos de acolhida, especialmente países menos desenvolvidos de América do Sul, exigindo a presença de organizações internacionais como ACNUR, ao colocar o tema na agenda de governos e outras instâncias internacionais para defesa e proteção desses migrantes. A resposta dos países da região Sul-americana, fortemente marcada pela ação das forças de segurança em Chile, Peru, Bolívia, Equador e Panamá, e também militarizada, como a Operação Acolhida no Brasil; junto com a intervenção de organizações humanitárias internacionais, cujo financiamento vem principalmente das economias do Norte, pode ser entendida como uma externalização das fronteiras do Norte no Sul, tentado impedir por outros meios a chegada desses migrantes até seus limites reais; assim como o caráter transitório da governança migratória (Jarochinski; Baeninger, 2021; Tedesco, 2023).

Assim, fica evidente como intensas e rápidas transformações, que estão acontecendo neste século em ordem mundial, mudaram também os projetos migratórios: o avanço das tecnologias de comunicação, informação e transporte, mudanças constantes nos arranjos políticos e sociais dos Estados, mercados de trabalho mais instáveis e temporários, mudanças no aspecto econômico para uma economia mundial multipolar e os desafios das mudanças climáticas são alguns dos fatores mais influentes (De Wenden, 2017; Peixoto, 2019; Tedesco, 2023). Os dados demonstram como o Brasil se insere no fluxo das migrações Sul-Sul: a maioria dos refúgios aprovados é para imigrantes originários de um país do Sul Global, principalmente Síria, Venezuela, Haiti e Cuba (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022; Baeninger *et al.*, 2021).

As populações migrantes no mundo decidem arriscar-se à viagem, ao trânsito, e ao dilema de ficar, voltar (serem deportados) ou re-emigrar. O retorno é trágico, coloca-os em condições mais precárias do que quando saíram; ficar é um dilema, decidir viver sem direitos ou no melhor dos casos, documentados, mas com poucas garantias, visto que os convênios regionais de livre circulação que dividem vários países (do Sul Global), ainda precisam da constituição de políticas que abordem, de forma efetiva e continuada, os vieses da sua inserção no mercado de trabalho e nas sociedades de destino (Vichich, 2015; De Wenden, 2017).

Cabe, então, aprofundar as pesquisas neste cenário de crescimento das migrações Sul-Sul e sua ligação com as mudanças dos outros fluxos migratórios, o impacto nos arranjos sociais e econômicos do lugar de origem e de destino, os desafios na governança Global e na legislação dos Estados para o combate de delitos de vulneráveis (tráfico de pessoas, exploração, abuso), a possibilidade de os migrantes viverem transnacionalmente, a relutância à assimilação e o aumento das identidades diaspóricas.

É preciso mudar a visão de problema sobre a migração e colocar nas análises a contribuição da migração no desenvolvimento humano e nas estruturas econômicas e sociais; os países do Sul entram no debate das migrações, além de produtores de migrantes, agora como territórios de acolhida e de trânsito dos fluxos atuais (Phelps, 2014; De Wenden, 2017; Bakewell *et al.*, 2009).

3.4.1 Cenário atual de acolhida de imigrantes internacionais no Brasil: os latino-americanos chegaram para ficar

As migrações no Brasil historicamente se caracterizam pela mudança dos fluxos, passando de país receptor, a produtor ou de trânsito de migrantes; e retornando em décadas

recentes ao lugar de acolhida de muitos. Conhecer como aconteceram esses fluxos ajuda a entender, por um lado, alguns dos arranjos sociais que caracterizam as diferentes regiões do país e, por outro lado, a atuação das instituições (formais e informais) e dos governos ao longo do tempo, no tratamento dos migrantes internacionais.

De finais do século XIX até as primeiras décadas do século XX, no cenário da Primeira Guerra Mundial, o Brasil, assim como outros países da América do Sul, recebeu uma importante migração europeia, muitas vezes subsidiada pelo próprio governo brasileiro, majoritariamente portugueses, italianos, espanhóis e alemães (germânicos), além de japoneses. Depois da Segunda Guerra se somaram imigrantes poloneses, russos, romenos e judeus. No período pós Segunda Guerra Mundial até a década de 1970-1980, houve uma diminuição na entrada de imigrantes, devido às inúmeras mudanças que estavam ocorrendo no parque industrial nacional, na estrutura fundiária e tecnificação do espaço rural e no regime de governo de turno; o que levou ao êxodo de populações rurais, crescimento das cidades, demanda de mão de obra operária e, assim, as migrações internas foram as mais visíveis (Waldman, 2018; Fernandes, 2015).

Em paralelo, os migrantes internacionais estavam ocupando uma porção seletiva e hierarquizada da demanda de mão de obra qualificada pelos canais migratórios criados pelas próprias empresas multinacionais. Ao mesmo tempo, uma incipiente migração de bolivianos chegaria a São Paulo, por motivo de intercâmbio estudantil e cujo fluxo aberto se manterá, ampliando-se durante as próximas décadas; também aos poucos, peruanos, colombianos e paraguaios começam a migrar para o Brasil; ainda num cenário político e jurídico restrito à entrada de migrantes (Fernandes, 2015; Domeniconi, 2022). Na década 1980-1990, pela primeira vez se registra a emigração no Brasil, tendo como destinos principais Estados Unidos, alguns países de Europa, Paraguai e Japão (Waldman, 2018; Fernandes, 2015).

No começo do século XXI, enquanto o mundo é sacudido pela crise econômica mundial de 2008, algumas economias latino-americanas, em especial a brasileira, estavam experimentando um crescimento sustentado, o que ajudou a transitar na crise sem maiores estragos. Influenciando no retorno de pelo menos 35% dos brasileiros que estavam morando no exterior, e, por outro lado, colocando o Brasil como destino de migrantes internacionais, na busca de oportunidades de trabalho e qualidade de vida, o qual se evidencia no aumento de 25% ao ano, durante 2009-2013, de migrantes que solicitaram autorização de trabalho e no aumento total de 34% na população de migrantes internacionais em território brasileiro, totalizando pouco mais de 1,5 milhão de pessoas. Esses migrantes internacionais são principalmente de

origens portuguesa, japonesa, italiana e espanhola, residindo 50% em São Paulo, 20% no Rio de Janeiro e 30% repartidos entre várias regiões do país (Fernandes, 2015).

Cabe especial menção a migração de haitianos para o Brasil, a partir de 2010, que colocou cidades fronteiriças em situação de calamidade pela chegada diária de mais de 40 migrantes, durante 2011; os haitianos historicamente vinham migrando até outros países do continente (República Dominicana e Estados Unidos principalmente), mas a partir desse ano o Brasil vem somar mais um destino. O Governo Federal executou uma série de ações jurídicas e convênios binacionais para atender (e em vão conter) esse fluxo. Atualmente, a migração haitiana no Brasil se aproxima dos 150 mil imigrantes, onde alguns deles retornaram ou re-emigraram para outros países, porém mantém-se o fluxo aberto, movimentado pelas redes sociais que se conformaram entre co-étnicos e grupos de ação humanitária e pelo recrutamento laboral no trabalho sazonal rural e nos frigoríficos no Sul do país e no setor de serviços e construção em São Paulo (Fernandes, 2015; Tedesco, 2022).

A partir de 2010, experimenta-se dois influxos migratórios desafiantes para os órgãos de governo e a sociedade em geral: primeiro os haitianos, e depois, os venezuelanos a partir do ano 2015. Nesse cenário, entre os anos 2011 e 2015, migrantes de outros países também elegeem como destino o Brasil. Tirando a Venezuela do quadro, ainda é expressiva a chegada de migrantes da região Sul-americana (Haiti, Cuba, Colômbia), da África (Senegal, Angola, Bangladesh, Nigéria), da Síria e da China, entre outros, do Sul Global. Até 2021. (Baeninger *et al*, 2021; Calvalcanti, Oliveria; Silva, 2022).

O amparo dos migrantes internacionais no Brasil começa na própria Constituição Federal, no seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil, 1988). Porém, antes do ano 2017, o tratamento das migrações internacionais respondia ao Estatuto do Estrangeiro (Lei n.º 6.815/80), assinado durante o governo do General Figueiredo (1979-1985). Essa lei ditou as regras da política migratória do país por quase quatro décadas, sob uma visão restritiva ao ingresso e permanência de imigrantes internacionais, obrigando ao Estado a aprovação de algumas anistias para regularizar parte dessa população. Esse cenário melhorou a partir do ano 2017, consequência da promoção de uma postura humanista e de defesa dos direitos humanos, impulsada pela contingência surgida da migração haitiana, com a promulgação da Lei de Migração n.º 13.445/2017, que foi decisiva no avanço do tratamento aos migrantes internacionais, principalmente no respeito aos Direitos Humanos, aunada à Lei de Refúgio n.º 9.474/1997; ambas visam esclarecerem os direitos, deveres e a desburocratização, facilitando o

acesso dessas pessoas aos seus direitos e aos serviços públicos essenciais (Brasil, 2017; Brasil, 1997).

Nesse sentido, o fluxo migratório intrarregional na América do Sul e Caribe, coloca o Brasil entre os países com maior acolhida no século XXI. O Relatório Anual do Observatório Internacional de Migração (Obmigra) de 2021, indica como o registro anual de migrantes passou de 74.339 em 2011 à cifra de 181.584 em 2019, considerando todos os amparos legais. Porém, esse dado poderia ser ainda maior, considerando-se os que estavam sem documentação e os solicitantes de refúgio (Calvacanti; Oliveria; Silva, 2021). Destaca-se, igualmente, as solicitações de refúgio, sobretudo na quantidade e o país de origem, quase a totalidade do Sul Global. No período 2010-2021, foram recebidas 298.331, um aumento exponencial se comparado com a década anterior, pouco mais de 2000 solicitações. O grande volume de solicitações levou ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) realizar aprovação em bloco durante os anos 2019 e 2020, ficando ainda uma alta quantidade de solicitações em espera, mais de 180mil migrantes ficaram em processo de tramitação.

Estima-se que na década 2011-2021, chegaram ao Brasil pouco mais do que um milhão de migrantes internacionais, a maioria deles é oriundo do Sul Global, principalmente venezuelanos e haitianos. Desse total, a porção de menores de 18 anos vem em aumento, representando, em 2021, 30% da população imigrante, ou seja, 70% estaria em idade adulta, com possibilidade de se inserir no mercado de trabalho. Também é significativo o aumento das mulheres migrantes, que no mesmo período quase triplicou, passando de menos de 20 mil em 2011, a mais de 60 mil em 2021

É importante ter em conta que os dados em geral mudam de um órgão para o outro e de um ano até o próximo, quando são revisados e atualizados, isso porque muitos dos migrantes não passam pelos registros oficiais, tomam vias de acesso alternativas, ainda que sejam cadastrados, podem retornar ao seu país ou emigrar a um terceiro destino (re-emigrar) sem que seja contabilizado. Então, os dados talvez sejam próximos à realidade, com a possibilidade de encontrar inúmeras diferenças entre as fontes (Tedesco, 2023; Cavalcanti, Oliveira; Silva, 2021).

Além disso, o Brasil continua sendo um país com fluxo emigrante importante, segundo o Relatório do Ministério de Relações Exteriores, no ano 2022, uns 4,5 milhões de brasileiros residiam fora do país, a maioria na América do Norte (principalmente Estados Unidos) e Europa (principalmente em Portugal, Reino Unido, Alemanha e Itália). O *dashboard* do *site* da Unidade

de Análise Migratória da ONU (DAE ONU)¹, mostra que a tendência da emigração no Brasil se manteve em aumento nas últimas três décadas ; e, como já foi dito, coloca o país no quarto lugar dos países com mais emigrantes na América Latina e Caribe (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022; Brasil, 2023).

3.5 VENEZUELANOS NO BRASIL: DA CALAMIDADE À ACOMODAÇÃO

Venezuela, país que, no ano 2011, superou a Arábia Saudita nas exportações e nas reservas provadas de petróleo cru, e cuja economia girava em torno desse mercado, que lhe rendeu muita riqueza ao longo da sua história contemporânea, sucumbiu numa profunda crise política, econômica e humanitária sem precedentes, na segunda década do século XXI, provocando a migração forçada de uma boa parte da sua população, quase 8 milhões até meados de 2023, sendo o maior movimento da história migratória recente da América Latina (Tedesco, 2023, Baeninger *et al*, 2021).

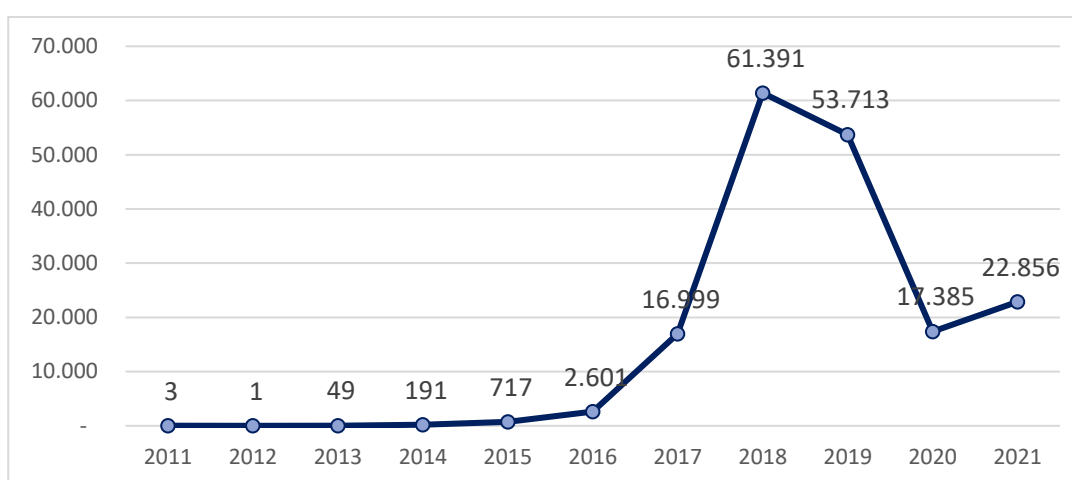
Para contextualizar melhor o caso da migração venezuelana no Brasil, pode-se falar um pouco das fronteiras terrestres que dividem Brasil e Venezuela, ao redor de 2,199 km principalmente de floresta ou áreas protegidas, o corredor se localiza entre as cidades de Santa Elena de Uairén, do lado venezuelano e Pacaraima do lado brasileiro. Historicamente, Santa Elena foi uma cidade turística porque daí costumavam sair *tours* com destino ao parque nacional “La Gran Sabana”, isso fez com que fosse muito dinâmica na área comercial e de serviços, então o fluxo de brasileiros cruzando a fronteira tradicionalmente foi maior. Por seu lado, Pacaraima sempre foi menor e pouco movimentada. Porém, o que ambas as cidades tinham em comum era a população multiétnica, convivendo brasileiros, venezuelanos, indígenas (de ambos os países) e outras nacionalidades de migrantes dedicados ao comércio, além dos turistas frequentes. Esse espaço tranquilo, tornou-se o principal corredor terrestre dos migrantes venezuelanos vindos para o Brasil, especialmente a partir de 2015. Foi tão expressiva a chegada dos imigrantes, além da presença de um contingente de pessoas em ações humanitárias e a ativação da Operação Acolhida, executada pelas forças militares do governo brasileiro, que resultaram no aumento das demandas e consumo de bens e serviços, o que se traduziu, no ano 2017, no aumento do PIB do estado de Roraima (Tedesco, 2023; Baeninger *et al*, 2021).

Na figura 3, pode-se observar como o fluxo de venezuelanos para o Brasil começou a aumentar significativamente a partir do ano 2015, quando se deu o registro de 717 solicitantes

¹ O dashboard da ONU (DAE ONU) está disponível no link:
https://www.migrationdataportal.org/es/international-data?i=stock_abs_origin&t=2020&cm49=76

de refúgio e, com o agravamento da crise no ano seguinte, aumentou para 2.601; continuando a subir nos anos seguintes; somente em 2020-2021 houve um descenso causado pela pandemia, pode-se observar na figura 5. Destaca-se que, no ano de 2019, o CONARE recebeu um total de 82.552 solicitações de refúgio, sendo o maior volume na última década, e destes, 65% foram requeridos por venezuelanos (53.713 solicitações). Na chamada pós pandemia, ano 2022 e andamento de 2023, evidencia-se o aumento da migração venezuelana (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022).

Figura 3 – Solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil na década 2011-2021



Fonte: Elaboração própria com dados do Informe da OIM, 2022 (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022)

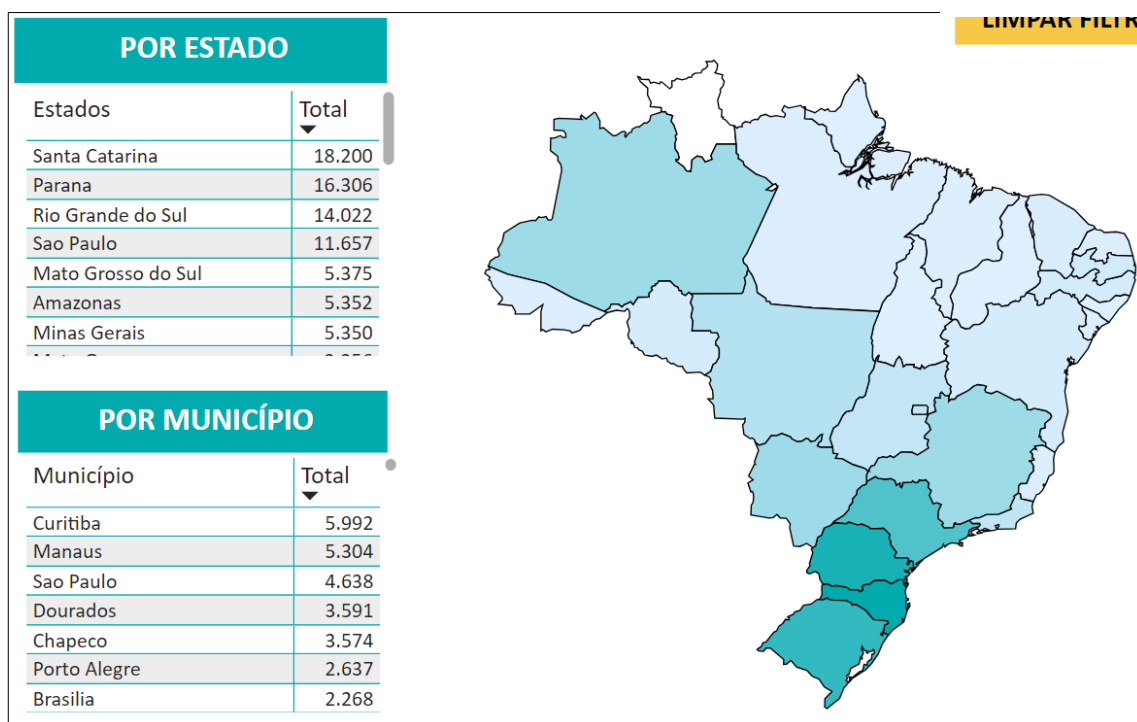
No ano 2018, a Operação Acolhida foi instituída numa Medida Provisória, transformada em Lei nº 13.684/18, a qual deliberou para a efetivação do “Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”. Para o Tedesco (2023, p. 14), a Operação Acolhida pode ser catalogada como a maior operação dessa índole na história brasileira e, possivelmente, no mundo; depois de vivenciar o seu funcionamento dia a dia, mediante o trabalho voluntário feito no ano 2022, como parte da sua pesquisa.

A referida operação é financiada pelo governo brasileiro e executada pelas forças armadas, atua com apoio de agências da ONU (ACNUR, UNICEF, Cruz Vermelha), além de organizações da sociedade civil e privadas. Seu funcionamento se estrutura em três eixos estratégicos: ordenamento (recepção, identificação e fiscalização sanitária), acolhimento (abrigo, alimentação, lazer e saúde básica) e finalmente interiorização (traslado para outras regiões com mais oportunidades de emprego, acomodação e redes sociais de apoio). Desde seu início até meados de 2023, quase 100 mil venezuelanos foram encaminhados pelo processo de

interiorização, além de facilitar a atenção primária para todos os migrantes que chegam pelo ponto fronteiriço de Pacaraima. Porém, cabe destacar que a grande maioria dos imigrantes se mobilizam pela própria conta, com ajuda da rede formal fornecida pelo Estado e organizações humanitárias, como a rede informal de conterrâneos, amigos e sociedade civil.

Na Figura 4 se ilustra o processo de interiorização até dezembro de 2022, é evidente a predominância da região Sul como destino, e algumas cidades de destaque como as de maior acolhida: Curitiba, Chapecó, Porto Alegre; enquanto na região Sudeste, o estado de São Paulo está no quarto lugar entre os mais procurados. Além disso, no site do R4V², também são contabilizados os seguintes dados de interesse: 45% dos interiorizados são crianças e jovens entre zero e dezoito anos; a proporção entre homens e mulheres em idade adulta é quase igual; deles, mais da metade (52%) tem ensino médio completo, 12% têm estudos superiores e somente 2% não estão alfabetizados.

Figura 4 – Quantidade de venezuelanos interiorizados por Unidade Federativa e por Cidade (as primeiras sete na ordem decrescente) pela Operação Acolhida no Brasil no período Abril 2017- Dez. 2022.

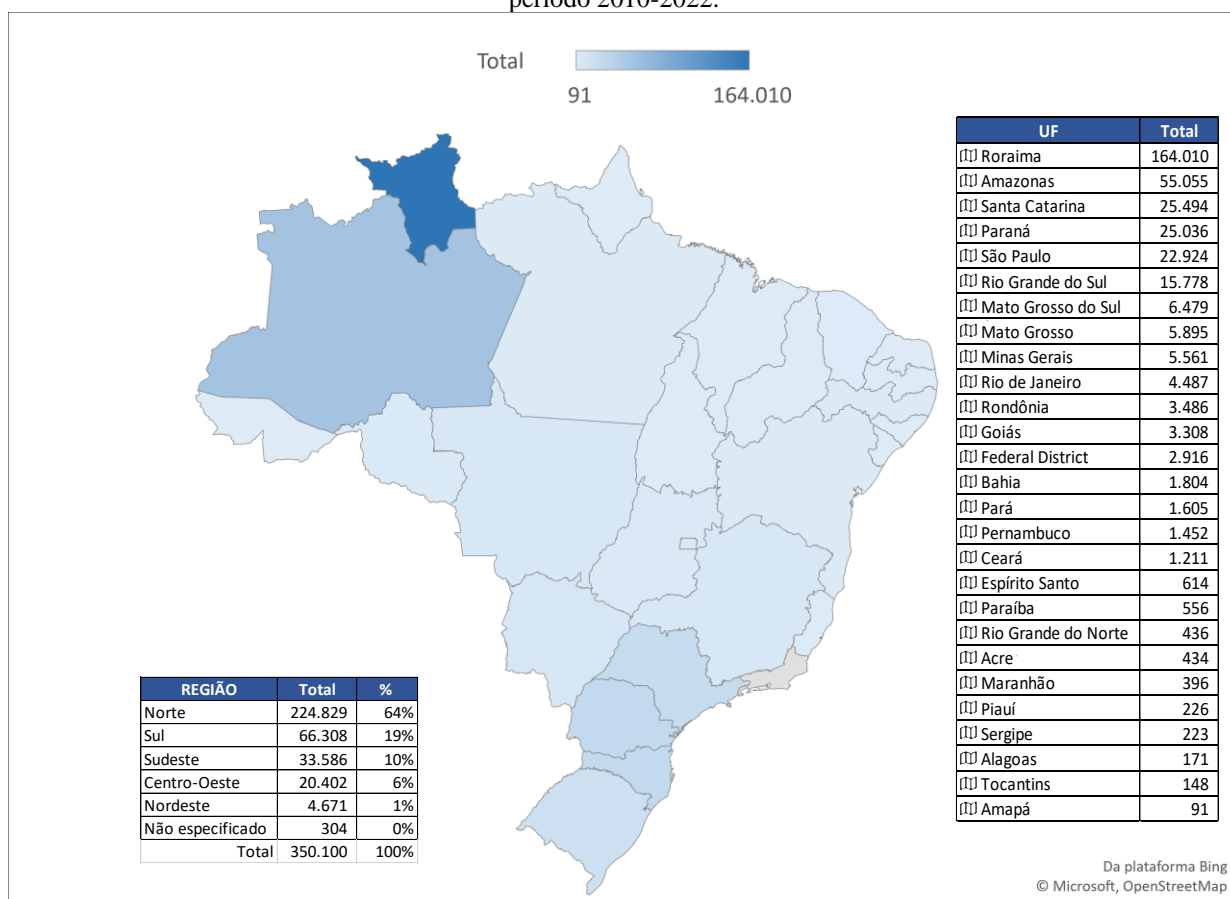


Fonte: Painel online da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

² Em 2018, sob diretrizes da ONU, foi criada a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response for Venezuelans), para o registro e seguimento à migração venezuelana no mundo, abrangendo 17 países. No Brasil conta com a parceria de 55 organizações: públicas, privadas e da sociedade civil. Também pode-se pesquisar os dados da interiorização da Operação Acolhida que são atualizados mensalmente. Acesso pelo link: <https://www.r4v.info/pt/brazil>

Um outro dado muito procurado, mas pouco retratado ou pelo menos com pouco detalhe, é a distribuição dos migrantes por nacionalidade no Brasil, e, mais especificamente dos venezuelanos; isso ajuda a entender os desdobramentos das ações dos governos regionais e os arranjos que se dão no mercado de trabalho e nos grupos sociais. O Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), de meados do ano 2019, vem divulgando as estatísticas da quantidade, localização e condição migratória da população migrante no Brasil. Na figura 5 se ilustra um recorte da quantidade imigrantes venezuelanos que chegaram ao Brasil a partir do ano 2010 até dezembro 2022, totalizando pouco mais de 350 mil venezuelanos considerando todos os vistos (não inclui os refugiados). Ao fazer uma comparação com o processo de interiorização da Operação Acolhida da Figura 4, pode-se perceber a predominância nos estados do Norte, do Sul e o estado de São Paulo, como polos de concentração dessa população.

Figura 5 – População de imigrantes venezuelanos no Brasil por unidade federativa (UF) e região acumulada no período 2010-2022.



Fonte: Elaboração própria com dados da Interface Datamigra (Sismigra) até dezembro 2022. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>

Pode-se dizer que a distribuição da população migrante venezuelana dentro de Brasil está marcado por três fatores: 1) a proximidade dos territórios faz com que a grande maioria

decida permanecer na região Norte, para encurtar distâncias e custo das viagens, sendo mais provável uma visita, o retorno ou a reunião familiar; 2) a interiorização executada pela Operação Acolhida, dessa forma o migrante consegue viajar sem custo até outras regiões, com mais oportunidades de emprego, principalmente ao Sul e Sudeste, segunda e terceira regiões com maior concentração; 3) a existência de redes sociais de migrantes pioneiros, tecedores de uma importante rede de contatos e grupos organizados, que conseguem providenciar rapidamente acomodação e emprego, em cidades como Curitiba, Chapecó, Joinville, Porto Alegre e Caxias do Sul (onde estão mais concentrados). A quantidade de residentes venezuelanos segue em aumento; a plataforma R4V divulga dados atualizados mensalmente, e, até agosto de 2023, já havia um total de 434 mil, incluindo todos os vistos, e, mais 100 mil refugiados.

Os relatórios da ACNUR e a OIM, também confirmam algumas das características da migração venezuelana: predominância do gênero feminino, 69% dos solicitantes de refúgio e praticamente a metade, quando contabilizado o total (refugiados + residentes), bastante diferente das populações migrantes de outras nacionalidades onde a grande maioria são homens, de fato, os dados de migrantes venezuelanos em outros países da América mostram mais ou menos a mesma proporção de gênero. Se observa que a grande maioria é jovem, menores de 50 anos, outros 20% agrupam crianças e adolescentes; sete de cada dez se declara solteiro/a. Esses dados assinalam duas situações a considerar: a) a maioria dos venezuelanos migram em família ou para fazer reunião familiar e b) a maioria dessas famílias provavelmente é monoparental; isso é congruente com as análises feitas dos que passam pela interiorização, como já vimos (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022; Acnur, 2021, 2022).

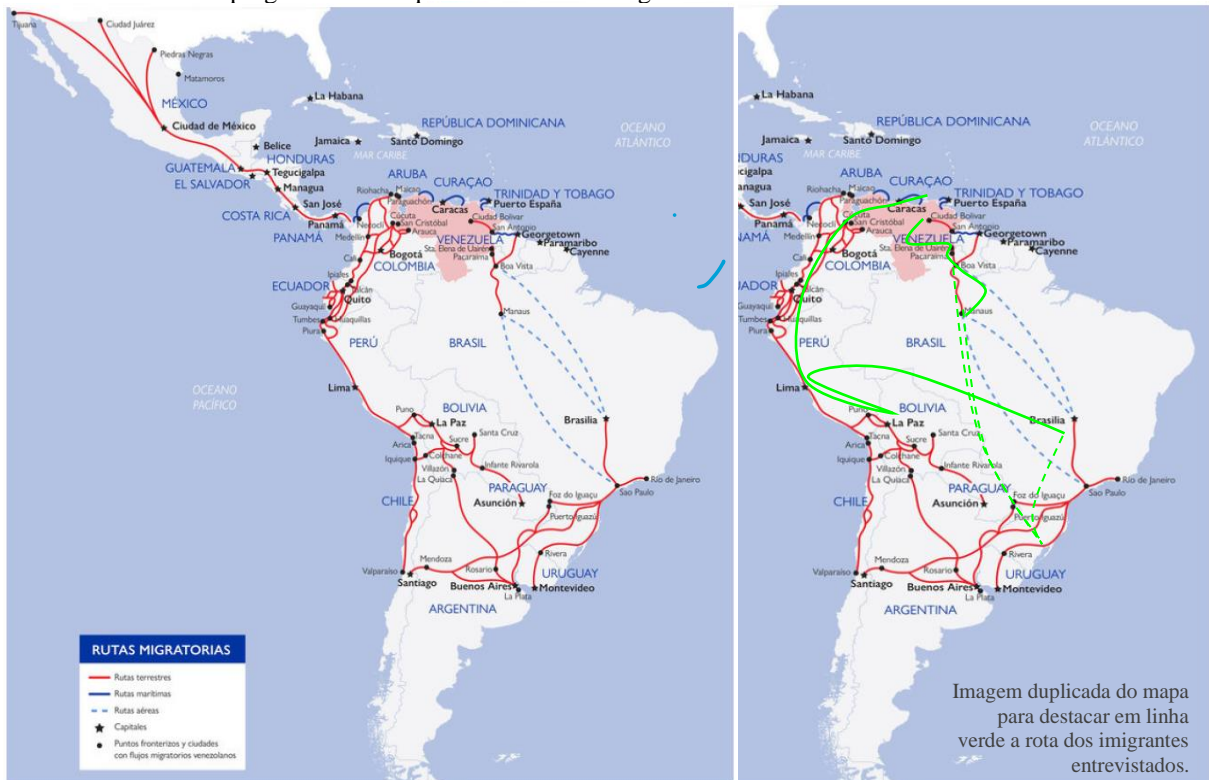
A escolaridade está relacionada tanto ao tipo de ocupação, quanto às expectativas de permanência no Brasil. Alguns estudos da migração venezuelana no continente Sul-americano revelaram alta escolaridade, porém, os diplomas não são reconhecidos perante as leis de cada país, o que implica trâmites demorados, burocráticos e caros; os venezuelanos tendem a se inserir no mercado de trabalho formal, ainda que seja em ocupações diferentes da sua formação ou experiência, ou incursionam no empreendedorismo, com o desejo de ficar permanentemente no Brasil. Uma pesquisa recente, feita no ano 2022 por ACNUR, revelou que 94% dos migrantes venezuelanos têm planos de ficar no Brasil (Ferreira Da Silva; Bento, 2021; Mallimaci *et al*, 2021).

O cenário atual do Brasil, que coloca os imigrantes oriundos do Sul Global no topo das nacionalidades mais populosas, continua sendo um desafio à governança migratória: ingresso, regularização, inserção e permanência de migrantes internacionais. Ainda falta uma maior

articulação, fiscalização e acompanhamento das ações, pelas muitas mudanças que ocorreram na última década, não somente na composição racial, senão na distribuição no território brasileiro; atualmente, as regiões Norte e Sul se posicionam como as mais procuradas, além da tradicionalmente populosa região Sudeste.

Nas pesquisas, se demandam novas abordagens, que aprofundem o conhecimento das trajetórias, contextualizando essas populações na dimensão transnacional e na identidade coletiva, imaginária e flexível da diáspora, e suas implicações tanto no país de origem como de destino (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021; Tedesco, 2022).

Figura 6 – Comparação das rotas migratórias atuais no continente americano de acordo ao tipo de transporte empregado e a rota que realizaram os imigrantes venezuelanos entrevistados.



Fonte: OIM/Gema Cortés – Niem-migrantes, 31/01/2023, inpuD TEDESCO, 2023

A trajetória dos oito venezuelanos entrevistados que vieram a morar e trabalhar no Rio Grande do Sul e as condições do trabalho na qual estão inseridos, como mão de obra barata, flexível e sob condições precarizadas, é uma amostra das mudanças nos fluxos migratórios das últimas décadas, e como a migração entre países em desenvolvimento associado à migração Sul-Sul, vem sendo o caminho daqueles que não conseguem superar as barreiras impostas pelas políticas restritivas dos países do Norte. Então, ainda que as ofertas de trabalho não pareçam atrativas, as outras condições de permanência, de inserção em outros espaços (estudos, cultura, política) são o suficiente *push* para se arriscarem vir ao Brasil.

Pode-se ver na Figura 6, como ainda que não seja relatado diretamente pelos entrevistados, seu recorrido confirma a tendência dos movimentos migratórios Sul-Sul, que vem ocorrendo desde o final do século passado até hoje, por múltiplas causas. O Brasil, como país continental que divide fronteira com 10 países, é atraente, como foi dito, pela facilidade de transporte terrestre transfronteiriço, pouca ou nenhuma restrição ao ingresso de migrantes internacionais, legislação que permite a inserção documentada (legal) e participação em convênios de livre circulação como o MERCOSUL (De Wenden, 2017; Peixoto, 2019; Castles, 2010; Stefoni, 2018).

A migração venezuelana no Brasil, assim como sua inserção na vida social e no mercado de trabalho, é singular e reúne uma série de características diferentes da migração dos outros grupos vindos do Sul como haitianos, colombianos, angolenses e senegaleses, que ocupam grande parte das pesquisas sobre migrações contemporâneas. Algumas características relevantes, segundo Jarochinski-Silva e Baeninger (2021), são percebidas na mobilidade dos venezuelanos, principalmente na América do Sul: é regionalizada, considerada migração forçada, pela situação de crise em seu país de origem; os que chegam ao Brasil tendem a permanecer nas regiões fronteiriças por um período longo, pois sua interiorização é mais demorada e maiormente assistida.

Por outro lado, o aumento de migrantes venezuelanos na região fez com que governos de todo o continente do Sul da América, incluindo o Brasil, reagissem com medidas emergenciais, que, na maioria dos casos, não se transformaram em ações duradouras (Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021), revelando uma frágil política migratória e falta de enquadramentos jurídicos mais completos, os quais garantam os direitos das diferentes categorias dos migrantes, evitando que se tornem ainda mais vulnerabilizados.

3.5.1 As intermediações e a influência das redes sociais migratórias: venezuelanos no Rio Grande do Sul

Para a análise neste artigo, serão considerados as experiências e relatos coletados no período entre os meses de junho de 2002 até fevereiro de 2023, mediante uma entrevista aplicada a 8 imigrantes de origem venezuelana no Rio Grande do Sul (RS), especificamente nos municípios Júlio de Castilhos e Venâncio Aires. A pesquisa com os imigrantes venezuelanos põe em evidência que a decisão de migrar foi impulsionada por três questões: 1) tinham uma rede social que dividia com eles o projeto migratório, construída pelos que emigraram primeiro e os que ficaram (capital social e cultural); 2) a prática migratória é comum

aos membros dos seus grupos familiares e de amizades (*habitus*); 3) um Estado favorável à migração documentada, que além disso, oferece gratuitamente serviços assistenciais, abrigo e interiorização. Eles tiveram uma rede de apoio diversificada que atuava antes, durante o trajeto migratório e depois, na inserção social e no mercado de trabalho no local de destino. Para Demétrio e Baeninger (2023), esta complexa teia responde à dinâmica das migrações Sul-Sul, que tem lugar pela forte atuação de redes de apoio formais e informais, com forte presença do Estado, resultando numa combinação de “migração dirigida” y redes sociais migratórias (Demétrio; Baeninger, 2023).

Com auxílio da família, amigos, sociedade civil e organizações civis, é possível manter e compartilhar ajuda, experiências e sentimentos de esperança e colaboração. Porém, as populações de migrantes precisam também da rede de instituições formais (grupos de ação social, ajuda humanitária, medidas protetivas governamentais), além das informais, que possam viabilizar o acesso a recursos materiais e assistenciais, para obter o suporte coletivo necessário (França; Barbato, 2019; Oliveira; Cavalcanti, 2023).

Em Pacaraima, no estado de Roraima (RR), cidade brasileira fronteira com a Venezuela, existe uma importante rede de apoio, com destaque para a ação do Governo Federal do Brasil, mediante a Operação Acolhida, dirigida pelas Forças Armadas em articulação com instituições humanitárias, como funcionários do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), voluntários que trabalham em Organizações Não Governamentais (ONG's) e grupos religiosos, como: “Mexendo a Panela”, “Caminhos da Solidariedade”, “Fundação Fé e Alegria”, Irmãs da “Congregação São José”; e também funcionários dos demais órgãos assistenciais do governo municipal, na prestação de serviços de saúde, registro migratório, documentos de identidade (Tedesco, 2023). Além dessa rede de instituições de apoio, os entrevistados afirmaram ter familiares ou amigos que ofereceram moradia e manutenção temporária, assim como contatos com possíveis empregadores. Um dos imigrantes tinha o plano de começar um empreendimento em parceria com um amigo que já residia no Brasil, mas infelizmente não deu certo.

Quadro 1 – Identificação dos imigrantes venezuelanos entrevistados (junho 2002 – fevereiro 2023), trajeto recorrido e redes (contato e instituições) de apoio.

Nome	Sexo	Idade	Local de origem (Venezuela)	Local de ingresso (Brasil)	Local destino (Brasil)	Contato principal	Instituições de acolhida ou apoio (formais e informais)
Clemente	M	49	Trujillo	Roraima	Júlio de Castilhos	Tia e sobrinhos	Operação Acolhida, Igreja, Projeto Esperança/Cooperança em Santa Maria/RS, famílias e pessoas da sociedade civil
Javier	M	30	Sucre	Acre	Júlio de Castilhos	Primo, amigo brasileiro	Órgãos assistências do Município Assis Brasil/AC, igrejas, famílias e pessoas da sociedade civil
Betzaida	F	30	Sucre	Acre	Júlio de Castilhos	Primo, amigo brasileiro	Órgãos assistências do Município Assis Brasil/AC, igrejas, famílias e pessoas da sociedade civil
Elinor	F	28	Sucre	Acre	Júlio de Castilhos	Primo, amigo brasileiro	Órgãos assistências do Município Assis Brasil/AC, igrejas, famílias e pessoas da sociedade civil
Rosario	F	51	Bolívar	Roraima	Venâncio Aires	Amigo	Operação Acolhida, Igreja, Casa do Migrante do Município Venâncio Aires/RS, famílias e pessoas da sociedade civil
Moraima	F	40	Anzoátegui	Roraima	Venâncio Aires	Irmã/Irmão	Órgãos assistências do Município Assis Brasil/AC, igrejas, famílias e pessoas da sociedade civil
Elimar	F	40	Monagas	Roraima	Venâncio Aires	Filhos	Operação Acolhida, Igreja, Casa do Migrante do Município Venâncio Aires/RS, famílias e pessoas da sociedade civil
Gael	M	50	Bolívar	Roraima	Venâncio Aires	Amigo, ex-colega do trabalho	Operação Acolhida, Igreja, Casa do Migrante do Município Venâncio Aires/RS, famílias e pessoas da sociedade civil

Fonte: Elaboração própria com informações obtidas nas entrevistas (os nomes foram trocados).

Na Figura 7, pode-se ver a rota de entrada e interiorização que seguiram os migrantes entrevistados. Cinco dos migrantes entrevistados chegaram pelo ponto fronteiro com a Venezuela em Pacaraima (RR), foram atraídos por familiares ou amigos. Quatro deles conseguiram entrar sem maiores contratempos, mas, o Clemente, junto com sua família (esposa e dois filhos), foi vítima das redes ilícitas de tráfico de migrantes, que começaram a atuar depois

do fechamento das fronteiras com a Venezuela na pandemia de Covid-19, período em que foram publicadas vinte e uma (21) Portarias de restrição à entrada de migrantes, principalmente pelas vias terrestres (Baeninger *et al*, 2021).

Figura 7 – Rotas dos imigrantes venezuelanos entrevistados (origem e destino).



Fonte: elaboração própria baseado nos relatos dos entrevistados.

Os outros três venezuelanos/as pertencem ao mesmo grupo familiar: Javier e as suas cunhadas (irmãs da esposa), Betzaida e Elinor; e estavam no Peru, antes de migrar para o Brasil. Tiveram entrada pela cidade Assis Brasil no estado do Acre (AC), na Figura 7 se pode ver a rota. Neste local, funcionários de órgãos municipais ofereceram abrigo, alimentação, atendimento médico assistencial e trâmites para documentos de identidade, daí continuaram até Rio Branco (AC), Goiânia no estado de Goiás (GO) e, finalmente, até Rio Grande do Sul (RS). Eles tinham o desejo de migrar até Uruguai, porém não foi possível. Fizeram uma travessia por

Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, logo voltaram ao Peru; aí decidiram vir ao Brasil, e do Rio Grande do Sul passar ao Uruguay. Mas, quando chegaram em Santa Maria (RS), conhecem um brasileiro que lhes ofereceu trabalho e moradia. Passaram-se três anos desde que saíram de Venezuela enquanto transitaram por esses países, até chegar ao Brasil, onde já residem há dois anos, para o momento da entrevista.

Elimar, uma das entrevistadas, fala que não desejava deixar o seu país de origem, mas foi atraída pelos filhos, no relato fica claro que ela não teve necessidade de alugar ou morar num refúgio para migrantes ao chegar, pela ajuda recebida da família; somente até ter trabalho, ela se mudou a morar sozinha:

[...] tenho meus filhos em Boa Vista, e fiquei com eles ao chegar lá... estava esperando a ONU (Benefício de Interiorização), porque meu primo me pediu, aqui tenho um primo (em Venâncio Aires/RS), mas já não moramos juntos” (Elimar, venezuelana imigrante no Município Venâncio Aires).

Betzaida é mãe de duas crianças de 6 e 2 anos de idade, junto com eles e seu parceiro, migraram até Brasil, partindo de Lima, Peru. De forma análoga aos outros casos, seu cunhado (Javier) e suas irmãs (Elinor e a esposa do Javier) atraíram-na para trabalhar no Rio Grande do Sul:

[...] eles (a irmã e o cunhado) nos disseram que o trabalho aqui era bom, porque podíamos trabalhar numa fazenda (leiteira) e que eles pagavam bem e o salário ficava inteiro para a gente (tinham moradia e refeições) e eles já estavam lá trabalhando. (Betzaida, venezuelana imigrante em Júlio de Castilhos / RS)

Além disso, no caso deste grupo familiar, vindo do Peru, foi determinante a ajuda que receberam através um contato da igreja católica, um sacerdote dispensado de seu ministério, assentado da reforma agrária, viabilizou a contratação deles e os acolheu, ao chegarem em Júlio de Castilhos (RS).

Assim, todos eles contam com uma rede de co-étnicos amigos e brasileiros próximos, que brinda ajuda nos primeiros passos, sendo o principal motor dessa rede a confiança e credibilidade, que naturalmente existe nas famílias e que é resultado do capital social que os imigrantes mais antigos, os pioneiros, foram acumulando (De Haas, 2010; Arango, 2003; Castles 2010; Oliveira; Kulaitis, 2017), que se complementa com a rede fornecida pelo governo e organizações de ajuda humanitária, internacionais como a ACNUR e locais, como diversas ONG's.

Esse primeiro contingente cumpre a função vital de conexão (Ambrosini, 2017); viabilizando três necessidades chaves: entrada, acomodação e trabalho (ou pelo menos os

contatos com possíveis empregadores); neste caso, para a maioria não houve custos econômicos, pelo fato de Brasil ter fronteiras abertas à entrada e legalização de status dos imigrantes, exceto um deles, que foi vítima de redes de tráfico de migrantes, quando as fronteiras ficaram fechadas pela Pandemia.

No caso do Clemente, ele é professor de educação física, graduado na Venezuela e seu diploma não está convalidado no Brasil; ele explica as razões que o trouxeram ao Brasil e a confiança de ter família esperando por ele aqui. Mesmo que tinha sofrido o roubo das suas pertencas e o dinheiro na fronteira, consegue chegar até Pacaraima (RR) e aí recebe, junto com sua esposa e filhos, apoio do governo brasileiro e ACNUR para a sua acomodação:

A situação econômica e a falta de serviços me obrigaram a deixar a Venezuela, viajamos (ele, esposa e os filhos) pelo país de ônibus até chegarmos a Santa Elena, fronteira com o Brasil. De lá caminhamos pela Gran Sabana Amazônica até chegarmos a Pacaraima (ou seja, eles passaram a fronteira a pé), sendo este o primeiro país em que moro (fora da Venezuela). O Brasil foi a opção mais segura e concreta, pois aqui tenho uma tia com seus filhos que são muito próximos e me incentivaram a sair, também tenho parentes morando tanto na Europa quanto em toda a América. (Clemente, venezuelano imigrante em Júlio de Castilhos)

A migração do Clemente e sua família foi orientada pela influência da rede de familiares que migraram anteriormente, o que também denota a existência do *habitus* no núcleo familiar, além de um capital cultural importante porque o primo de quem fala é um estudante de pós-graduação numa universidade brasileira.

Depois do ingresso ao país de destino e acomodação, as redes mudam sua função de conexão e passam a intermediar na prestação de alguns serviços e propriamente dito, de ajuda em geral, acompanhada de sentimentos de paciência e tolerância (Ambrosini, 2017). Essa fase é crucial para garantir a segurança, estabilidade e permanência dos migrantes no lugar de destino, com certa margem de dignidade ou merecimento dos direitos cidadãos dentro do novo espaço social (Chauvin; Garcés-Mascreñas, 2014). Sejam migrantes documentados ou não, eles procuram ter uma forma de conduta e interação social que facilite sejam reconhecidos, tolerados e, finalmente, aceitos. Nas conversações informais e pela trajetória migratória, foi possível visualizar como os migrantes voltam aos lugares e aos contatos que os ajudaram em outro momento, sobretudo, quando se deparam com situações de discriminação ou de aplicação de leis e benefícios sociais.

A intermediação da rede na prestação de serviços e ajuda em geral, pode-se enxergar quando depois de ingressar no Brasil, os contatos, grupos e instituições formais e informais, facilitam o estabelecimento dos imigrantes. Depois de ingressar no Brasil, cinco dos

entrevistados ficaram um tempo em Pacaraima (RR), dois alugaram algum sítio de moradia, dois residiram num abrigo de ACNUR e outra morou com um dos filhos que já estava vivendo lá há um tempo. Todos foram interiorizados pela Operação Acolhida: quatro foram para Venâncio Aires (RS), onde tinham garantido emprego e moradia oferecidos pela Casa do Migrante, órgão da Prefeitura; enquanto o quinto, junto com sua família, foi para Santa Maria (RS) e o outro junto com sua família foram interiorizados até a cidade de Santa Maria (RS).

Neste ponto cabe destacar o trabalho feito pela “Casa do Migrante”, órgão da Prefeitura do município Venâncio Aires, que desde o ano 2017 foi ativada, por causa da chegada de um contingente de 60 venezuelanos beneficiados pela Operação Acolhida. Nela, os imigrantes recebem atendimento mediante assessoria, encaminhamento para empregos e até moradia. Nesse ano, em 2017, muitos dos que chegaram, permaneceram durante umas semanas, até alugarem onde morar; todos passaram a trabalhar em indústrias metalúrgicas, frigoríficos e nas fumageiras. A experiência da Moraima, retrata as diferentes ajudas que receberam:

Cheguei aqui na casa do imigrante falei com a senhora, aquela chamada Simone, que me ajudou muito. Ela foi muito prestativa comigo e ajudou eu e meus irmãos a conseguir toda a documentação brasileira, ajudaram muito em relação ao trabalho. Bom, graças também às informações que dão em um grupo de imigrantes, quem disse que tinha vaga, né? Fui lá, fiz uma entrevista e daí me ligaram e fui selecionada e estou trabalhando lá, estou trabalhando lá há uns seis meses com todos os benefícios. (Moraima, imigrante venezuelana em Venâncio Aires)

Uma das servidoras contava que atualmente, ano 2023, as coisas mudaram um pouco, os imigrantes interiorizados têm muitos contatos que encaminham suas necessidades:

Então, hoje é quem recebe já diz para eles às vezes até a empresa que eles podem procurar trabalho, eu já levo um currículo para pessoa para encher até o contato assim e muitas dessas empresas, elas são próximas aqui da cidade de Venâncio no município de Venâncio, né o nosso Cine aqui de Venâncio Aires. (Laura, servidora da Casa de Migrante, na Prefeitura do município Venâncio Aires)

O caso de Gael e Rosario, faz parte desse grupo, os dois foram inseridos para trabalhar durante a safra do fumo. Mas, a percepção das experiências deles, são bem diferentes. O Gael contou que conseguiu trabalhar menos do que um mês: “tive que fazer diferentes tarefas, em horários extensos, além de ser humilhado pelo chefe, dono da fazenda”. Enquanto Rosario relatou: “o salário foi muito bom, trabalhava muito, sim, mas se sair uma vaga na safra, eu voltaria”. Ambos são profissionais, da engenharia metalúrgica e bacharelado em administração, respectivamente, porém não tem como convalidar os diplomas por questões burocráticas tanto em Venezuela quanto no Brasil, conseqüentemente, tiveram que inserir-se em qualquer posto

de trabalho. No momento da entrevista, a Rosario trabalha em vendas porta a porta, aguardando qualquer chance mais atrativa. Enquanto o Gael já tinha mais de um ano de trabalho em uma indústria metalúrgica, conseguindo se inserir num trabalho mais próximo a sua experiência:

Aos 20 dias que eu comecei trabalhar (na safra do fumo), eu já não gostava. Então, um casal de brasileiros me ofereceu moradia e trabalho com questões da metalurgia (serralheiro) [...]. Depois, peguei uma vaga de emprego numa indústria metalúrgica do município, recebo bom salário e me sinto bem melhor. (Gael, venezuelano imigrante em Venâncio Aires)

Os três entrevistados, que entraram ao Brasil pela fronteira do estado do Acre com o Peru, receberam, nesta etapa, ajuda do governo, ajudas individuais de brasileiros e também da sua família, para custear sua manutenção e as passagens até Rio Grande do Sul:

[...] e quando podíamos, economizávamos, estávamos recebendo um auxílio do governo de 600 reais por mês. Não lembro como se chamava o auxílio, que saiu com a pandemia e assim com isso e o que vendíamos na rua (venda ambulante de doces) conseguimos vir aqui (Júlio de Castilhos). Acredito também que ele nos ajudou com 500 reais (cunhado), o dono da casa (amigo brasileiro) também nos emprestou 1500 para poder vir, bom, e aí isso. Daí a gente chegou aqui, estivemos aqui, tivemos sorte assim que chegamos aqui depois de um mês, já tínhamos emprego. (Betzaida, imigrante venezuelana em Júlio de Castilhos)

Eles chegaram primeiro até Santa Maria, daí foram encaminhados até Júlio de Castilhos, por intermediação do amigo brasileiro até Júlio de Castilhos, onde tinham trabalho e moradia. O relato deste grupo é um dos mais sensíveis, porque além de migrar com crianças, três de entre 1-6 anos de idade, fizeram trajetos a pé de cidade em cidade, onde faziam vendas ambulantes na rua. Até que por fim, quando estavam em Goiás, no início da Pandemia, conseguiram pagar as passagens e chegar ao destino.

No Rio Grande do Sul, as redes sociais atuam principalmente no encaminhamento para obter documentos de identidade (Registro Nacional Migratório – RNM) se não tiverem; acesso aos serviços médicos, curso gratuito ou de baixo custo de idiomas; assessoria gratuita de advogados, inserção laboral e moradia; fornecido por amigos ou familiares, a Polícia Federal (PF) e projetos de ação social como o Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional da UFSM (Migradh) e o Projeto Esperança CoEsperança.

O Javier, com sua esposa e duas filhas de 4 e 6 anos, chegaram até Santa Maria (RS), fazendo um trajeto parecido ao da Betzaida, mas, em momentos diferentes. Ele relatou como a ajuda de pessoas e de algumas igrejas, os acompanhou no seu trajeto, além disso, contou como a primeira vez que alugou um local para morar, foi pela confiança da dona da casa, que não lhe exigiu dinheiro de entrada, a partir daí, eles foram se acomodando:

[...] sempre encontramos alguém disposto a nos ajudar e mesmo assim, quando tivemos muitos problemas econômicos, recorremos a uma igreja e eles nos ajudaram, uma igreja evangélica, católica. Eles não nos ajudam com dinheiro, realmente, nos deram uma passagem para chegar a tal lugar ou se precisávamos comer durante a viagem... mais tarde em Santa Maria conheci o Sr. Gildo (amigo brasileiro). Ele me ajudou aqui até onde eu sou, e aí foi que comecei a me estabelecer e a trabalhar por dois anos. (Javier, imigrante venezuelano em Júlio de Castilhos)

Na sequência da migração, acontece que quanto mais antigos são os migrantes na rede, obtém maior capacidade de intermediação com relação à “pressão política”, última ação de intermediação da rede (Ambrosini, 2017, p.6); pois sua experiência faz com que tenham maiores conhecimentos das leis, da cultura, do mecanismo público e burocrático, o que lhes permite negociar e se organizar para o acesso à justiça e proteção dos seus direitos. Uma das entrevistadas, a Moraima, migrante em Venâncio Aires, colocou uma queixa na Casa do Migrante porque estavam exigindo-lhe demasiados requisitos para alugar uma casa, situação que não ocorre com os nacionais. Por isso, solicitou ajuda às funcionárias do local, sendo encaminhada para receber assessoria adequada; com pouco mais de um ano morando no Brasil, ela sabe como ativar mecanismo de proteção.

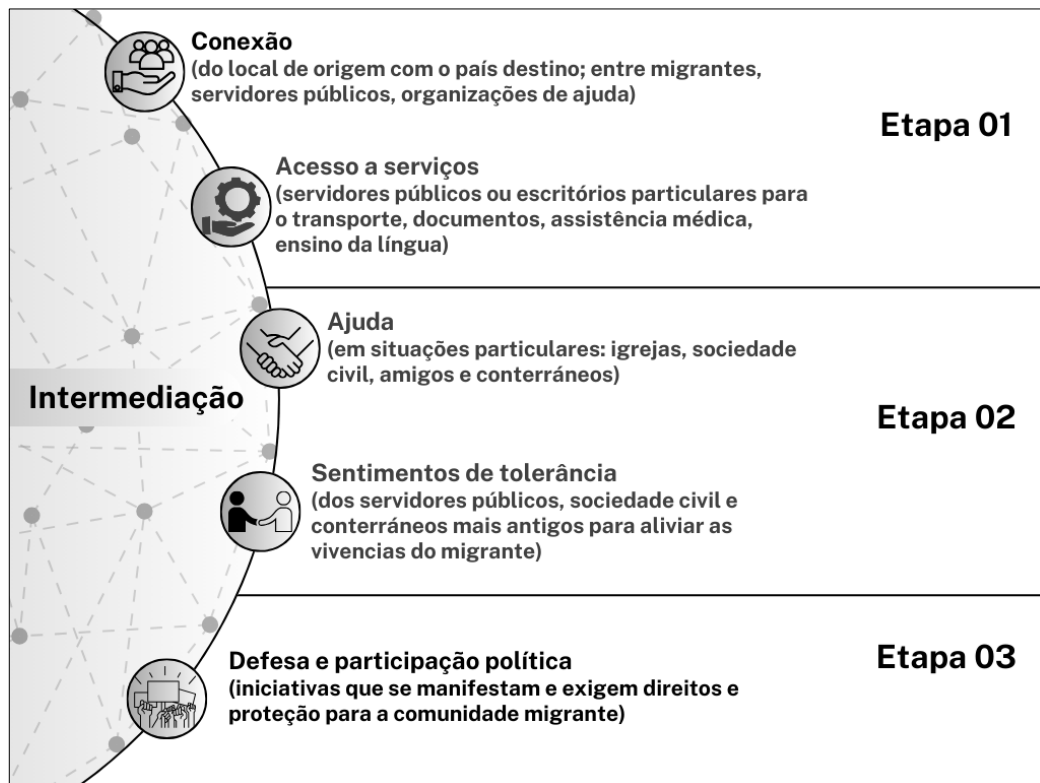
Portanto, as redes tornam-se fundamentais na acolhida, como proteção para os migrantes. Porém, com o tempo, a quantidade de pessoas envolvidas se reduz (Tedesco, 2022), na mesma medida em que os imigrantes se integram à sociedade destino, pois têm maior capacidade de encaminhar ações de inserção aos que seguem o processo migratório e menos necessidades assistenciais próprias.

Até aqui, pela experiência dos entrevistados até o momento da pesquisa, consideramos que o processo migratório sob análise das funções de intermediação aderidas às redes, pode ser agrupado em três etapas, como uma adaptação dos conceitos propostos por Ambrosini (2016), explicadas na Figura 8, sejam cronológicas ou não, mas que vão adquirindo força na medida em que avança o processo de inserção no lugar de destino:

- Etapa 01 – conexão e acesso a serviços: nos primeiros passos da imigração, as funções essenciais são a “conexão” e a “prestação de alguns serviços”.
- Etapa 02 – ajuda e sentimentos de tolerância: após a acomodação, favorece a permanência receber “ajuda” de todo tipo e gozar da “tolerância”, tanto dos nacionais quanto de outros migrantes.
- Etapa 03 – defesa e participação política: a defesa dos seus direitos, mediante a pressão e participação política, serão fundamentais para lograr o sucesso do projeto migratório.

Todos os entrevistados relataram ter obtido os documentos de identidade e carteira de trabalho em poucas semanas. No grupo de migrantes entrevistados, fica claro como os contatos e as intermediações que eles fazem, são fundamentais para possibilitar a migração, pois sem elas teriam muitas mais dificuldades. Nesse contexto se produzem novas interligações, onde os migrantes constroem conhecimentos, vínculos de apoio e amizade, que fazem com que se sintam mais confiantes e protegidos perante as dificuldades ou a discriminação. Essas ajudas desencadeiam sentimentos de gratidão pelos nacionais. Relatos parecidos são encontrados nas experiências de migrantes senegaleses e haitianos que com frequência relatam se sentirem a salvo quando finalmente chegam ao Brasil, o trajeto deles é mais longo e acidentado (Tedesco, 2022).

Figura 8 – Etapas e funções de intermediação da rede social no avanço da ação migratória.



Fonte: Elaboração própria, adaptado dos tipos de intermediação propostos por Maurizio Ambrosini (Ambrosini, 2017, p. 4-6).

A influência da família nas trajetórias desses migrantes é notável, todos possuem familiares por perto, residindo no Brasil ou que haviam migrado a outros países, com os quais mantêm contato frequente. Por outro lado, ainda que atomizadas, as instituições do Estado que brindaram assistência também contribuíram à permanência desses migrantes e, somado à ajuda de brasileiros, puderam concretizar sua inserção no mercado de trabalho. Essa rede é

fundamental para desenvolver a resiliência e adaptar-se ao novo entorno de forma saudável (Taboada *et al*, 2006; França; Barbato, 2019); ainda que estivessem em situações adversas o tenham sofrido um começo difícil, o estado emocional dos migrantes entrevistados foi sempre animado, sereno e alegre, pois manifestam-se esperançados e repletos de sonhos e projetos de permanecer no Brasil, trazer os demais familiares e atingir o bem-estar pessoal e familiar que perderam na Venezuela.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a maioria dos imigrantes internacionais, com residência ou refugiados no Brasil, são originários da Venezuela e Haiti. Eles representam um terço do total, mas também é expressiva a chegada de migrantes de outros países do Sul Global, como: da região Sul-americana (Cuba, Colômbia, Bolívia); da África (Senegal, Angola, Bangladesch, Nigéria); da Síria e da China, entre outros. Ainda que não seja relatado diretamente pelos imigrantes entrevistados neste artigo, sua trajetória demonstra a tendência dos movimentos migratórios Sul-Sul, sendo o Brasil atraente pela facilidade de transporte terrestre transfronteiriço, pouca ou nenhuma restrição ao ingresso de migrantes internacionais e uma legislação que permite uma inserção documentada (legal); vem sendo o caminho daqueles que não conseguem superar as barreiras impostas pelas políticas restritivas dos países do Norte.

Nesse sentido, a mobilidade dos migrantes, que estão elegendo como destino o Brasil, vai se inserindo no fluxo Sul-Sul, no padrão de mobilização das populações rejeitadas pelo Norte, em geral os que ocupam os estratos sociais mais baixos; então, a abordagem das redes sociais ganha espaço pela transversalidade das suas análises, conseguindo dar muitas respostas, mas também, pela forte ação do Estado para o encaminhamento dos venezuelanos. A pesquisa identificou essa rede ao passo do projeto migratório dos oito imigrantes venezuelanos entrevistados, destacando a importância da intermediação e os arranjos que geram na inserção dos migrantes nos espaços sociais e de emprego formal. Foram identificadas três etapas: 1) conexão e acesso a serviços; 2) ajuda e sentimentos de tolerância; 3) defesa e participação política. Um primeiro contingente cumpre a função vital de conexão, viabilizando três necessidades-chaves: entrada, acomodação e trabalho (ou pelo menos os contatos com possíveis empregadores); juntamente com a prestação de alguns serviços (assuntos legais, saúde, ensino). Na sequência, a rede muda suas intermediações passando, propriamente dito, à ajuda em geral (coisas pessoais, emocionais, religiosas), acompanhada de gestos e sentimentos compartilhados de paciência e tolerância (amizades, socialização, novos vínculos). Essa fase é crucial para

garantir a segurança, estabilidade, permanência e adaptação saudável ao lugar de destino, ainda estiveram em situações adversas o tinham sofrido um começo difícil. Finalmente, quando já a ação migratória vai se amadurecendo, no passar do tempo, essa antiguidade e experiências acumuladas levam a última etapa: da participação política, onde surgem iniciativas para a manutenção e proteção da rede e seus membros, como por exemplo ONG's defensoras dos direitos migrantes ou os coletivos de imigrantes que vão se conformando.

A influência da família nas trajetórias desses migrantes é notável, todos possuem familiares por perto, residindo no Brasil ou que haviam migrado a outros países, com os quais mantêm contato frequente. Por outro lado, ainda que atomizadas, as instituições do Estado que brindaram assistência também contribuíram à permanência desses migrantes e, somado à ajuda de brasileiros, individualmente ou em organizações sociais, puderam concretizar sua inserção no mercado de trabalho e na vida social. Essa rede é fundamental para desenvolver a resiliência e adaptar-se ao novo entorno. Assim, o estado emocional dos migrantes entrevistados foi animado, mostraram gentileza, sorrisos, sentimentos de esperança e ainda com planos de permanecer no Brasil, trazer o restante da família e atingir o bem-estar pessoal e familiar que perderam na Venezuela. A ajuda da rede de apoio que os acompanha é o elemento mais influente na sua percepção e sentimentos perante a experiência migratória.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Análise conjunta multissetorial das necessidades de refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil**. Editorial ACNUR e OIM. Brasil. 2022. Disponível em: https://www.r4v.info/sites/default/files/2022-04/AnaliseConjNec_Final.pdf Acesso em: 20 sep. 2023.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil**. Escritório de Negócios Estrangeiros, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO), Banco Mundial e ACNUR. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/5-pages-Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil-pt.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Interiorização: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela**. Editorial ACNUR e Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/interiorizacao-uma-estrategia-de-apoio-integracao-socioeconomica> Acesso em: 20 sep. 2023

AMBROSINI, M. Why irregular migrants arrive and remain: the role of intermediaries. **Journal of Ethnic and Migration Studies**. UK, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2016.1260442> Acesso em: 20 sep. 2023.

ARANGO, J. La Explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra. **Red Internacional de Migración y Desarrollo. Migración y Desarrollo**, núm. 1, octubre, 2003. Zacatecas, México. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000102.pdf> Acesso em: 13 sep. 2023

BAENINGER, R. *et al.* Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista jurídica: Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v.4. Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/89> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAKEWELL, O. *et al.* South-South Migration and Human Development Reflections on African Experiences. **International Migration Institute**. James Martin 21st Century School University of Oxford. USA. 2009. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:6a2e8658-4047-4448-93ff-8420a317a341> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAUMAN, Z. Migration and identities in the globalized world. **Philosophy and Social Criticism** v. 37, n. 4, p. 425–435. UK. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0191453710396809> Acesso em: 19 sep. 2023.

BOURDIEU, P. 1930-2002. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme. J. F. Teixeira São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Migração nº 13.445 de maio de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 30 de out. 2022

CASTLES, S. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 18, n. 35. p. 11-43. Brasil, 2010. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227> Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. **Série Migrações. Observatório**

das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. **Série Migrações**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 19 sep. 2023.

CHAUVIN, S.; GARCÉS-MASCAREÑAS, B. Contradictions in the Moral Economy of Migrant Irregularity. In: SPENCER, S; TRIANDAFYLLIDOU, A. **Migrants with Irregular Status in Europe: Evolving Conceptual and Policy Challenges**. Chapter 3. P. 33-49. IMISCOE Research Series. Springer Open. Switzerland. 2020. Disponível em:

https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/39538/1/2020_Book_MigrantsWithIrregularStatusInE.pdf#page=44 Acesso: 20 sep. 2023

CHAUVIN, S.; GARCÉS-MASCAREÑAS, B. **Becoming Less Illegal: Deservingness Frames and Undocumented Migrant Incorporation**. *Sociology Compass*. v. 8, n. 4, p. 422–432. 2014. Disponível em:

<https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12145> Acesso em: 19 sep. 2023.

DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration review**. n. 44, n. 1. p. 227-264. USA. 2010. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x> Acesso em: 19 sep. 2023

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43. Brasil, 2021. Disponível em:

<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 01 out. 2023

DE WENDEN, C. W. Actual Patterns of Migration Flows: The Challenge of Migration and Asylum in Contemporary Europe. In: GRIMMEL, A.; GIANG, S.M. **Solidarity in the European Union**, Cap. 6. Springer International Publishing AG. Switzerland, 2017.

Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-57036-5_6 Acesso em: 19 sep. 2023.

DOMENICONI, J. D. O. S. As migrações internacionais qualificadas para o Brasil – uma abordagem complementar entre metodologias e fontes de informação nos estudos das migrações Sul-Sul. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 12, p. 1-27.

Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP. 14 Anais. Brasil, 2022 Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3742> Acesso em: 20 sep. 2023.

DOS SANTOS, M., *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **CEDEPLAR/FACE. UFMG**, v.1, n. 138. Brasil, 2010. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, p. 703-715. Campinas, Brasil. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/yVQPfPsjW8zLB3HOK3DrBhD/?lang=pt> Acesso em: 20 sep. 2023.

FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP 13 Anais. Brasil, 2016 Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1094/1058> Acesso em: 20 sep. 2023

FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias. *In*: PEIXOTO DO PRADO, E.; COELHO, R. **Revista Migrações e trabalho**. Ministério Público do Trabalho, p. 17-19. Brasil, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53147871/Migracoes_e_Trabalho_MPT.pdf#page=20 Acesso em: 20 sep. 2023.

FERREIRA DA SILVA, R.; SANT’ANA BENTO, J. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Revista Colombia Internacional**, n. 106. p. 165-198. Colômbia, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122021000200165&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 20 sep. 2023.

FRANÇA, R. A.; BARBATO, S. B. Trajetórias em transição: a produção de significados de uma migrante venezuelana. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v.37, n. 3, p. 292-306. Colombia, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242019000300292&script=sci_arttext Acesso em: 19 set. 2023

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C3%83%E2%80%9A_o_bimestre_com_respostas_direito.pdf Acesso em: 01 out. 2023

GNOATTO, V. O papel das redes nas trajetórias migratórias de brasileiros que emigraram ao Paraguai (1970-1980). **Outros Tempos**, v. 20, n. 35, p. 52-71. Passo Fundo, Brasil, 2023. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/1027 Acesso em: 20 sep. 2023.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 29, n. 63, p. 123-139. Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/> Acesso em: 19 sep. 2023.

MALLIMACI, A. I. *et al.* Dinâmicas migratorias de la población venezolana en América del Sur. *In*: GALAZ, C., *et al.* **Movimientos migratorios Sur-Sur: fronteras, trayectorias y desigualdades**, n.1, p. 8-15. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Argentina. 2021. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp->

[content/uploads/2021/07/V3_Movimientos-migratorios-sur-sur_N1.pdf](#) Acesso em: 19 sep. 2023.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022**. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra, Suíça, 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022> Acesso: 19 sep. 2023.

MINAYO, M. C. D. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis, Brasil, 2009.

NOLAN, R.; ARBELÁEZ S. M. Intermediarios y migraciones en América Latina. **Historia Crítica**, n.80. USA, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/histcrit/947> Acessado em: 24 mar. 2023

NOLASCO, C. Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES)**. n. 434. Coimbra, Portugal. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32548> Acesso em: 30 out. 2022.

OLIVEIRA, M. D.; CAVALCANTI, L. *Habitus* e capitais migratórios de haitianos no Paraná. Trajetória educacional e inserção profissional em contextos de mobilidades. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, p. 115-133. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ShXM9cHMnGJ3WXcwbgkdwpx/?lang=pt> Acesso em: 19 sep. 2023.

OLIVEIRA, M.; KULAITIS, F. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Dossiê - Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2017. Brasil. Disponível em: https://www.academia.edu/download/54604722/Habitus_imigrante_e_Capital_de_mobilidade.pdf Acesso em: 30 de out. 2022.

PEIXOTO, J. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 27, n. 57, p. 141-158. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/P5ZMqp36bsc4Hy7nZP6Fr4s/> Acesso em: 19 set. 2023

PHELPS, E. D. South-south migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **Blog the Migrationists, a Collaborative International Migration**. 6 fev. 2014. Disponível em: <https://themigrationist.wordpress.com/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/> Acesso em 19 sep. 2023.

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Editora Vozes. Traduzido por: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Brasil, 2008.

SÁ-SILVA, J.R., DE ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n.1. Brasil. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf Acesso em: 19 set. 2023.

SAYAD, A. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Tradução de Cristina Murachco. Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

STEFONI, C. Panorama de la migración internacional en América del Sur. REUNIÓN REGIONAL LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE EXPERTAS Y EXPERTOS EN MIGRACIÓN INTERNACIONAL PREPARATORIA DEL PACTO MUNDIAL PARA UNA MIGRACIÓN SEGURA, ORDENADA Y REGULAR. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. División de Publicaciones y Servicio. Chile. 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43584-panorama-la-migracion-internacional-america-sur> Acesso em: 20 set. 2023.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N.. Resiliência: em busca de um conceito. **Journal of Human Growth and Development**, v. 16, n. 3, p. 104-113, 2006.. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19807> Acesso em: 19 sep. 2023.

TEDESCO, J.C. **Imigração no Sul do Brasil: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico**. Passo Fundo: Acervus, Brasil, 2022

TEDESCO, J.C. **Imigração venezuelana no Brasil: fronteiras políticas e inserção social**. Passo Fundo: Acervus, Brasil, 2023

VICHICH, N. P. Las políticas migratorias regionales y los derechos de los trabajadores: perspectivas y desafíos. *In*: PEIXOTO DO PRADO, E.; COELHO, R. **Revista Migrações e trabalho**, p. 107-126. Ministério Público do Trabalho. Brasil, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5043622> Acesso em: 20 sep. 2023.

WALDMAN, T. C. **Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo**. OIM, Organização Internacional das Migrações. Brasil. 2018.

YIN R. K. **Estudo de Casos, Planejamento e Métodos**. 5a Ed. Editora Bookman. 2010.

4 ARTIGO 3. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO NO AGRONEGÓCIO: VENEZUELANOS NO RIO GRANDE DO SUL

Resumo

No período de 2011 a 2020, novos fluxos migratórios globais chegam ao Brasil, alterando a participação, a distribuição espacial, a ocupação e a nacionalidade dos imigrantes internacionais; vêm principalmente de países latino-americanos e africanos: venezuelanos, haitianos, senegaleses, angolanos. O agronegócio parece estar atuando na inserção dessa população como força de trabalho. Essas ocupações têm sido historicamente caracterizadas por condições de trabalho precárias, o que no caso de um migrante internacional pode ser ainda mais difícil. O objetivo deste artigo é analisar a inserção de imigrantes venezuelanos no trabalho do agronegócio e as condições à qual são submetidos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e documental, com amostragem intencional, da população de migrantes venezuelanos no Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi de fontes primárias, mediante entrevistas semiestruturadas, e, dados de fontes secundárias, como estatísticas, informes, relatórios e revisão de bibliografia vinculada. Se concluí que as contratações no âmbito do agronegócio brasileiro encaixam-se na lógica capitalista de maximização dos lucros na procura de mão de obra barata, dócil e flexível; também carimbadas de tipo *3d jobs*/trabalhos 3p (pesados, precários e perigosos): muito esforço físico, longas jornadas, contratações sazonais, baixos salários; postos de baixa qualificação, risco à saúde ou segurança, quase inexistência de ações sindicais mediadoras, e nenhum contato com órgãos governamentais. Mas, as redes de apoio, formais e informais, sob ações protetivas do Estado, são decisivos nas escolhas sobre trabalho, empreendedorismo e estudos; e, sobre os desejos de ficar e se integrar socialmente.

Palavras chaves: Migrações internacionais. Agronegócio. Trabalhador rural. *3d jobs*.

4 ARTICLE 3. INTERNATIONAL MIGRATIONS AND WORK IN AGRIBUSINESS: VENEZUELAN IN RIO GRANDE DO SUL

Abstract

In the period from 2011 to 2020, new global migratory flows arrive in Brazil, changing the participation, spatial distribution, occupation and nationality of international immigrants; they come mainly from Latin American and African countries: Venezuelans, Haitians, Senegalese, Angolans. Agribusiness seems to be working to insert this population into the workforce. These occupations have historically been characterized by precarious working conditions, which in the case of an international migrant can be even more difficult. The objective of this article is to analyze the insertion of Venezuelan immigrants in agribusiness work and the conditions to which they are subjected.. This is a qualitative, descriptive and documentary research, with intentional sampling, of the population of Venezuelan migrants in Rio Grande do Sul. Data collection was from primary sources, through semi-structured interviews, and data from secondary sources, such as statistics, reports, reports and review of linked bibliography. It was concluded that hiring within the scope of Brazilian agribusiness fits into the capitalist logic of maximizing profits in the search for cheap, docile and flexible labor; also marked as 3d jobs/3p jobs (heavy, precarious and dangerous): a lot of physical effort, long hours, seasonal hiring, low wages; low-skilled positions, risk to health or safety, almost non-existence of mediating union actions, and no contact with government bodies. However, formal and informal support networks, under protective actions by the State, are decisive in choices about work, entrepreneurship and studies; and, about the desire to stay and integrate socially.

Key words: International migrations. Agribusiness. Farm worker. 3d jobs.

4.1 INTRODUÇÃO

Os novos fluxos migratórios na década 2011-2020 no Brasil influenciaram diretamente as mudanças na inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal: participação, distribuição espacial, ocupação, diversidade de raças e nacionalidade. Segundo dados do Relatório Anual da Obmigra, em 2020, havia mais de 180 mil migrantes internacionais inseridos no mercado de trabalho formal, aumentando significativamente a participação de imigrantes de origem africana e da América Central e Caribe: haitianos, venezuelanos, senegaleses, angolenses, cubanos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

As pesquisas sobre trabalho de migrantes ao redor do mundo, geralmente se vinculam a sua atuação na agricultura e em nichos de mercado rejeitados pelos cidadãos da sociedade de acolhida, onde as condições de trabalho nas quais frequentemente são inseridos, vêm sendo descritas como *3d jobs*, ou em português, trabalhos 3p: precário, perigoso e pesado (Tedesco, 2022; Tedesco; Ambrosini, 2012). No Brasil, nas últimas décadas do século XX, após a tecnificação da produção agrícola e ações de integração das cadeias produtivas do nomeado agronegócio brasileiro; houve aumento nas relações de trabalho assalariado, começando pelos próprios camponeses brasileiros, obrigados a vender sua força de trabalho, deslocando-se até os novos polos produtivos, até populações pobres das periferias urbanas (Marin; Drebes, 2020; Marin; Drebes; Oliveira, 2019). Mais recentemente, a partir do ano 2010, migrantes internacionais vêm se inserindo nessa faixa de trabalhadores, tanto no setor primário (agropecuária), quanto na agroindústria, principalmente nos frigoríficos no sul do país (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021; Demétrio; Baeninger, 2023; Tedesco, 2022). Para Demétrio (2020), o cenário das migrações possui relevância no mercado de trabalho do agronegócio, pela inserção de migrantes altamente qualificados, em paralelo aos de menos qualificação, com destaque para a inserção laboral nos frigoríficos, diretamente na produção primária e em postos de direção pela gestão de altas tecnologias.

Dados revelam que atualmente a comunidade de migrantes internacionais mais populosa no Brasil são oriundos da Venezuela, com forte presença nos postos de trabalho formal (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021), e, segundo dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), estão concentrados principalmente nas regiões Norte e Sul do país. Nesse cenário, de mudança do perfil dos migrantes internacionais no Brasil e seu recrutamento para ocupar postos de trabalho no agronegócio, surgem alguns questionamentos: quais escolhas levam ao imigrante a se tornarem trabalhadores rurais ou na cadeia do agronegócio? Quais às condições de trabalho eles são submetidos?

Para tentar dar resposta aos questionamentos feitos, o artigo tem o propósito de analisar a inserção de imigrantes venezuelanos no trabalho do agronegócio e as condições à qual são submetidos. O conteúdo será apresentado em três partes. Na primeira parte, se propôs um olhar na inserção de imigrantes internacionais na América e Europa como força de trabalho na agricultura, tentando fazer uma contextualização espacial e histórica do fenômeno migratório e sua presença na agricultura global. Na sequência, a segunda parte nos aproxima do cenário brasileiro, analisando a participação atual e histórica dos imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal brasileiro, evidenciando a mudança do predomínio de europeus no século passado até o presente, e as ocupações que mais recrutam migrantes. Finalmente, na terceira parte se analisam as condições de trabalho do agronegócio, historicamente precárias, com ênfase no trabalhador rural e dos frigoríficos; na face dos resultados de recorde na produção e na geração de empregos do agronegócio, e, na sequência, os relatos dos oito migrantes venezuelanos entrevistados, desdobrando suas experiências, na busca de evidenciar se esse sucesso produtivo se traduz em sucesso das mãos que trabalham nos bastidores.

4.2 METODOLOGIA

Quando mergulhamos nas experiências das pessoas no espaço de trabalho, nos deparamos com diversas situações que envolvem motivações pessoais e a coerção do entorno do qual é impossível fugir. Tentar retratar o que significa ser um trabalhador rural no Brasil (e em qualquer outro lugar do mundo), precisa se aproximar ao detalhe das práticas e ao pensamento das pessoas, porque são muitos e diversos os desafios e os significados que atribuem às experiências. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo descritiva, com revisão bibliográfica e documental; na tentativa de abranger a diversidade de dados, de fontes primárias e secundárias que visam a construção da melhor visão do problema em questão; como apontam Poupart *et al* (2008, p.147), sobre a relevância da pesquisa qualitativa: “(as) experiência, as representações, as definições da situação, as opiniões, as palavras, o sentido da ação e dos fenômenos [...] negligenciá-los é privar-se de um conhecimento essencial”.

A população de migrantes venezuelanos espalhados pelo Brasil representa o universo de estudo, então, para delimitar uma amostragem se decidiu fazer estudo de casos múltiplos, considerando as limitações da mobilidade, dispersão e acessibilidade, foram escolhidos intencionalmente. No total foram entrevistados oito migrantes, mais uma servidora da “Casa do Migrante” do Município Venâncio Aires, todos eles, no estado do Rio Grande do Sul. Os contatos com os entrevistados foram possíveis por indicação de um assentado da Reforma

Agrária em Júlio de Castilhos e uma servidora do município Venâncio Aires, que por sua vez foram também indicados por uma colega do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Direitos Humanos e Mobilidade Humana Internacional - Migraidh,- da UFSM. Essas pessoas, há tempo conheciam e vinham trabalhando de perto com os migrantes, foram sensíveis a importância e relevância da pesquisa, e transmitiram essa percepção aos entrevistados, possibilitando o acesso a eles (Poupart *et al.*, 2008, p. 201).

A técnica de coleta de dados se baseia em fontes primárias e fontes secundárias. Foi aplicada uma entrevista semiestruturada, além de conversações informais. Considerando o princípio de diversificação interna, sendo um grupo de migrantes mais ou menos homogêneo, três deles têm vínculos familiares entre si. As fontes secundárias utilizadas constituem-se de relatórios e dados estatísticos contidos em anais, informes, cartilhas, entre outros, gerados por órgãos nacionais e organizações internacionais. Além da revisão de fontes bibliográficas, com diferentes autores que abordam as categorias estudadas. A diversidade de fontes permite abranger com maior amplitude o fenômeno, tendo como centro os achados nas entrevistas, a comparação dos relatos, algumas anedotas que eles acrescentaram, e, a observação das emoções que expressaram durante suas falas; que depois foram analisados à luz dos dados que oferecem os documentos e bibliografias (Lima, 2016, p. 24).

As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho de 2002 a fevereiro de 2023. Foram necessárias duas visitas, uma até Júlio de Castilhos e outra até Venâncio Aires, onde foram entrevistados pessoalmente 4 dos imigrantes e, também a servidora da “Casa do Migrante”. Na cidade de Santa Maria, estava morando um outro, então uma parte da entrevista com ele foi feita pessoalmente. Depois, mediante contato telefônico, responderam ao roteiro de entrevista semiestruturada. Ainda depois, mediante conversações informais houve outros contatos telefônico com os entrevistados.

Tendo em conta as informações obtidas, o uso da categorização, hierarquização e triangulação dos dados, foi o caminho para conformar o quadro mais completo possível do fenômeno migratório, nas suas dimensões espacial e temporal; como colocam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 10): “novas formas de compreender os fenômenos [...] O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência”. Portanto, também é importante uma abordagem mais integrativa, no uso de dados qualitativos e quantitativos, como diz a Minayo (2009, p. 21): “não existe um *continuum* entre abordagens quantitativos e qualitativos”; ou seja, não pode se dizer que uma é mais importante do que a outra, senão, que se complementam (Falsarella, 2015).

Os estudos sobre o agronegócio e o rural brasileiro têm diversas categorias de pesquisa, o recorte que propôs esse artigo vai sobre o migrante internacional que se insere como trabalhador no espaço rural e na cadeia do agronegócio, especificamente no setor primária (agropecuária) e nos frigoríficos; para descrever as condições às quais eles se submetem. Tentou-se abranger a maior quantidade de informações de órgãos oficiais nacionais e internacionais e no caso das bibliografias, tanto autores antigos quanto os mais contemporâneos, de maneira de garantir a maior qualidade do resultado (De Sousa; De Oliveira; Alves, 2021); e, que possa oferecer, além de respostas, a melhor visão do fenômeno; numa leitura ordenada, coerente e abrangente (Gil, 2002).

4.3 OS IMIGRANTES COMO FORÇA DE TRABALHO NA AGRICULTURA: UM OLHAR NA INSERÇÃO EM AMÉRICA E EUROPA

A evolução da produção primária ao longo da história global envolve as migrações como fonte mão de obra, tanto nacionais como internacionais, e ainda mais na agricultura contemporânea. O desenvolvimento de importantes polos de produção agrícola, principalmente para exportação, na Europa e na América, tem muitas semelhanças no que tange à utilização da força de trabalho migrante (Avallone, 2017).

Os mais visíveis e talvez mais pesquisados, retratam a migração mexicana até Norte América: para os Estados Unidos e o Canadá. Mediante acordos bilaterais assinados pelos governos de ambos os países, durante décadas migrantes mexicanos são encaminhados pelo trabalho articulado de uma infraestrutura governamental e outra mais antiga e influente, sob a liderança de atravessadores e agências de contratação; eles os recrutam, deslocam, e inserem em postos de trabalho agrícolas, demandado por grandes firmas produtoras de frutas, hortaliças, cana, leguminosas e uma extensa variedade de culturas para o mercado interno e também para a exportação (Avallone, 2018; Hernández-León; Hernández, 2015).

Na Europa, ainda que não existam acordos bilaterais para recrutamento de trabalhadores rurais, tem para a livre circulação no continente dos seus cidadãos. Os dados evidenciam que para o ano 2014, os migrantes ocupavam quase a metade dos postos de trabalhos gerados pela produção agrícola de países como Espanha, Itália, Grécia e Portugal, que no final de século XX tinha forte presença dos mesmos migrantes europeus, mas que recentemente foi mudando à uma composição racial diversa, com a chegada de americanos e africanos (Avallone, 2014, 2017, 2018; Silva, 2016). No norte e nordeste da Itália, os imigrantes brasileiros vêm construindo uma rede social de trabalho, concatenando experiências do seu lugar de origem e o trabalho que

realizam no setor agrícola (colheita, serviços agrícolas), muitos deles na informalidade, sob contratações sazonais (Tedesco; Ambrosini, 2012).

No Centro e Sul da América, além de fazer parte dessa população migrante trabalhadora indo para o Norte global, até a primeira década do século XXI, destacavam principalmente as migrações internas para garantir mão de obra suficiente, flexível, barata e subordinada, ao serviço da produção agrícola moderna, intensiva e globalizada. Países como Brasil, México, Argentina e Uruguai oferecem claros exemplos: a produção de uva, maçã e pera na Argentina agrupa migrantes de populações indígenas ancestrais como os tucumanos do norte do país e os mapuches de Chile; a produção de mirtilos para exportação no Uruguai que atrai principalmente mulheres durante a colheita; a produção de uva e outras frutas para exportação no Chile inserem populações indígenas autóctones, principalmente mulheres. No México, populações indígenas do sudeste vão até o nordeste recrutados para trabalhar na produção de vegetais e frutas para exportação (Silva, 2016).

No Brasil, nas últimas décadas do século XX, após a tecnificação da produção agrícola, ações de integração das cadeias produtivas e aumento das relações de trabalho assalariado, possibilitou que camponeses e suas famílias, fossem deslocados das suas terras, gerando migrações internas de populações rurais para se submeterem ao trabalho sazonal, em diferentes regiões: nos canaviais paulistas, na colheita de frutas e produção leiteira no Sul; mulheres urbanas que temporariamente se inserem na produção frutícola para exportação (Moraes; 2016; Scott, 2015). Por outro lado, esse processo de industrialização do campo e o crescimento da monocultura, desdobra outras tendências nas práticas da agricultura familiar, acontecendo migrações internacionais de jovens e mulheres do rural, para Estados Unidos e Europa (Marin; Drebes, 2020; Marin; Drebes; Oliveira, 2019).

Os movimentos migratórios das últimas três décadas, vem mostrando uma virada na direção para o Sul Global, mais especificamente, as migrações internacionais Sul-Sul geram uma regionalização da mobilidade, com predominância delas no Sul do continente americano, com ao redor de 15 milhões de migrantes internacionais, cujo país de origem fica no próprio continente: México, Haiti, Colômbia, Venezuela, entre os principais; aparecendo novas categorias de migrantes e levando a criação de novas categorias de permanência (Mcauliffe; Triandafyllidou, 2022). Esse cenário coloca aos migrantes do fluxo Sul-Sul, como fonte de mão de obra barata, que aceitam trabalhos instáveis e de pouca qualificação, ainda que eles tivessem no seu país de origem (Phelps, 2014).

A natureza das tarefas do trabalhador rural, deteriora sua saúde física e mental, por isso muitos optam por mudar de ocupação enquanto surgiram oportunidades. Relatos de migrantes

na Europa, consideram o trabalho agrícola como uma primeira ocupação, somente para começar, no seu projeto migratório idealizam mudar do setor econômico, até de região; para ganhar mais qualidade de vida, mais chances de ter uma poupança e no desejo de trazer o resto da família com eles (Barros, 2018, De Oliveira; Pinho, 2019; Avallone 2017). Os brasileiros na Europa, descrevem o trabalho agrícola como pesado, pelo qual decidem voltar ou empreender como empresas prestadoras de serviços (Tedesco; Ambrosini, 2012). Além disso, quando se tratar de mulheres migrantes, a divisão sexual do trabalho, discrimina e empurra elas a ocuparem postos de menor valorização e qualificação, como faxineiras ou cuidadoras de crianças, idosos ou doentes; ficam no abrigo do lugar de trabalho, quase sempre na informalidade e fortemente exploradas, indistintamente seja no espaço rural ou no urbano (Marin; Drebes; Oliveira, 2019; Tedesco; Ambrosini, 2012).

Isso explica como as condições de trabalho nas quais frequentemente são inseridos os imigrantes internacionais ao redor do mundo, vêm sendo descritas por vários pesquisadores usando o termo dos *3d jobs* ou trabalhos 3d, para se referir àquelas ocupações de natureza “*dirty, dangerous, demanding (ou difficult)*”. O acrônimo tem origem no Japão, nas falas informais entre os trabalhadores da agricultura, indústria manufatureira e cuidadores de pessoas, dito como 3K: *kitanai*, *kiken*, *kitsui* (汚い; 危険; きつい). Ganhou mais popularidade com a onda de descendentes de imigrantes japoneses que na década de 1990 retornaram ao seu país, oriundos de diferentes partes do mundo, eles tinham dupla nacionalidade, mas, ao chegar não foram culturalmente reconhecidos como próprios, e, marginalizados, acabaram se inserindo em trabalhos típicos 3k (ou 3d), por isso ficou no entendimento comum que essas ocupações estavam reservadas para os imigrantes. Foi traduzido e adotado na língua inglesa, e assim espalhou-se na literatura sobre migração e trabalho (Connel, 1993; Kamaruddin; Abdullah; Yob, 2018; Painik, 2016; Davies, 2019; Bragg; Hyndman, 2022, entre muitas outras). Em português vem sendo traduzido como “sujo, perigoso e difícil/exigente/penoso” (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020; Tonhati; Macedo, 2020; Beltrão; Sugahara, 2006), ou como as 3 p: precário, perigoso e pesado (Tedesco, 2022; Tedesco; Ambrosini, 2012); e, efetivamente, os relatos do trabalho migrante no mundo acabam sendo descritos assim, indistintamente das leis e das instituições formais e informais que operem, ainda mais, quando o trabalho tem lugar na agricultura.

Nesse contexto, é importante voltar às análises feitas do processo migratório de argelinos como força de trabalho na França na obra de Abdelmalek Sayad (1998), o que levou a rebater os princípios de justiça e moral do Estado e da sociedade, que se comporta segundo as representações construídas e herdadas do colonialismo. Assim, conclui que a migração, é

mais uma forma de sujeição num regime diferente de governo, como foram os escravos em outra época da história. A exclusão política do imigrante é um fato principalmente naturalizado, legitimado ainda num contexto democrático, porque sua presença, é apenas tolerada como transitória e por razões de trabalho. Ele é um “corpo-labor”, dissociado da ordem nacional. Nesse cenário, Sayad se preocupa pelo estudo simultâneo da emigração/imigração, nas suas dimensões coletiva e individual, espacial e temporal; entendendo que o estudo do projeto migratório perpassa as diferentes disciplinas das ciências sociais (história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia), ciências cognitivas (antropologia, linguística, sociolinguística) e ciências políticas (Sayad, 1998, 2008).

Nesse sentido, as análises das relações de trabalho no meio rural exploram, além do surgimento e manutenção do sistema capitalista ultra explorador, a discussão da herança das práticas colonialistas, que se reinventam na modernidade, e que Avallone (2017, p. 87-88) encaixa em duas tendências: a primeira orientada a manter as velhas hierarquias de dominação, e outra, que questiona essa ordem e procura a libertação, a emancipação. Identificá-las é uma obrigação social para conseguir evoluir como seres humanos e como sociedade (Silva, 2016).

Sayad (1998) e Bourdieu (2007) colocam no tapete a discussão dos padrões de dominação herdados do período colonial. Nessa linha, os conceitos de *habitus* e capital (simbólico), são fundamentais para a compreensão do comportamento e as escolhas do ser humano:

[...] nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que têm cotação neste mercado, sendo pertinentes e eficientes no jogo considerado, além de funcionarem, *na relação com este campo*, como capital específico e, par consequente, como fator explicativo das práticas. Isso significa, concretamente, que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes do que mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital [...] (Bourdieu, 2007, p.107)

Em síntese, o capital cultural está composto por três tipos: 1) o “incorporado”, que é o mesmo *habitus* ou comportamentos transmitidos na família; 2) o “objetivado” na posse de matérias que aprimoram o conhecimento como livros, instrumentos, maquinarias; e, 3) o “institucionalizado” que se materializa mediante diplomas ou aqueles reconhecimentos que conferem instituições da sociedade e que lhe atribuem privilégios e respeito (Oliveira; Kulaitis, 2017; Bourdieu, 2007).

Neste trabalho, interessa a relação que existe entre o *habitus* e os capitais simbólicos dos imigrantes nas redes sociais que constroem: os caminhos da apropriação e acumulação dos

diferentes tipos de capital, tanto no lugar de origem como de destino, são influenciados pelo *habitus* trazido e incorporado pelo imigrante, além de inúmeros fatores estruturais favoráveis. Conseqüentemente, eles aproveitam as oportunidades no mercado de trabalho, procuram acesso à educação, o que se traduz até na ascensão social e participação política (Oliveira; Calvalcanti, 2023).

Para concluir a reflexão, é importante considerar como o avanço da tecnologia, que fragmentou a identidade e as formas de reprodução social do camponês, hoje poderia estar contribuindo para reconstruí-la, ao tecer novos laços invisíveis, em redes sociais de apoio nacionais e internacionais; estamos diante da “era das diásporas: um arquipélago mundial de assentamentos étnicos/religiosos/linguísticos”; a mobilidade das pessoas hoje é mais intensa, o espaço parece imaginário, diluído entre as fronteiras (Chauvin; Garcés-Mascareñas, 2014; Bauman, 2011).

4.4 IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL BRASILEIRO: OS LATINOS E AFRICANOS GANHAM ESPAÇO

As migrações estão estreitamente relacionadas com o trabalho, porque o sujeito migrante está na busca da inserção social que inicia na inserção laboral, com um salário digno que possa cobrir os custos de suas necessidades básicas; é considerado um direito humano, entendido como condição mínima que facilita o acesso a bens e outros direitos sociais (Ferreira; Bento, 2021). No Brasil, a condição jurídica indispensável para entrar no mercado de trabalho formal é a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), documento gerado com certa facilidade, uma vez que o migrante tem Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), os dois podem ser emitidos em questão de semanas se cumprido o trâmite perante a Polícia Federal (PF) e o Ministério do Trabalho. Porém, a inserção é um desafio para o migrante e, também para a sociedade receptora pela alteridade imanente da condição migratória.

Os novos fluxos migratórios na década 2011-2020 no Brasil influenciaram diretamente as mudanças na inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal: participação, distribuição espacial, ocupação, diversidade de raças e nacionalidade. Segundo dados do Relatório Anual da Obmigra, em 2020 havia mais de 180mil migrantes internacionais inseridos no mercado de trabalho formal, um aumento significativo (291%) se comparado com o ano 2011, quando tinha pouco mais de 62 mil. Além disso, houve uma virada no continente de origem: no ano 2011 predominavam no emprego formal os migrantes europeus, asiáticos e

norte-americanos; no ano 2020 mais do 80% são migrantes sul-americanos e de países africanos (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

Dados históricos, mostrados na Tabela 1, revelam que as mudanças na quantidade e participação dos migrantes de origens africana e latino-americana (angolenses, senegaleses, cubanos, haitianos) são muito expressivas, cuja inserção no emprego formal apresentou um crescimento exponencial no período estudado.

Tabela 1 – Evolução da quantidade de imigrantes internacionais inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro por continente de origem, 2011-2020

	Nacional	África		América Central e Caribe		América do Sul	
Ano	Migrantes	Migrantes	% do Nac.	Migrantes	% do Nac.	Migrantes	% do Nac.
2011	62.423	1.206	2%	803	1%	23.769	38%
2012	72.852	1.820	2%	3.857	5%	27.533	38%
2013	92.011	3.116	3%	12.849	14%	32.407	35%
2014	116.375	6.146	5%	27.310	23%	36.057	31%
2015	127.879	7.945	6%	38.133	30%	36.520	29%
2016	113.295	8.132	7%	29.257	26%	35.932	32%
2017	122.658	8.452	7%	39.430	32%	37.014	30%
2018	136.329	9.012	7%	50.299	37%	41.830	31%
2019	147.674	8.794	6%	55.821	38%	52.265	35%
2020	181.385	9.392	5%	73.439	40%	68.313	38%
Média	117.017	8.039	7%	33.695	29%	36.289	31%

	Nacional	América do Norte		Asia		Europa	
Ano	Migrantes	Migrantes	% do Nac.	Migrantes	% do Nac.	Migrantes	% do Nac.
2011	29.913	2.600	4%	7.068	11%	20.245	32%
2012	32.361	3.000	4%	7.321	10%	22.040	30%
2013	35.877	3.144	3%	8.719	9%	24.014	26%
2014	39.041	3.199	3%	11.280	10%	24.562	21%
2015	38.025	2.932	2%	11.857	9%	23.236	18%
2016	33.454	2.481	2%	10.509	9%	20.464	18%
2017	29.796	2.379	2%	9.081	7%	18.336	15%
2018	28.133	2.362	2%	8.972	7%	16.799	12%
2019	26.159	2.192	1%	8.811	6%	15.156	10%
2020	25.377	2.167	1%	8.917	5%	14.293	8%
Média	31.840	2.541	2%	8.945	8%	20.355	17%

Fonte: Informe Anual Obmigra 2021 (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

No ano 2020, os migrantes de América Central, principalmente haitianos, formaram a comunidade mais representativa no emprego formal. Cenário similar ocorreu com os sul-

americanos, que ainda se mantiveram mais ou menos constantes na sua participação porcentual, a quantidade deles quase triplicou, principalmente venezuelanos. Enquanto os que representavam maioria no princípio do período (europeus, asiáticos e norte-americanos), reduziram sua presença no mercado de trabalho formal: em 2020, agrupavam pouco mais do 10% dos migrantes. Tudo isso evidencia como o Brasil está inserido no cenário das migrações Sul-Sul, como país “tampão” do Sul Global (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021; Baeninger *et. al*, 2021). Além disso, o relatório tem mais um grupo nomeado de “Outros”, representam o 6% da média nacional, também diminuiram.

Os dados totalizam que 187.985 migrantes estão inseridos no mercado de trabalho formal, se comparados com os mais de 680mil migrantes maiores de 18 anos (70%), em idade ativa para o trabalho, da para calcular que somente apenas 28% estão ocupados no mercado de trabalho formal (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021). Ou seja, pode-se inferir que um alto contingente de migrantes se encontra: desempregado, ocupados na informalidade ou, talvez, estudando; é um tema pouco retratado na bibliografia consultada.

A composição atual dos migrantes inseridos no mercado de trabalho formal no ano 2020, pode-se visualizar no painel da figura 1 na sequência.

Figura 1 – Painel da composição da população de imigrantes internacionais no Brasil inseridos no mercado de trabalho formal, agrupados por diferentes categorias, 2021 (continua).

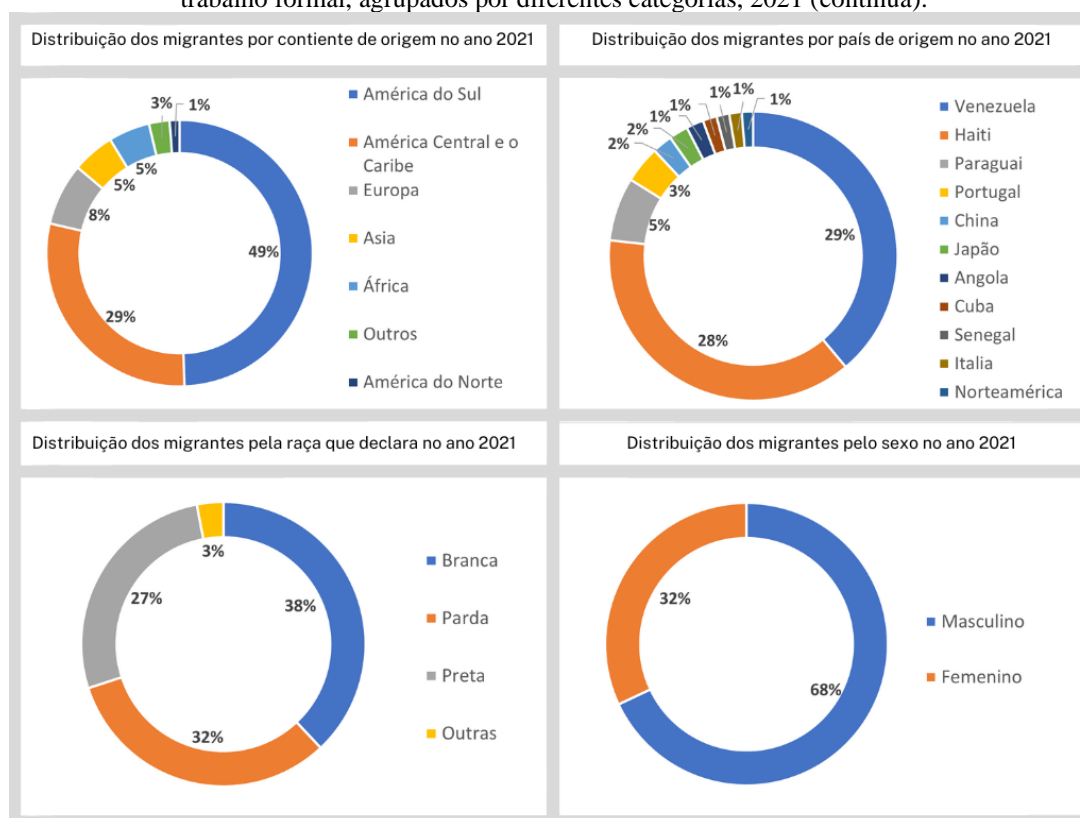
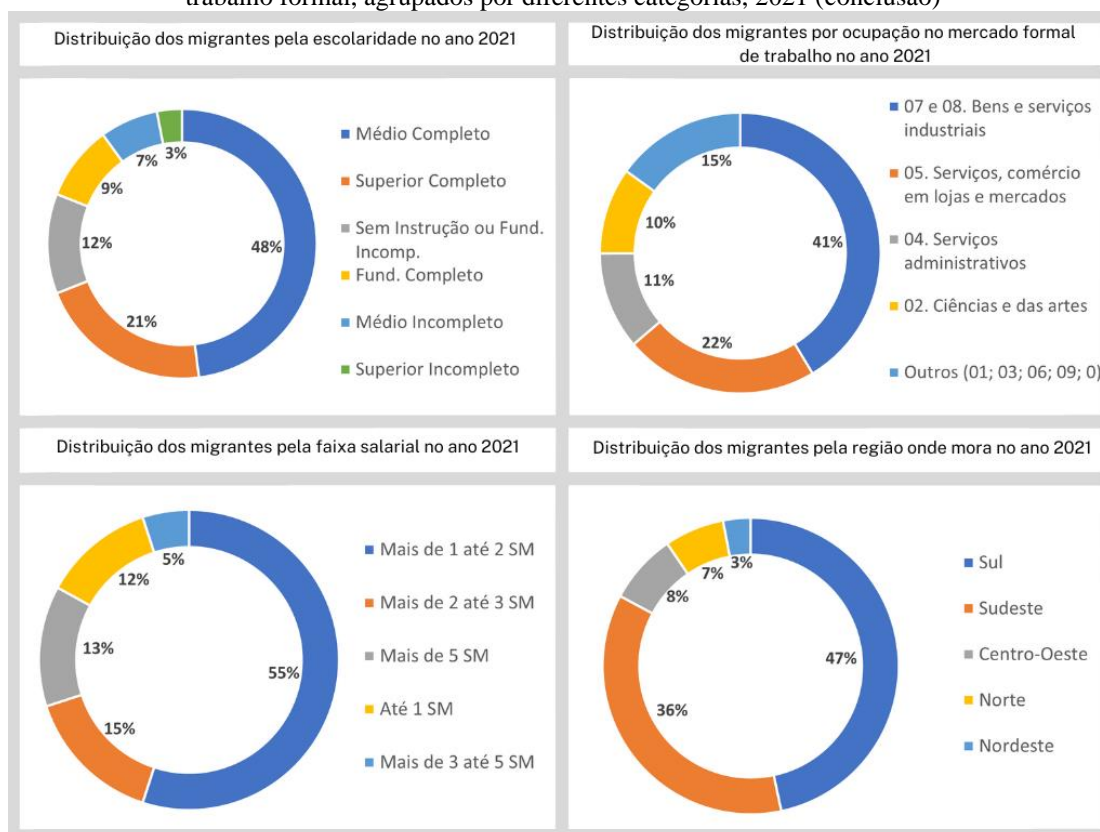


Figura 1 – Painel da composição da população de migrantes internacionais no Brasil inseridos no mercado de trabalho formal, agrupados por diferentes categorias, 2021 (conclusão)



Fonte: Elaboração própria com dados do Relatório Anual da Obmigra, 2022 (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

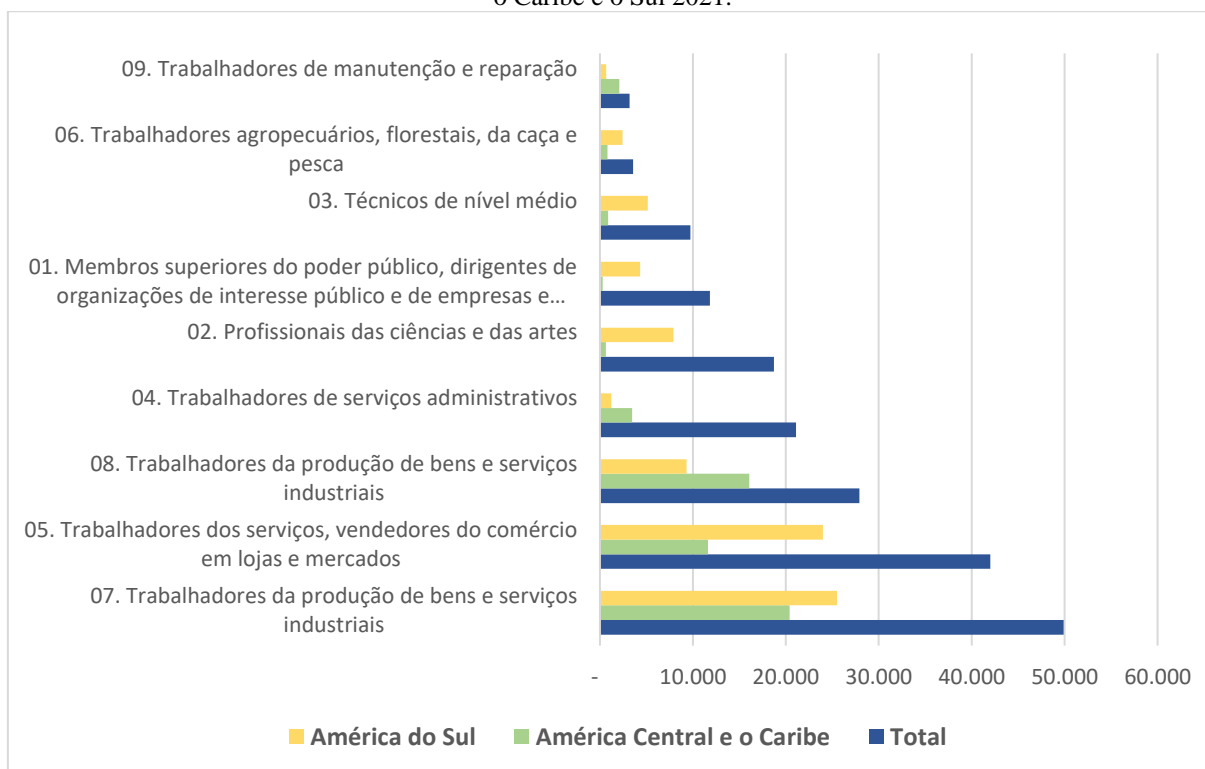
- Os homens ainda ocupam mais postos de trabalho; porém, a presença de mulheres tem aumentado, fato observado ao se discriminar por nacionalidade ou continente: as mulheres do centro e sul-americano ocupam ao redor de 35% dos postos de trabalho, perante os seus conterrâneos homens, enquanto as africanas, apenas um 16%.
- O nicho do mercado que mais tem recrutado migrantes é a indústria, com 41%, (quase 80 mil migrantes), seu crescimento na última década foi expressivo, considerando que em 2011 atingia 8.825 migrantes, um aumento de quase 9 vezes. Quase a totalidade desses migrantes inseridos no ano 2021 são do Centro, Caribe e Sul da América, especialmente, haitianos e venezuelanos.
- O setor varejista, com 22% dos migrantes inseridos, triplicou a sua captação na última década. Os migrantes oriundos do continente latino-americano ocupam 85% dos postos gerados (cerca de 36 mil inseridos).
- Cabe destacar o crescimento do nicho de trabalhadores do agro, que ainda agrupa somente um 2% dos postos de trabalho formal para os migrantes, seu crescimento na última década foi significativo, em quase oito vezes, passando de 446, em 2011, a 3.554, em 2021. A maioria deles de origem sul-americano: 2.434 em 2021, venezuelanos. Mas,

sabendo que nesse setor a taxa de contratação formal abrange somente 40% de todos os postos de trabalho gerados (De Oliveira; Pinho, 2019), pode-se estimar que existam uns 5 mil trabalhadores a mais.

- e) A faixa salarial onde se inclui a maioria dos migrantes, até dois salários-mínimos, é coerente com os postos de trabalho predominantes: a indústria (os frigoríficos) e o setor varejista (comércio, lojas) recrutam migrantes em postos de baixa qualificação, exercidos quase na sua totalidade por centro, caribe e sul-americanos: aqui também estão os inseridos no setor agropecuário (trabalho em lavouras ou pecuárias), que a cada ano aumenta o seu recrutamento. Enquanto a faixa de migrantes norte americanos e europeus é a que recebe maiores salários, em postos de trabalho qualificado; pode-se inferir que os canais abertos, no século passado, pelas multinacionais, para atração de mão de obra qualificada de países do norte, ainda se mantêm (Domeniconi, 2022).
- f) Uma questão relevante é a escolaridade, mais de dois terços (69%) completou o ensino médio ou estudos superiores. Fato contraditório quando comparado à faixa salarial que a maioria recebe, evidenciando que muitos migrantes estão ocupando postos de trabalho de baixa qualificação, ainda que tenham uma carreira de ensino superior ou técnico. Neste contexto, se revela a necessidade de um processo de convalidação de diplomas mais rápido, para que possam viabilizar melhores oportunidades de emprego e melhores salários. Situação que seria vantajosa também para os empregadores, porque esse contingente de migrantes formados, com certeza aceitaria se alocar em qualquer parte do território brasileiro, ao lhe oferecerem uma vaga condizente com seu campo de formação e experiência.
- g) No que tange às regiões onde estão trabalhando, o Sul agrupa quase a metade, isso concorda com a atração dos migrantes à inserção na cadeia do agronegócio, tanto no trabalho em campo como na indústria do abate (frigoríficos), com maior presença de haitianos. Essa distribuição é consequência do processo de interiorização da Operação Acolhida, que tem reforçado o fluxo de migrantes para as regiões.

Pode-se dizer, que esse contingente de migrantes empregados, quase a metade na região Sul, tem alta escolaridade, mas ocupam postos de baixa qualificação e salários. Como ilustra a Figura 2, em seis dos nove grupos ocupacionais, a maioria dos imigrantes empregados são originários da América do Sul (principalmente venezuelanos). Então, migrantes qualificados aceitam serem rebaixados em postos de trabalho precarizados.

Figura 2 – Quantidade de migrantes inseridos por grupo ocupacional no Brasil por regiões de América Central e o Caribe e o Sul 2021.



Fonte: elaboração própria com dados do Relatório Anual da Obmigra, 2022 (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2021).

Segundo Demétrio (2020), o cenário das migrações configura-se em fator relevante no mercado de trabalho do agronegócio, pela inserção de migrantes em postos de alta qualificação mediante canais próprios de recrutamento (funções de gestão de altas tecnologias); e, ao mesmo tempo, insere em postos de trabalho menos qualificados (na lavoura e nos abates); enquanto o Sul brasileiro, vive-se um processo de envelhecimento populacional agudizado pelo êxodo de jovens do meio rural e a diminuição da fecundidade. A questão do envelhecimento populacional na região Sul, também foi evidenciado no Censo demográfico 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³. Nesse cenário, sugere uma abordagem da dimensão transnacional das migrações, entendido como fator ao desenvolvimento, gerando melhoras nas condições de vida, tanto no lugar de origem quanto do destino; porque esses migrantes constroem novos espaços e novas memórias, abrindo caminhos para futuras migrações, reconfigurando a estrutura social.

³ Os resultados parciais do Censos demográfico 2022, vem sendo divulgados pelo IBGE, e, podem ser acessados no site <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

4.5 O SUCESSO PRODUTIVO E A GERAÇÃO DE EMPREGO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: O DESTAQUE DA CADEIA PECUÁRIA E DOS GRÃOS

O Agronegócio, é entendido como um termo globalizante equivalente ao “agribusiness” norte-americano. Definido como um setor da economia brasileira, envolve a produção primária, a agroindústria de processamento das matérias primas produzidas; e, também os produtores/provedores de insumos, transporte e outros serviços necessários para que os produtos agropecuários e agroindustriais cheguem ao consumidor final, no mercado nacional e internacional. Então, dito de outra forma, representa o setor agroexportador brasileiro, e, suas atividades agroquímicas, industriais e comerciais que integram as cadeias produtivas conexas. A utilização do termo e a representatividade que envolve, é alvo de constantes debates sociais, políticos e ambientais (Neves, 2019; Pompeia, 2020).

Segundo o banco de Dados Estatísticos Corporativos da *Food and Agriculture Organization* (Faostat), analisados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para o ano 2020, o Brasil se posicionou entre os países com a maior produção e exportação de grãos no mundo (soja, milho, arroz e trigo), ocupando o 4º e 2º lugar, respectivamente. Produziu a metade de toda a soja do mercado mundial, foi o terceiro maior exportador de frutas e detém o maior rebanho bovino do mundo, pelo qual junto com outras carnes, fornece 13% da demanda mundial, sendo o 2º maior exportador de carnes; gerando saldos positivos na balança comercial (Picolotto, 2023a).

Porém, esse cenário de sucesso econômico contrasta com a precariedade das condições de trabalho no espaço rural e na cadeia do agronegócio brasileiro, encaixado na lógica capitalista de maximização dos lucros, sob um sistema de produção intensivo, de concentração fundiária, fortemente tecnificado e industrializado, sob controle dos meios de produção, mediante complexos agroindustriais que integram a cadeia do agronegócio, restando poder de decisão (e direitos) ao trabalhador/produtor, na busca de manter preços de venda competitivos no mercado interno e, sobretudo, no mercado internacional.

Para melhor entender o trabalho que fica nos bastidores do sucesso do agronegócio, se apresentam os resultados do Boletim do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro, no 3º trimestre do ano 2023, onde totalizou 28,5 milhões de pessoas ocupadas (PO) no setor, o que se traduz numa participação de 26,8% no total de ocupações do país; representando um recorde na série histórica iniciada em 2012. As PO são agrupadas por segmento, pode-se observar na Tabela 2 que, ainda os que trabalham em agrosserviços ocupam a maioria das pessoas (35%); o conjunto do segmento primário e a agroindústria totalizam um 45% das PO, ou seja, quase a

metade do total estão trabalhando na agricultura, pecuária e agroindústrias. A abrangência desses segmentos se evidencia nesta pesquisa, no fato de que os imigrantes entrevistados se encontram inseridos neles, especificamente na criação de gado leiteiro, na horticultura e na indústria de abates.

Tabela 2 – Pessoas Ocupadas (PO) por segmentos ocupacionais do agronegócio brasileiro no 3º trimestre do ano 2023

Segmento	PO	%
Agrosserviços	9.966.175	35%
Primário (agropecuária)	8.388.455	29%
Autoconsumo	5.301.808	19%
Agroindustrial	4.493.043	16%
Insumos	307.238	1%
Total Agronegócio	28.456.719	

Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro, no 3º trimestre do ano 2023 (Boletim, 2023)

Na sequência, quando analisados os dados pelos grupos de atividades dos segmentos primário e agroindústria, na Tabela 3 pode-se enxergar que, no setor primário, a pecuária bovina concentra uma quarta parte das PO, enquanto, as 5 principais lavouras no conjunto atraem outro 30% (cereais, café, horticultura, soja e cana-de-açúcar), ou seja, mais da metade (54%) estão ocupadas somente em seis atividades do setor primário. Por sua vez, no segmento da agroindústria, as atividades que se derivam da pecuária (abates, laticínios, couros e calçados) totalizam um 25% das PO, mais do que a indústria do vestuário ou a indústria madeireira que ficam na frente.

Tabela 3 – Pessoas Ocupadas (PO) nos principais grupos de atividades por segmento do agronegócio brasileiro no 3º trimestre do ano 2023

Segmento Primário (agropecuária)			Segmento Agroindustrial		
Principais Grupos de atividades	PO	%	Principais Grupos de atividades	PO	%
Bovinos	2.003.416	24%	Vestuário	979.151	22%
Cereais	590.153	7%	Madeira	866.183	19%
Café	590.073	7%	Abate de animais	583.354	13%
Horticultura	558.710	7%	Massas e outros	402.225	9%
Soja	427.410	5%	Laticínios	297.660	7%
Cana-de-açúcar	382.731	5%	Couro e calçados	239.321	5%
Produção Forestal	375.155	4%	Papel e celulose	238.029	5%
Fumo	220.826	3%	Bebidas	188.019	4%
Aves	212.365	3%	Amiláceos	170.118	4%
Suínos	97.347	1%	Ind. de açúcar	125.514	3%
Outros	2.930.269	35%	Outros	1.125.149	25%
Total	8.388.455		Total	5.214.723	

Fonte: Elaboração própria com dados do Boletim do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro, no 3º trimestre do ano 2023 (Boletim, 2023)

Os dados apresentados são relevantes no que tange à temática dos migrantes internacionais no Brasil, visto que dados e trabalhos de pesquisa recentes, demonstram como estão sendo fortemente atraídos ou recrutados, para ocupar postos de trabalho nos frigoríficos e na agricultura e pecuária; de fato, a partir da segunda década do século XXI, vem se engrossando de populações de migrantes internacionais como vimos no Relatório da Obmigra 2022, também impulsionado por uma rede de instituições formais e informais, ou, como descrevem Demétrio e Baeninger (p.19, 2023):

A concentração de imigrantes nos frigoríficos revela, portanto, a formação de um nicho de trabalho com forte apoio do Estado e das migrações dirigidas, na qual a combinação de solidariedades orgânicas e organizacionais, de atores estatais e parastatais, colocam novas questões para o entendimento das condições de vida e de trabalho dessa população (Demétrio; Baeninger, 2023, p.19)

Nesse cenário, vamos tentar desdobrar as condições de trabalho às quais se submetem esses trabalhadores; considerando outras situações às que são expostos na situação de migrantes internacionais.

4.5.1 O drama das condições de trabalho na agricultura e nos frigoríficos: leis e proteção enfraquecidos e trabalho intensivo

Neste ponto, cabe frisar o conceito de trabalhador rural, que tanto na Lei que regula o trabalho rural no Brasil, a Lei 5.889/73, e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), é a pessoa (física) que mediante uma relação empregatícia, percebe um salário por fazer alguma atividade em propriedade rural à demanda de um empregador rural. Este último, por sua vez, realiza alguma atividade econômica em estabelecimento agrário. O conceito de trabalhador rural nasceu nos debates que giravam em torno da constituição dos sindicatos do trabalhador rural, na busca do consenso sobre os enquadramentos e atribuições deles (Picolotto; Lazzaretti, 2023; Picolotto, 2023b; Fleck *et al*, 2019; De Oliveira; Pinho, 2019).

Os direitos do trabalhador rural no Brasil estão respaldados na amparado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Lei 5.889/1973; complementados pela Constituição Federativa do Brasil de 1988, onde são declarados como iguais aos de um trabalhador urbano, além de várias Instruções Normativas e órgãos do Estado. Além disso, os trabalhadores rurais do Brasil estão organizados em mais de quatro mil sindicatos (Picolotto; Lazzaretti, 2023; Picolotto, 2023b). Mas, desde a reforma trabalhista e a lei de terceirizações

de 2017, foi reduzida a capacidade de fiscalização dos órgãos públicos e os sindicatos perderam recursos e força para garantir os direitos dos trabalhadores assalariados (Picolotto, 2023a); de fato, se encontraram evidências de denúncias encaminhadas sobre irregularidades nas condições de trabalho, degradantes e análogas à escravidão no espaço rural (Lazzaretti; Picolotto, 2023; Picolotto, 2023a).

Narrar como é a vida e a rotina de um trabalhador rural é uma tarefa dramática nas pesquisas do tema, no Brasil e em outros países do mundo. As tentativas dos Estados em melhorar essas condições não são suficientes, pela falta de funcionários na assistência e fiscalização, pela falta de investimentos em serviços e infraestrutura, pelas lacunas jurídicas que ainda falta preencher, entre outras (Avallone, 2014; Tedesco 2022, 2023; Tedesco; Ambrosini, 2012; Silva, 2016; Demétrio, 2020). Salários baixos, trabalho informal, contratações sazonais (part-time, temporárias), somados à terceirização, longas jornadas e tarefas de grande esforço físico, que por vezes envolvem algum tipo de risco para a segurança pessoal e a saúde: são as características predominantes no setor.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, haviam ao redor de 15 milhões de pessoas ocupadas em diferentes estabelecimentos agropecuários, e, por sua vez, dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia y Estatística (IBGE) citados em diferentes pesquisas de começos da década de 2010 (dos anos 2009, 2012, 2014, 2016), ao redor de 60% dos trabalhadores rurais não tinham carteira assinada, além disso, recebiam baixos salários (De Oliveira; Pinho, 2019). Dados mais recentes, no Boletim do Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro do 3º trimestre do ano 2023, revelam uma pequena variação, totalizando quase 14 milhões de pessoas trabalhando na agricultura ou pecuária, e, a informalidade da contratação parece ter recuado um pouco, até um 31%, ou seja, teve uma proporção menor de trabalhadores sem carteira assinada.

O trabalhador dos frigoríficos brasileiros, assim como o trabalhador rural, é amparado pela CLT, além de Normas Regulamentadoras (NR), como a NR17 sobre conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente no trabalho; e, a NR36, que estipula os parâmetros relativos à segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados. Também se estabelecem órgãos e instituições do estado, que operam juntamente com um arcabouço legal composto de leis, manuais e decretos que regulamentam as questões referentes à “saúde (e segurança) dos profissionais da área, do consumidor final, de produtos de origem animal, e a maneira a ser realizado o abate no frigorífico” (Guedes *et al*, 2022. p.5); além de se encontrarem vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de

Alimentação e afins (CNTA), juntamente com uma rede de sindicatos (Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados - Sindicarne) locais.

Ainda assim, as condições de trabalho nesses espaços, é retratado como penoso e pesado; de fato, existem inúmeros sites na internet, para a prestação de serviços de assessoria legal para encaminhamento de denúncias e aposentadorias adiantadas para trabalhadores do setor que acabam adoecendo a consequência do trabalho. As tarefas realizadas nas linhas de produção dos frigoríficos, se caracteriza pela divisão e especialização de cada, sendo realizadas de forma repetitiva e simultânea; tornando as jornadas de trabalho intensas e cansativas, física e mentalmente; impossibilitando até a socialização dos colegas de trabalho. Essas características, são típicas dos sistemas de produção taylorista e fordistas, e, conseqüentemente muitos dos seus trabalhadores acabam lesionados ou adoecidos física e/ou mentalmente (Marra; Cohen; Cardos, 2019), De fato, segundo Speranza (2023, p.8): "dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) anteriores à pandemia de Covid-19 apontavam que essa era a atividade econômica com maior número de adoecimentos"; e, depois, durante a pandemia, por seu enquadramento como atividade essencial, não parou nem diminuiu a produção, pelo contrário registrou aumentos na produção e exportação, mas, ao mesmo tempo, se tornaram um dos principais focos de surtos da Covid-19 no país (Speranza, 2023).

Um outro aspecto tem a ver com a localização dos abates e as unidades de produção agropecuária; em geral, ficam isolados e distantes dos centros urbanos, uma questão necessária pelas características do próprio sistema de produção agrária e agroindustrial; e, além disso, são localidades com uma infraestrutura de serviços básicos fraca. A solidão e quase nenhuma atividade de lazer também são comuns, o que limita as possibilidades de tecer e manter laços afetivos, de amizade e de redes de apoio, tornando esses empregados mais vulneráveis física e juridicamente, num limbo identitário; e no caso dos imigrantes internacionais, se somam as barreiras do idioma; conseqüentemente, eles se expõem a maiores riscos de saúde (física e mental) e de segurança pessoal (Giongo; Monteiro; Sobrosa, 2017; Barros, 2018; Jarochinski-Silva; Baeninger, 2021).

A progressiva inserção de migrantes internacionais como mão de obra nos frigoríficos e juntamente na agropecuária, que vem acontecendo na última década, denota, nos apontamentos de Demétrio e Baeninger (2023, p.31) um sistema particular de recrutamento que "vincula humanitarismo à precarização do trabalho". Nele, se oferece um vínculo de emprego formal, ou seja, todos com carteira assinada e acesso a direitos trabalhistas; mas, ainda ultra explorador, mascarado por um intermediário (paraestatal) que oferece "cuidado, controle e tutela", despolitizando a pessoa migrante. Esta complexa teia, responde também à influência da

dinâmica das migrações Sul-Sul, que tem lugar pela forte atuação de redes de apoio formais e informais, constituídas pelos órgãos do Estado, organizações humanitárias internacionais, sociedades civil e redes de familiares e amizades; resultando numa combinação de “migração dirigida” y redes sociais migratórias (Demétrio; Baeninger, 2023).

4.5.2 “Depois disso foi que eu consegui me estabelecer”: venezuelanos como força de trabalho na agricultura e nos frigoríficos em Rio Grande do Sul

Há quase dez anos, especificamente desde o ano 2015, a chegada intempestiva de venezuelanos ao Brasil é matéria nas mídias e na agenda tanto do Governo Federal, como dos governos estaduais e municipais. Segundo os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), entre janeiro de 2010 até dezembro de 2022, receberam algum tipo de visto para morar no Brasil, mais de 350 mil venezuelanos (Cavalcanti, Oliveira; Silva, 2022). Enquanto, informações da plataforma R4V⁴, que divulga dados atualizados mensalmente, aponta que até agosto de 2023, estavam residindo no Brasil uns 434 mil venezuelanos, incluindo todos os vistos, e, mais de 100 mil refugiados.

Uma revisão mais detalhada dos dados do Sismigra, revela que a maioria dos imigrantes venezuelanos se concentra nos estados fronteiriços de Roraima e Amazonas, com 64% do total; e a região Sul ao redor de 20%. O estado gaúcho, atraiu um total de 15.746 venezuelanos, entre os anos 2010-2022, alguns foram beneficiados pela Operação Acolhida (a partir do ano 2018), coordenada pelo Ministério da Defesa, a qual encaminha os venezuelanos para interiorização, propiciado também pelo recrutamento de empresas do agronegócio: frigoríficos e unidades de produção agropecuária. Porém, a maioria deles se interiorizam por conta própria, com ajuda de uma rede social de contatos, família, amigos e sociedade civil; ainda seja marcante a influência do processo de interiorização dirigido pelo estado e o encaminhamento em postos de trabalho (Tedesco, 2023; Demétrio; Baeninger, 2023).

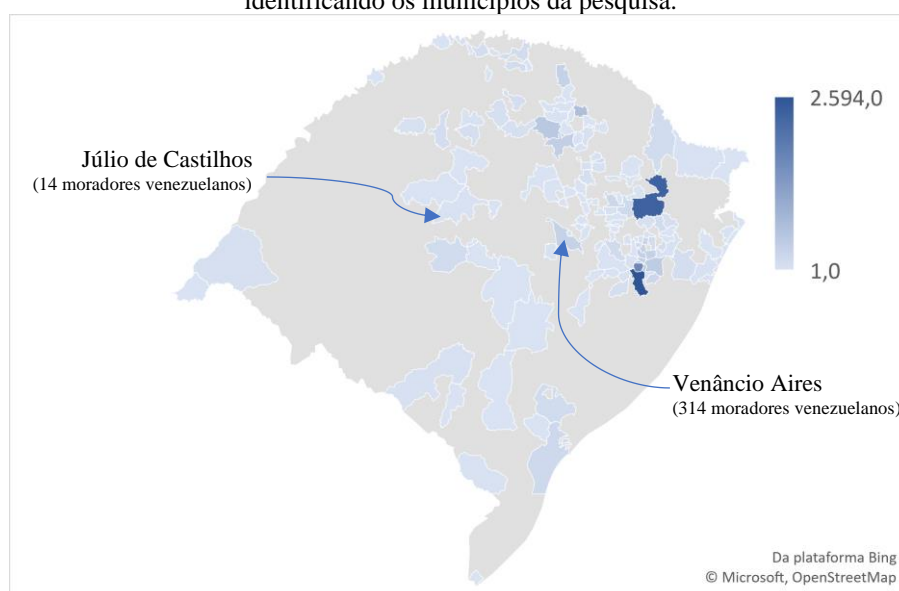
No Rio Grande do Sul, a maioria se dirige aos municípios da área metropolitana: Porto Alegre, Caxias do Sul e Canoas. Por outro lado, há vários municípios do interior do estado com comunidades de mais de 300 venezuelanos em cada, segundo os dados da Figura 3 do Sismigra 2010-2022.

⁴ Em 2018, sob diretrizes da ONU, foi criada a Plataforma Regional de Coordenação Interagencial R4V (Response for Venezuelans), para o registro e seguimento à migração venezuelana no mundo, abrangendo 17 países. No Brasil conta com a parceria de 55 organizações: públicas, privadas e da sociedade civil. Também pode-se pesquisar os dados da interiorização da Operação Acolhida que são atualizados mensalmente. Acesso pelo link: <https://www.r4v.info/pt/brazil>

Para compreender a inserção de imigrantes internacionais como trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul, auxilia dar uma olhada na geração de emprego do setor. No geral até dezembro de 2021, a geração de empregos na agricultura, pecuária e agroindústria, aponta uma maior ocupação nas lavouras (51 mil postos) frente à pecuária (25 mil postos); as culturas que mais empregam são a produção de cereais e soja, onde se ocupam mais da metade dos trabalhadores. Por outro lado, a indústria fumageira absorve uma terceira parte. A pecuária de bovinos reúne mais da metade de todos os trabalhadores do setor. Mas, a agroindústria dos frigoríficos (abate e fabricação de produtos de carne) ligado à produção pecuária, é o setor do agronegócio gaúcho que mais empregos gera, ao redor de 86 mil postos de trabalho, muito além do que gera a produção primária no seu conjunto. Destacam-se, igualmente, as indústrias panificadora, beneficiadora de arroz e de produção de alimentos para animais na geração de empregos (Feix *et al*, 2022).

Na pesquisa realizada, foram entrevistados oito imigrantes de origem venezuelano, residentes no Rio Grande do Sul, com o objetivo de evidenciar as condições de trabalho na qual se envolvem, o acesso a serviços de proteção legal e assistenciais, e as conexões ou desconexões entre suas experiências e formação (capital cultural) e as tarefas que desempenham nos diferentes postos de trabalho, localizados nos municípios Júlio de Castilhos e Venâncio Aires.

Figura 3 – Densidade populacional venezuelana no estado do Rio Grande do Sul até dezembro de 2022, identificando os municípios da pesquisa.



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), até dezembro de 2022. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/sisMigraAnoRegistro>

O município Júlio de Castilhos, RS, se localiza na Mesorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense e na Microrregião de Santiago. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE do ano 2022, possui uma população de 18.226 habitantes. Tradicionalmente, a atividade econômica agrícola é a pecuária, destacando entre os maiores produtores de leite no estado; mas, nas décadas recentes o avanço da produção de trigo e soja vem ganhando espaço, e fica como o terceiro maior produtor de soja também (Feix *et al*, 2022). Por outro lado, são frequentes os consórcios lavoura-pecuária, sendo atendidos na grande maioria por empregados sob contratações permanentes; a família tem pouco envolvimento nas lavouras, com consequente emigração dos jovens e envelhecimento da população (Cargnin, 2015).

Por sua vez, o município Venâncio Aires, RS, se localiza-se na Mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense e na Microrregião de Santa Cruz do Sul, entre o Vale do Rio Pardo e o Vale do Taquari. De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, o município possui uma população de 68.653 habitantes. Sua atividade agropecuária se destaca pela produção de fumo, ficando entre os maiores produtores do estado; também é um polo importante na produção de erva mate e laranja (Feix *et al*, 2022). Sua proximidade com o Vale de Taquari, onde se concentra a produção de frango do estado, faz com que se beneficie da geração de empregos nesse setor.

No quadro 1 estão sistematizadas algumas das principais informações dos imigrantes venezuelanos entrevistados, no referente à inserção no mercado de trabalho rural, no Rio Grande do Sul e as condições nas que se envolvem.

Quadro 1 – Inserção no mercado de trabalho rural e condições de contratação dos migrantes entrevistados.

Nome	Clemente	Javier	Betzaida	Elinor	Rosario	Moraima	Elimar	Gael
Sexo	M	M	F	F	F	F	F	M
Idade	49	30	26	28	51	40	40	55
Escolaridade	Superior	Ensino Médio	Ensino Médio	Ensino Médio	Superior	Superior	Superior	Superior
Vaga	Jornaleiro/a	Jornaleiro/a	Jornaleiro/a	Cozinheiro/a	Jornaleiro/a	Operador/a	Operador/a	Jornaleiro/a
Setor	Laticínios	Laticínios	Laticínios	Laticínios	Fumageira	Frigorífico	Frigorífico	Fumageira
Salário	1 até 2 SM	1 até 2 SM	1 até 2 SM	1 até 2 SM	1 até 2 SM	1 até 2 SM	1 até 2 SM	1 até 2 SM
Antiguidade	6 meses	1 ano	1 ano + 7 meses	2 anos	8 meses	6 meses	6 meses	1 mês
Localização	Júlio de Castilhos / RS	Júlio de Castilhos / RS	Júlio de Castilhos / RS	Júlio de Castilhos / RS	Venâncio Aires / RS	Venâncio Aires / RS	Venâncio Aires / RS	Venâncio Aires / RS
Trabalhava horas extras	sim	sim	sim	sim	Sim	não	Não	sim
Recebeu pagamento das horas extras	não	não	não	não	Sim	Não precisou	Não precisou	não
Tinha Carteira Assinada	sim	sim	sim	sim	Sim	sim	Sim	sim
Tinha Sindicato no lugar de trabalho	sim	sim	sim	sim	Sim	sim	Sim	sim
Tinha moradia no local de trabalho	sim	sim	sim	sim	Não	não	Não	sim
Tinha refeições no local de trabalho	sim	sim	sim	sim	Sim	sim	Sim	sim
Tinha transporte para se deslocar	não precisou	não precisou	não precisou	não precisou	Sim	sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria com informações obtidas nas entrevistas (os nomes foram trocados).

A escolha de Brasil como destino é marcada pela rede de contatos composta de familiares e amigos, além disso, as facilidades para a entrada documentada, moradia temporária gratuita em refúgios para imigrantes (se precisarem) e possibilidade de acesso ao processo de interiorização oferecida gratuitamente pelo Estado até outras cidades, com garantia de inserção laboral. Uma das entrevistadas, a Elimar, conta: “estou no Brasil há um ano, primeiro cheguei em Boa Vista, aguntei, acho que dois, três meses, mais ou menos assim... esperando a ONU (interiorização da Operação Acolhida), sim, tenho um primo aqui e ele me pediu”. Além do primo que esperava em Venâncio Aires, RS, tinha um filho morando em Boa Vista, RR, há um tempo.

A chegada ao Rio Grande do Sul é acionada pelos contatos e pela oferta de empregos, especificamente em ocupações agrícolas e nos frigoríficos, mas também pela ajuda de brasileiros. Por exemplo, três dos que trabalharam em Júlio de Castilhos, RS, pertencem ao mesmo grupo familiar: duas irmãs e o esposo de uma delas; têm duas crianças cada. O casal chegou à cidade de Santa Maria, RS, como parte do trânsito para seguir até Uruguai, onde um amigo os convidou. Já na cidade, conheceram um brasileiro, assentado da Reforma Agrária, que viabilizou sua inserção no trabalho rural, até deu moradia de graça para eles, numa chácara da sua propriedade quando eles precisaram, o Javier explica:

[...] quando cheguei em Santa Maria (com a esposa e duas crianças), uma dona de lar me ajudou com o aluguel, porque, ou seja, fui alugar e disse para ela que não tinha dinheiro para pagar (imediatamente), mas que ia arrumar um emprego e ela aceitou, então consegui o emprego e paguei.... daí outros amigos que conhecemos lá (todos brasileiros) nos ajudaram com a comida, e outro nos ajudou com um botijão e uma senhora que tinha um fogão [...] em Santa Maria foi que eu conheci ao João (amigo brasileiro assentado da Reforma Agrária), ele me ajudou a ficar aqui onde estamos, depois disso foi que eu consegui me estabelecer, trabalhando, durante dois anos, em fazendas (empresas leiteiras). (Javier, imigrante venezuelano em Júlio de Castilhos/RS).

Para o momento da entrevista, Javier morava nessa chácara em Júlio de Castilhos, aonde também chegaram mais integrantes do grupo familiar, vindos da Venezuela atraídos por ele: duas cunhadas e os filhos delas (crianças entre 2 a 8 anos de idade), a sogra, e o filho mais novo dela (de uns 15 anos de idade); eles estavam em busca de novos empregos, também na agricultura. Cabe destacar que esse grupo familiar já tinha feito migrações internas na Venezuela, entre as cidades de Carúpano e Margarita, na região oriental do país. Neste ponto, se revela o *habitus* migrante como parte da trajetória dos entrevistados (Oliveira; Kulaitis, 2017) que, além da força das redes sociais, composta de familiares, amigos antigos e novos, no lugar de destino, junto com a gestão do Estado, constrói os caminhos e as vidas desses migrantes.

Na experiência de Clemente e sua família, pode-se entender como a decisão de migrar foi também acionada por familiares e amigos envolvidos em projetos migratórios, no Brasil ou em outros países da América e Europa. Além disso, na Venezuela, eles também tiveram experiências de migração interna: Clemente é professor de educação física, sua esposa comerciante de frutas, são oriundos da região andina venezuelana, mas, moravam numa cidade diferente de onde nasceram. Então, pela situação de crise generalizada no país, a emigração passou a ser idealizada para a sobrevivência das famílias, especialmente aquelas que têm crianças, como é o caso de seis dos oito entrevistados. Clemente relata:

Estou no Brasil há 3 anos. A situação econômica e a falta de serviços me obrigaram a sair da Venezuela. Viajamos por toda a Venezuela de ônibus até chegarmos a Santa Elena (cidade venezuelana) na fronteira com o Brasil, de lá caminhamos pelos arredores da Gran Sabana Amazônica até chegarmos a Pacaraima (estado de Roraima, Brasil), sendo este o primeiro país estrangeiro onde moro. O Brasil foi a opção mais segura e concreta, porque aqui tenho uma tia com seus filhos que são muito próximos e incentivaram minha saída, e tenho parentes morando tanto na Europa quanto em toda a América. Por enquanto, as condições ainda não são as melhores, mas o projeto familiar é buscar estabilidade, não pretendo viajar para o meu país (desejam ficar no Brasil) (Clemente, imigrante venezuelano em Júlio de Castilhos)

As suas escolhas giram em torno de um projeto migratório que avalia as vantagens do trajeto, do destino e das oportunidades. Tudo ganha sentido pela confiança e o respaldo herdado, construído e transmitido, no lugar de origem e de destino. Juntamente com o *habitus*, os imigrantes também têm capitais econômicos (bens ou dinheiro), sociais (contatos que provêm informação valiosa de rotas, legislação, empregos) e culturais (estudos realizados, diplomas, vontade de estudar ou se profissionalizar), trazidos e acumulados pela migração (Oliveira; Kulaitis, 2023). Nesse aspecto, cabe destacar o nível de escolaridade entre o grupo entrevistado, a maioria tem estudos superiores e os demais, ensino médio completo.

Esse capital cultural é aproveitado por eles de três formas: planos de se inserir em empregos de maior qualificação; planos de realizar algum tipo de empreendimento relacionado às experiências trazidas e acumuladas; desejos de realizar cursos profissionalizantes ou/e garantir que os filhos continuem a estudar na escola e na universidade.

Assim, Clemente, que era professor do ensino médio na Venezuela, formado em educação física, tem os filhos estudando: “Sou professor de educação física, só tenho o título sem apostila, no momento não fiz nada perante nenhuma organização... aqui estão eles estudando (os filhos), enquanto eu e minha esposa trabalhamos”. Para o momento da entrevista, estava trabalhando numa rede de supermercados em Santa Maria, RS, como encarregado do setor de hortifrutti, a mulher como faxineira, o filho menor assiste regularmente à escola e a filha maior estuda na UFSM.

Também outro dos entrevistados, Gael, é formado, em engenharia metalúrgica, na Venezuela. Quando foi entrevistado, trabalhava numa indústria metalmeccânica no município Venâncio Aires, RS, em tarefas vinculadas a sua experiência, mas passou por várias ocupações antes disso, entre elas, o trabalho rural. Seu filho menor (15 anos de idade) estuda na escola e tem planos de se matricular na universidade. Seu grupo familiar é formado em distintas áreas:

[...] minha esposa tem bacharelado em Gestão Ambiental e trabalhava numa Fundação para cuidado de idosos, eu trabalhava em Alcasa (empresa estatal venezuelana de produção de alumínio)... Meu irmão mais novo é professor de matemática e mora em Chile há sete anos, e a esposa dele é médica [...] Eu cheguei ao Brasil com outras

expectativas, um ex-colega de trabalho me propôs uma parceria para abrir uma padaria em Boa Vista, mas a gente não conseguiu... Perdi o dinheiro, acabei morando num refúgio e trabalhando como vendedor ambulante de temperos... cheguei até Venâncio Aires graças a interiorização (Operação Acolhida). Viemosum grupo de 60 venezuelanos, todos com trabalho garantido na fumageira... encaminhado pela Casa do Imigrante (órgão da Prefeitura) (Gael, imigrante venezuelano em Venâncio Aires)

O reconhecimento dos diplomas é difícil, pela burocracia, custo e a barreira do idioma com que se deparam no Brasil. Esse mesmo drama se repete também em outros países. Além das dificuldades no próprio país de origem, Venezuela, onde fazer apostila de diplomas precisa primeiro de um processo de legalização, que exige a presença do solicitante, impossível de fazer uma vez que estão no exterior (Berríos-Riquelme, 2020). Numa conversa recente com Javier, contou que se matriculou numa universidade particular para estudar em EaD, mas, não conseguiu avançar pelo fato de não ter apostila no diploma do Ensino médio. Então, resolveu ir até o Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular, para se matricular no sistema de estudo, apresentar as provas e obter o diploma de ensino médio brasileiro. Dessa forma, pretende continuar depois os estudos superiores. Então, como vemos neste trabalho, os imigrantes acabam se inserindo em ocupações desconexas das suas experiências ou formação, entre outras causas, pelas dificuldades no reconhecimento de diplomas.

No relato de Betzaida, oriunda da Ilha de Margarita, cidade turística da Venezuela; conta que sempre tinha trabalhado em vendas ambulantes ou em locais; e o quanto foi difícil para ela aprender os fazeres numa empresa de laticínios:

bom, quando cheguei eu realmente não sabia nada sobre vacas, porque nunca tinha estado, na verdade, nem perto de uma vaca, eu as via de longe. Mas, aqui, eu tinha que ter ela na minha frente. Ali, no trabalho que a gente conseguiu, eu tive que ordenhar as vacas, e tive muitas coisas que aprender..." (Betzaida, imigrante venezuelana em Júlio de Castilhos)

Por outro lado, o mercado de trabalho dos migrantes no Brasil se encaixa na hierarquização das ocupações desta população a nível mundial (Avallone, 2018; Hernández; Sandoval, 2015; Silva, 2016; Phelps, 2014), os dados estatísticos e a bibliografia consultada evidenciam lhes é reservado as vagas de emprego no comércio (varejista), na indústria ou no agronegócio (frigoríficos), o crescimento dos trabalhadores rurais, os que ficam na informalidade (venda ambulante, faxina e cuidado de pessoas) e os que se encaminham no empreendedorismo (Tedesco, 2022; Da Frota Simões, 2017). Isso acontece com os venezuelanos entrevistados, com os trabalhadores haitianos (na colheita de maçãs) e os senegaleses (nos frigoríficos).

Isso faz parte das experiências da Elinor, Betzaida e Javier. Eles entraram no Brasil vindos do Peru, pelo estado de Acre. O trajeto até o Rio Grande do Sul envolveu o trabalho em venda ambulante, além da ajuda que receberam de pessoas, igrejas e os serviços assistências dos governos municipais. Depois, em Júlio de Castilhos, durante a entrevista, o Javier manifestou o desejo de empreender com a criação de peixes, na chácara do senhor João, o amigo brasileiro que vem ajudando-o: “e tenho um projeto com piscicultura que quero desenvolver, (porque) na Margarita (Venezuela), a gente comercializava muito com peixe [...] temos uma estrutura que está aqui com o Sr. João. Então, vamos fazer uma parceria”.

Também se mostrou nos dados estatísticos, que a faixa salarial predominante dos imigrantes foi de 1 até 2 SM, paradoxalmente, a grande maioria tem elevada escolaridade, como é o caso de cinco dos nossos entrevistados, inseridos em postos de baixa qualificação, e não surpreende que isso se repete em outros países do continente e também é evidenciado em outros trabalhos sobre migrantes no Brasil (Baeninger *et al*, 2021; Tedesco, 2022; Nolasco 2016; Berríos-Riquelme, 2021; Demétri-Baeninger, 2023).

No final, os migrantes não se importam em trabalhar a mais, até sendo explorados, para lhes sobrar dinheiro e enviar remessas aos seus familiares no país de origem ou ter uma poupança que permita trazê-los. Por exemplo, a Betzaida conseguiu ter uma poupança após quase dois anos de trabalho até ser demitida, e com isso, foi buscar a sua mãe na Venezuela; o Clemente e a sua esposa enviam dinheiro para seus pais na Venezuela; o Gael conseguiu trazer sua família depois de três anos de moradia e trabalho no Brasil.

Nesta pesquisa não foi possível entrevistar nenhum dos empregadores. Mas, nas conversas com alguns dos contatos que viabilizaram a contratação, como o senhor João em Júlio de Castilhos e duas servidoras que trabalham na “Casa do Imigrante” em Venâncio Aires; falavam que eram procurados por algumas empresas, pela razão de os imigrantes serem muito envolvidos nas tarefas, não costumam se ausentar, não ficam bêbados, não se envolvem em brigas. Assim, muitos chegam com a vaga de emprego garantida por indicação de um conterrâneo que trabalha na mesma empresa. Alguns frigoríficos do Rio Grande do Sul participaram na Operação Acolhida no estado de Roraima, mediante funcionários que faziam o recrutamento de trabalhadores imigrantes (Tedesco, 2023; Demétrio-Baeninger, 2023). Tudo isso demonstra o interesse em contratá-los, mas, como citam muitos pesquisadores do tema, precisam deles como força de trabalho dócil, flexível e barata (Pheps, 2014; Avallone, 2014; Tedesco; Ambrosini, 2012).

As condições de trabalho nas ocupações agropecuárias e na agroindústria onde foram inseridos, infelizmente podem bem ser descritas pelas 3p: *precário, pesado, perigoso*. Nos

relatos, com frequência descreveram ter realizado muito esforço físico, longas jornadas, horas extras trabalhadas sem pagamento, além do caráter sazonal das contratações (Cavalcanti, Oliveira; Macedo, 2020; Tonhati; Macedo, 2020; Beltrão; Sugahara, 2006).

A Elinor, foi contratada como cozinheira em Júlio de Castilhos, ainda que não seja nas lavouras ou na pecuária, conta como os fazeres do seu trabalho precisam ela ficar em pé, com uma pausa de uma hora; trabalhava contínuo, o descanso era de um final de semana a cada duas semanas de trabalho: “eu trabalho de cozinheira há dois anos, eles me dão moradia com todos os serviços, tenho refeições (durante a jornada), o salário fica quase inteiro... Mas, somente posso ter livre um final de semana a cada duas semanas [...]”.

Para quem é empregado na agricultura e nos frigoríficos, o tempo de descanso e lazer fica bem reduzido, o benefício de moradia parece ser o guichê para os imigrantes e justifica o trabalho pesado. O Clemente descreve como era a rotina de tarefas diariamente:

A rotina, entre outras coisas, consistia basicamente em: preparar tudo para a ordenha (desinfetar os equipamentos, procurar líquidos para lavar os tetos das vacas, trazer guardanapos, luvas), procurar as vacas que estavam no galpão de descanso (conforme o temperatura que tinha, ligar o sistema de irrigação para molhar os animais a fim de controlar sua temperatura corporal), extrair leite ou ordenhar, assistir partos, queimar os chifres dos bezerros, uma vez retirado o leite dos recipientes, depois tinha que lavá-los... depois de quatro meses pedi demissão por desconfortos que aconteceram com colegas brasileiros (Clemente, imigrante venezuelano em Júlio de Castilhos)

Além das tarefas citadas, tinha livre somente um dia na semana, trabalhando ao redor de 10 horas por dia. É também o caso da Betzaida e Javier, os dois trabalharam na mesma empresa de laticínios:

[...] quando começamos, trabalhavam quatro pessoas por ordenha... Alguns dias (depois, quando a pandemia começou) ficou reduzido a duas pessoas por ordenha, onde são 500 vacas. E você tinha que fazer o seu trabalho, e para ter tempo, você tinha que correr (fazer rápido). Já aí era uma exploração, porque eu sou sincera, dava muito trabalho para apenas duas pessoas... (quando alguém falta ao trabalho) eles convocam você, porque você é quem mora lá, sim, (dizem) vêm trabalhar para você cobrir (ao colega que não veio). Mas aí eles não pagam esse dia e não tiram nenhum dia de trabalho de você (Betzaida, imigrante venezuelana em Júlio de Castilhos)

Dessa forma, o dia ao dia é bastante pesado, ainda para aqueles que tinham moradia no local de trabalho, com serviços de graça e refeições durante a jornada, mais uma vez, esse aparente benefício se traduz em maior sobrecarga de trabalho.

Por outro lado, a inexperiência nas tarefas de lavoura, pecuária e frigoríficos, se traduz em maior fadiga e stress, que aumentam as probabilidades já presente, de adoecimentos ou acidentes, colocando em risco a segurança e a saúde. A localização do lugar de trabalho em

lugares isolados dos centros povoados, traz duas situações: o transporte até lá diariamente aumenta o tempo dedicado ao trabalho; e, quando tem moradia no local, além de se expor a maior exploração, dificulta o acesso a serviços assistenciais e atividades de lazer. Para as que trabalhavam num frigorífico em Venâncio Aires, a jornada é intensa e até perigosa, pelas tarefas de corte e pelos horários do trabalho. A Moraima conta:

[...] às 3h da manhã passa o transporte (da empresa). Eu chego até lá e aí eu começo a trabalhar e, às 4h da manhã, lá eu faço o primeiro intervalo (descanso), às 5h eu faço o outro; são 10 minutos de hora em hora, o trabalho é muito forçado (de pé, fazendo cortes de carne) (Moraima, imigrante venezuelana em Venâncio Aires).

Elimar foi vítima de roubo numa manhã em que chegou do trabalho. Ela também considera o horário arriscado e as tarefas cansativas:

É trabalhoso porque tem que ficar em pé, é cortar, ou seja. É cortar frango, cada um tem sua tarefa, no meu lugar, digamos assim, na parte da coxa... Tirar o osso e deixar na polpa pura ... (no trajeto ao trabalho) tem que sair às 2 da tarde, ou seja, para chegar lá e entrar às 15h30. Depois sai às 13h30 e chega aqui às 2h30 da manhã... e, me roubaram aqui, eu estava descendo do ônibus, tinha um casal, não percebi, para mim era normal, e apontaram uma arma para mim (Elimar, imigrante venezuelana em Venâncio Aires).

Isso é uma situação que se repete em outros lugares do mundo, Europa, Asia e Estados Unidos empregam um alto contingente de imigrantes internacionais nas lavouras e na indústria alimentar, sob condições de alto risco, às vezes sem nenhum amparo legal (Davies, 2016; Ambrosini, 2008, Tedesco; Ambrosini, 2012; Silva, 2016; Demétrio, 2020; Demétrio, Baeninger, 2023).

Além das condições do trabalho, a sazonalidade os obriga a mudar de emprego e de lugar de moradia em períodos curtos. Isso leva a refletir sobre seu estado emocional e saúde mental, além da saúde física; é difícil estabelecer vínculos de amizade quando carecem de estabilidade e os cuidados da saúde acabam no final das prioridades, o bem-estar fica mais difícil de atingir (Giongo, Monteiro; Sobrosa 2017; Barros, 2018). Para o momento da pesquisa, cinco deles já tinham sido demitidos ou pediram demissão. Três tinham planos de se manter como trabalhadores rurais, procurando alguma vaga disponível, outros três estavam inseridos em ocupações mais próximas às experiências e formação trazidas; até um deles tem um projeto de empreendedorismo.

Um outro aspecto que se revela na experiência deste grupo de venezuelanos, tem a ver como a carência de contato com sindicatos de trabalhadores ou servidores públicos de órgãos governamentais para a proteção dos trabalhadores. Chama a atenção que todos estavam cientes

da existência de um sindicato de trabalhadores, mas relataram não possuir nenhum tipo de contato com eles, nem no início, durante, e nem no momento da rescisão do contrato de trabalho; somente uma das migrantes conversou com o pessoal do sindicato sobre convênios de saúde: Rosario, que trabalhou durante a safra do setor fumageiro em Venâncio Aires, RS: “eu sei que eles estavam, mas não tive contato sobre questões do trabalho, somente uma vez perguntei sobre um plano odontológico”. No mesmo município, mas em outra empresa do fumo, Gael conta:

Em 20 dias, eu fiz diferentes tarefas, como ajudante mecânico [...] consertamos uma turbina... fazendo limpeza [...] jogando madeira nas caldeiras... dirigindo o carro para transportar trabalhadores... mas, o chefe não estava satisfeito com meu trabalho e me sobrecarregou com mais coisas [...] a jornada começava às 7 da manhã até às 5:30 da tarde. Às vezes, trabalhava horas extras sem receber pagamento... o meu chefe falou: eu tenho esse cartão aqui que diz que sou agrônomo aqui (no Brasil), mas fora de aqui eu não sou ninguém. Ou seja, vocês estão assim agora; eu me senti humilhado e explorado. Então, fui falar diretamente com quem me contratou e pedi demissão. Não procurei o sindicato, não tenho certeza se tinha, mas acho que sim. (Gael, imigrante venezuelano em Venâncio Aires).

Como foi dito, recentes mudanças nas leis trabalhistas de 2017 acabaram enfraquecendo a atuação dos sindicatos. Agora, os trabalhadores podem decidir não contribuir com o sindicato e daí ficam sem sua assessoria (desconhecem o sentido do trabalho sindical), e é uma questão de longa data, a pouca fiscalização dos órgãos governamentais responsáveis da proteção dos direitos trabalhistas (Picolotto; Lazzaretti, 2023; Lazzaretti; Picolotto, 2020). Tudo isso sustenta o fato de grande precarização dessa categoria trabalhadora da população.

Eles desconhecem as leis trabalhistas, e talvez por isso não têm noção se o pagamento recebido foi o certo, simplesmente aceitaram. Todos receberam como pagamento entre um até dois salários-mínimos, indistintamente das tarefas, da jornada e do nível de escolaridade; pela antiguidade somente dois chegaram a receber décimo terceiro e tomar férias. Dois deles foram demitidos, ainda com atestado médico por causa de Covid-19, mas não fizeram reclamação nenhuma, nem procuraram assessoria legal particular, do sindicato ou servidores do Estado. A Betzaida conta como foram demitidos ela e o seu companheiro, e que não se sentiram confiados em acionar o sindicato:

Chegou o momento no dia seguinte, segundo dia de Covid (estava doente), que estou trabalhando, não aguentei, estava me desmaiando, me tiraram pálida da ordenha... Aí sim, tive que ficar em casa... meu marido, que entregou atestado (médico), foi demitido... de fato, Javier e minha irmã, foram demitidos ainda tendo atestado (médico). Ou seja, eles tinham como reclamar na justiça que foram demitidos com Covid, mas eles não fizeram nada... (quando perguntada sobre o sindicato) tem sindicato sim, mas, não, nada, aí eles (os colegas) não concordam com nada disso (ou

seja, não eram sindicalizados) (Betzaida, venezuelana imigrante em Júlio de Castilhos).

Também é importante destacar a barreira do domínio da língua portuguesa. Nenhum dos nossos entrevistados fez um curso de idiomas até então, o aprendizado acontece mediante a interação com brasileiros no trabalho e no cotidiano. Dessa forma, sem o domínio da língua, os imigrantes ficam mais vulneráveis: acesso restrito a vagas de emprego que demandam maior comunicação, dificuldades na prestação de provas de qualificação para convalidar diplomas, ou para estudar cursos de graduação e de qualificação profissional; dificuldade para conhecer e compreender as leis, e episódios em que sofreram discriminação (Ferreira; Da Silva; Bento, 2021; De Oliveira; Da Silva, 2017). Esse fator torna ainda mais difícil o acesso a vagas de emprego qualificadas e com melhores salários, é uma barreira tanto para o migrante quanto o empregador, abrindo caminho tanto para a informalidade, ou o empreendedorismo, que por sua vez precisam de enquadramentos legais e assessoria adequada, em geral pouco acessível (Tedesco, 2022).

Inclusive, as questões de gênero e divisão sexual do trabalho, poderiam ser debatidas: quando olhamos a inserção de uma das entrevistadas como cozinheira, a Elinor, assim como as esposas de dois dos entrevistados (Javier e Clemente), que foram inseridas em trabalhos de limpeza; enquanto a esposa de outro não aceitou trabalhar, permanecendo desempregada (esposa de Gael). Mas, eles atribuem a situação à carência de experiência.

Por outro lado, é visível como a ajuda das redes sociais migratórias (família, amigos, pessoas e organizações civis e estatais, que os acompanham no trajeto), é considerada o fator mais influente na sua percepção e sentimentos positivos perante a experiência migratória (França; Barbato, 2019; Bragg; Hyndman; 2022; Demétrio; Baeninger, 2023). Talvez por isso, Rosario, que também trabalhou temporariamente na safra do fumo em Venâncio Aires, diz se sentir satisfeita com a experiência:

olha, sim o trabalho foi bem forçado [...]. Mas, foi um dos melhores trabalhos que eu já arrumei, bom salário. Quando terminei meu trabalho, recebi um excelente bônus, ninguém estava obrigado de fazer horas extras, mas quando fiz recebi pagamento [...]. Se eu puder, trabalharia de novo com essa empresa; (quando consultada sobre voltar a Venezuela), definitivamente não, aqui nós (ela, esposo e filho), temos maiores oportunidades de melhorar a nossa qualidade de vida (Rosario, imigrante venezuelana em Venâncio Aires)

Finalmente, para explicar a condição de inserção no mercado de trabalho rural dos imigrantes vindos ao Brasil nas últimas décadas, é preciso entender que na grande maioria, o deslocamento foi forçado. Eles foram coagidos a migrar, pela situação de crise social,

econômica ou por desastres ambientais nos países de origem, como os venezuelanos, haitianos, sírios e senegaleses. Ao chegarem sem planos e, às vezes, indocumentados (documentos de identidade ou diplomas de escolaridade) a maioria acaba engrossando a faixa populacional dos marginalizados e vulneráveis.

Nessa situação, aceitam aqueles empregos que a maioria da sociedade rejeita e se expõem a condições precárias, de tipo *três d* (*130irty, dangerous, demarding*) ou, três p (pesados, precários e perigosos)”. Os empregadores fazem parte do grande agronegócio, com predominância de relações de trabalho capitalista, onde se maximiza o uso do recurso, neste caso humano; tipicamente reúne os cidadãos periféricos, os pobres, os excluídos e claro, se enquadram os migrantes, internacionais e locais (Silva; 2016; Scott; Dos Santos, 2014; Avallone, 2014, 2018, 2017).

Contudo, eles mostravam sentimentos de gratidão pelas oportunidades de trabalho que já tiveram, ainda que sua inserção social e no mercado de trabalho sejam direitos conquistados; expressam se sentir satisfeitos, esperançados e com desejo de ficar no Brasil e trazer mais pessoas da família para morarem juntos.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações contemporâneas estão fortemente marcadas por deslocamentos de tipo forçado, a maioria dos adultos migrantes são mulheres e segue em aumento o número de crianças; os grupos e perfis são variados, com predominância das classes médias e pobres. No Brasil, um terço dos imigrantes internacionais, residentes ou refugiados, são originários da Venezuela ou Haiti. Mas, também é expressiva a chegada de imigrantes do Sul Global, principalmente de outros países da região (Cuba, Colômbia, Bolívia), de África (Senegal, Angola, Bangladesh e Nigéria), Síria e China.

Para compreender melhor as escolhas que envolvem os projetos dos migrantes vindos ao Brasil nas últimas décadas, é uma conjunção de fatores estruturais e pessoais. Por um lado, as trajetórias dos venezuelanos entrevistados revelaram que tinham experiências prévias de migrações internas e externas; os estudos profissionalizantes faziam parte de suas vidas e valorizavam escalar níveis de escolaridade médio e superior; seus amigos e familiares também migraram. Assim, o *habitus* migrante e o capital simbólico, trazidos e acumulados, estão presente e determinam as suas decisões sobre empreendedorismo e estudos, para si e seus filhos, como caminho para sua inserção e ascensão social. Esse *habitus* também contribui à construção

de redes sociais que viabilizam as metas que desejam atingir, eles dividem capitais econômicos e simbólicos que ajudam à manutenção do projeto migratório.

Nesse contexto, se observou que ainda que o imigrante possua certo nível de escolaridade, o reconhecimento dos diplomas é difícil, pela burocracia, custo e a barreira do idioma com que se deparam no Brasil, e, isso se repete também em outros países; além das dificuldades para facilitar gestões de apostila no próprio país de origem, na Venezuela.

A inserção no mercado de trabalho responde a principalmente a fatores estruturais, uma hierarquização onde lhes é reservado aos migrantes, as ocupações de baixa qualificação, baixos salários, longas jornadas e contratos sazonais. Está fortemente influenciada pelas redes de ajuda formais e informais, onde o Estado e organizações humanitárias internacionais encaminham boa parte das escolhas dos migrantes, numa teia que se estende até a sociedade civil e redes de familiares y amigos, cujo fim é a inserção no mercado de trabalho formal, ainda que seja em condições precárias, mas com um velo de humanitarismo, que contribui aos sentimentos de gratidão e docilidade do trabalhador migrante.

Se evidenciou que, durante o ano 2020, a maioria dos postos de trabalho gerados para imigrantes internacionais no Brasil, recrutaram maiormente venezuelanos (29%) e haitianos (28%); os setores de comércio varejista e de indústrias (frigoríficos) abrangem mais de 60% de todos os contratados. Enquanto, o setor agropecuário que contratou pouco mais de 3000 migrantes, ao redor de 2% do total de imigrantes inseridos no mercado de trabalho formal, não deve passar despercebido, visto que na última década seu recrutamento aumentou significativamente, e, se levarmos em conta que nesse setor a contratação formal representa pouca mais da metade de todos os postos de trabalho gerados, o fenômeno é relevante, e, evidencia a importância das pesquisas para esse setor.

As condições de trabalho, se encaixam no sistema capitalista que caracteriza o agronegócio brasileiro, no qual os imigrantes, nacionais e internacionais, representam uma força de trabalho dócil, flexível e barata. As experiências descritas falam de condições de trabalho *3d jobs* (*dirty, dangerous, demarding*) ou, *3p* (*pesados, precários e perigosos*): muito esforço físico, longas jornadas, contratações de caráter sazonal, tarefas que envolvem algum tipo de risco à saúde ou segurança, somadas a quase inexistência de ações sindicais mediadoras nas contratações ou demissões, e nenhum contato com órgãos de fiscalização governamental, responsáveis pela proteção dos direitos trabalhistas. Inclusive, os entrevistados se enquadram na faixa salarial predominante nas estatísticas, de até dois salários-mínimos; paradoxalmente, esses dados evidenciam que a grande maioria possui elevada escolaridade e poderia desenvolver

funções de maior qualificação. Além disso, são frequentes as mudanças do lugar de moradia e emprego, às vezes, isolados dos centros urbanos e com pouco acesso aos serviços assistenciais.

No projeto migratório, o emprego é a peça angular da inserção do migrante, seu anseio nos primeiros passos; as mudanças na quantidade e participação dos migrantes no emprego formal brasileiro merecem uma análise por grupos ocupacionais e nacionalidades envolvidas, para construir elos entre a oferta e os perfis dos migrantes, que orientem ações facilitadoras de inserção sob amparo dos seus direitos.

As abordagens do fenômeno migratório precisam indispensavelmente de teorizações de natureza multidisciplinar, uma contextualização multiespacial e uma análise histórica; enquanto as relações de trabalho que se entrelaçam, sobretudo no meio rural, precisam explorar, além do surgimento e manutenção do sistema capitalista, a discussão da herança das práticas colonialistas, que se reinventam na modernidade, e as estratégias de resistência que desenvolvem os trabalhadores rurais.

REFERÊNCIAS

AVALLONE, G. Migraciones y agricultura en Europa del Sur: Emergencia de un nuevo proletariado internacional. **Migraciones Internacionales**, v. 7, n. 4, p.137-169. México 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/151/15131361005.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023

AVALLONE, G. Migraciones y relaciones de poder en la agricultura global contemporánea: entre actualidad y ruptura de la herencia colonial. **Relaciones Internacionales**, n. 36. México. 2017. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/download/7637/9014/0> Acesso em: 20 sep. 2023.

AVALLONE, G. Trabajo y migraciones postcoloniales en la agricultura capitalista global. **Revista Theomai**. Número 38. P. 5-7. Argentina. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/124/12455418001/movil/> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAENINGER, R. *et. al.* Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista jurídica: Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v.4. Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/89> Acesso em: 20 sep. 2023.

BARROS, I. F. Trabalho assalariado no campo e novas formas de exploração da força de trabalho camponesa. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL 16. Anais. Brasil. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abeps/article/view/22882> Acesso em: 21 sep. 2023.

BAUMAN, Z. Migration and identities in the globalized world. **Philosophy and Social Criticism**, v. 37, n. 4, p. 425–435. UK. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0191453710396809> Acesso em: 19 sep. 2023.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: *dekasseguis* brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, p. 61-85. Brasil, 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Mqw4jYrZyjFWjd8GmJ3MM5s/?lang=pt>
Acesso em: 21 sep. 2023.

BERRÍOS-RIQUELME, J. Labor market insertion of professional Venezuelan immigrants in northern Chile: precariousness and discrimination in the light of migration policy. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 29, n. 62. p.117-132. Brasil, 2021.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/7SC5NCMH8JBMpNxSY3kCgXK/> Acesso em: 21 sep. 2023.

BOURDIEU, P. 1930-2002. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme. J. F. Teixeira São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRAGG, B.; HYNDMAN, J. Family matters: Navigating the intentional precarity of racialized migrant and refugee workers in Canadian meatpacking. **Canadian Ethnic Studies**, v. 54, n. 3, p. 9-31. 2022. Disponível em:

<https://muse.jhu.edu/pub/78/article/882879/summary> Acesso em: 21 sep. 2023.

CARGNIN, M. Um olhar sobre as transformações no espaço rural de Júlio de Castilhos/RS.

In: DE DAVID, C.; WIZNIEWSKY, R. F.; CANCELIER, J. W. (org.). **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**, n. 59. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppggeo/wp-content/uploads/sites/538/2019/05/Rio-Grande-do-Sul-estudos-de-geografia-agr%C3%A1ria.pdf#page=59> Acesso em 21 sep. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Edição Especial. Brasil. 2015.

Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf>
Acesso em: 21 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf Acesso em: 21 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral.

Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em:

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 19 sep. 2023.

CHAUVIN, S.; GARCÉS-MASCAREÑAS, B. Becoming Less Illegal: Deservingness Frames and Undocumented Migrant Incorporation. **Sociology Compass**. v. 8, n. 4, p. 422–432. 2014. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12145> Acesso em: 19 sep. 2023.

DAVIES, J. From severe to routine labour exploitation: the case of migrant workers in the UK food industry. **Criminology & Criminal Justice**, v. 19, n. 3, p. 294-310. 2016.

Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1748895818762264> Acesso em: 21 sep. 2023

DE OLIVEIRA, A. M.; PINHO, E. X. A constitucionalização do direito do trabalhador rural: uma análise do registro na carteira de trabalho no cenário atual. **Laborjuris - Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, v.1, n.1. Brasil. 2019. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/9> Acesso em: 21 sep. 2023.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43. Brasil, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 01 out. 2023

DEMÉTRIO, N. B. Espaços Regionais da Agricultura Globalizada e as Novas Migrações do Agronegócio no Brasil. **Textos NEPO**, 89. Campinas, Brasil. 2020.

Disponível em: <http://haitiaqui.provisorio.ws/wordpress/wp-content/uploads/2016/10/COELHO-R.-PEIXOTO-DO-PRADO-E.-J.-2015.-Migra%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%B5es-e-trabalho.-Minist%C3%83%C2%A9rio-P%C3%83%C2%BAblico-do-Trabalho.-Bras%C3%83%C2%ADlia.pdf#page=80> Acesso em: 19 sep. 2023.

DOMENICONI, J. D. O. S. As migrações internacionais qualificadas para o Brasil – uma abordagem complementar entre metodologias e fontes de informação nos estudos das migrações Sul-Sul. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 12; Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). 14 Anais. p. 1-27. Brasil, 2021. Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3742> Acesso em: 19 sep. 2023.

FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, 703-715. Campinas, Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yVQPfPsjW8zLB3HQB3DrBhD/?lang=pt> Acesso em: 20 sep. 2023.

FEIX, R. D. *et al.* **Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do estado Rio Grande do Sul. Brasil. 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/painel-agro> Acesso em: 21 sep. 2023.

FLECK, C. F. *et al.* As Relações de Trabalho no Meio Rural: uma análise da problemática no Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão e Estudos Rurais da UFV**, v. 8, n. 1, p. 20-43. Brasil, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/8161> Acesso em: 21 sep. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C3%83%E2%80%9Ao_bimestre_com_respostas_direito.pdf Acesso em: 01 out. 2023

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. **Psicologia & Sociedade**, v. 29. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KQf6Qh7NvnRzXF9WKMYnvJD/?lang=pt&format=html> Acesso em: 21 sep. 2023.

HERNÁNDEZ-LEÓN, R.; HERNÁNDEZ, E. S. El reclutamiento de trabajadores temporales mexicanos para Estados Unidos: Infraestructura burocrática, industria de la migración y economía del engaño en el programa de visas H-2. **UCLA International Institute**. USA. 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0z98x5h4> Acesso em: 19 sep. 2023. <https://www.redalyc.org/pdf/3330/333047931010.pdf> Acesso em: 12 ago. 2023.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. v. 29, n. 63, p. 123-139. Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/> Acesso em: 19 sep. 2023.

KAMARUDDIN, R.; ABDULLAH; N.; AYOB, M. A. Determinants of job satisfaction among Malaysian youth working in the oil palm plantation sector. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, v. 8, n. 4, p. 678-692. 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JADEE-06-2017-0063/full/html> Acesso em: 21 sep. 2023.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo. In: ABDAL, A. *et al* (org.) **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**, p. 24-41. Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Brasil, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202013000200003&script=sci_arttext Acesso em: 01 out. 2023

MALLIMACI, A. I. *et al.* Dinámicas migratorias de la población venezolana en América del Sur. In: GALAZ, C., et al. **Movimientos migratorios Sur-Sur: fronteras, trayectorias y desigualdades**, n.1, p. 8-15. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Argentina. 2021. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/07/V3_Movimientos-migratorios-sur-sur_N1.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 6. Brasil. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8735344> Acesso em: 221 sep. 2023.

MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. Migrações internacionais de mulheres rurais. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 168-200. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158687> Acesso em: 21 sep. 2023.

MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022**. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra, Suíça, 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022> Acesso: 19 sep. 2023.

MINAYO, M. C. D. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis, Brasil, 2009.

NEVES, D. P. Questão agrária: configurações de disputas de modelos de agricultura. In: CASTRO, E. (org.) **Pensamento crítico latino-americano**, p. 317. Brasil. 2019. Disponível em: https://www.amerindiaenlared.org/uploads/adjuntos/202104/1618006744_qY1B4Bfs.pdf#page=318 Acesso em: 02 out. 2023

OLIVEIRA, M. D.; CAVALCANTI, L. *Habitus* e capitais migratórios de haitianos no Paraná. Trajetória educacional e inserção profissional em contextos de mobilidades. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 31, p. 115-133. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ShXM9cHMnGJ3WXcwbgkdwpx/?lang=pt> Acesso em: 19 sep. 2023.

OLIVEIRA, M., KULAITIS, F. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Dossiê - Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2017. Brasil. Disponível em: https://www.academia.edu/download/54604722/Habitus_imigrante_e_Capital_de_mobilidade.pdf Acesso em: 30 de out. 2022.

PAJNIK, M. ‘Wasted precariat’: Migrant work in European societies. **Progress in Development Studies**, v. 16, n. 2, p. 159-172. 2016. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464993415623130> Acesso em 21 sep. 2023

PEIXOTO, J. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 27, n. 57, p. 141-158. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/P5ZMqp36bsc4Hy7nZP6Fr4s/> Acesso em: 19 sep. 2023

PHELPS, E. D. South-south migration: why it’s bigger than we think, and why we should care. **Blog the Migrationists, a Collaborative International Migration**. 6 fev. 2014. Disponível em: <https://themigrationist.wordpress.com/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/> Acesso em 19 sep. 2023.

PICOLOTTO, E. L.; LAZZARETTI, M. O sindicalismo da agricultura familiar no Sul do Brasil no cenário recente. **Ejes de Economía y Sociedad**, v. 7, n. 12, p. 40-57. Argentina, 2023. Disponível em: <https://ojs-act.uner.edu.ar/index.php/ejes/article/view/1673> Acesso em: 21 sep. 2023.

PICOLOTTO, E. L. Gigante com Pés de Barro: O Trabalho Rural como Elo Frágil do Agronegócio em Tempos de Reformas Trabalhistas. **Dados**, v. 67. Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/nC6Yv3s4XjTgm3fcDYzqJnq/> Acesso em: 21 sep. 2023

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, v. 104, p. 201-238. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YPyP8TcKRbBWYyF6vNYJ7Br/?lang=pt> Acesso em: 21 sep. 2023.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 195-224. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/xjhwQdTB5jVzgPqjnSCfGvQ/> Acesso em: 02 out. 2023

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Editora Vozes. Traduzido por: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Brasil, 2008.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I. Brasil, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

SAYAD, A. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Tradução de Cristina Murachco. Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, A. Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. **Apuntes CECYP**, n. 13, 101-116. 2008. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/apuntescecyp/article/view/4015> Acesso em: 21 sep. 2023.

SCOTT, P.; DOS SANTOS, D. A. Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco–PE. **Revista de Antropologia Vivência**, v. 1, n. 43. Brasil, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6801> Acesso em: 21 sep. 2023.

SILVA, M. A. D. M. Trabalho rural: as marcas da raça. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 99, p. 139-167. Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/dkGcXmPQvvXQhmtTskYzvwvy/?format=html&lang=pt> Acesso em: 21 sep. 2023.

TEDESCO, J. C.; AMBROSINI, M. Brasileiros na agricultura do Norte e Nordeste da Itália: irregularidade e otimização. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 3, p. 50-73. Itália 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6547725> Acesso em: 20 sep. 2023

TEDESCO, J.C. **Imigração no Sul do Brasil: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico**. Passo Fundo: Acervus, Brasil, 2022

TEDESCO, J.C. **Imigração venezuelana no Brasil: fronteiras políticas e inserção social**. Passo Fundo: Acervus, Brasil, 2023

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **PÉRIPILOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 125-155. Brasil. 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905 Acesso em: 21 sep. 2023.

YIN R. K. **Estudo de Casos, Planejamento e Métodos**. 5a Ed. Editora Bookman. 2010.

CONCLUSÕES GERAIS

As estatísticas revelaram que o Brasil teve mudanças da quantidade e origem dos imigrantes, passando de europeus e asiáticos, aos oriundos da América Latina e África. Segundo dados da plataforma R4V, em meados de 2023 ao redor de 450 mil venezuelanos moravam no Brasil, se posicionando como a comunidade imigrante mais populosa. A maioria mora na Região Norte (60%) e na região Sul (19%); o estado de Rio Grande do Sul, alvo dessa dissertação, vem acolhendo mais de 15 mil venezuelanos.

O recorrido realizado até o Brasil pelos oito imigrantes venezuelanos entrevistados, demonstrou que fazem parte dos que atualmente transitam pelo fluxo Sul-Sul intrarregional; sua presença é visível, inseridos como força de trabalho no setor primário e na agroindústria do agronegócio, e, também no setor do comércio varejista. Mas, essa presença, como foi colocado ao longo dos três artigos analisados, acontece pela ação de uma quantidade fatores, estruturais e pessoais que vão se desdobrando a partir da saída da Venezuela, até a chegada e acomodação no Brasil.

Foi constatado que um conjunto de instituições formais e informais, a ação do Estado brasileiro, juntamente com os próprios migrantes e sociedade civil; vêm trabalhando na construção e manutenção de espaços assistenciais e de apoio às populações de imigrantes internacionais. Além disso, existe uma legislação favorável à entrada e permanência documentada, medidas emergências de apoio dirigido a populações específicas, com destaque na Operação Acolhida, que atende os imigrantes venezuelanos, sob amparo dos órgãos de segurança e assistência social do Estado. Então, pode-se afirmar que o Brasil se encontra entre os países pro-imigrantes e que exerce uma governança multilateral, ainda sem uma política migratória; no entanto, se evidenciou que possui os elementos necessários e o Estado está dando passos nessa direção.

Nesse cenário, o estudo das redes sociais migratórias foi a mais viável para a compreensão da experiência dos migrantes entrevistados. Ainda que as crises políticas, econômicas ou sociais, desastres ambientais e conflitos bélicos, venham influenciando a mobilidade das pessoas; se acharam evidências de que o fluxo é determinado pela força dessas redes, cujas intermediações atuam em três etapas: 1) conexão e acesso a serviços; 2) ajuda e sentimentos de tolerância; 3) defesa e participação política. Os arranjos que geram essas intermediações são fundamentais na inserção dos migrantes nos espaços sociais e no mercado de trabalho formal, além disso, é o elemento mais influente na percepção e sentimentos de esperança perante a experiência migratória.

No que tange a inserção no mercado de trabalho, peça angular da migração, dados do Obmigra de 2020, ajudou a destacar que o mercado de trabalho formal que emprega imigrantes internacionais, responde a uma hierarquização em ocupações nos setores do comércio varejista e de indústrias (entre eles os frigoríficos) com mais de 60% de todos os contratados (principalmente haitianos e venezuelanos), recebendo até dois salários-mínimos. Enquanto o setor agropecuário, teve um crescimento de quase 8 vezes na década 2011-2020, na geração de postos de trabalho. Então não surpreende como os venezuelanos entrevistados trabalharam nesses setores, nos municípios Venâncio Aires (na safra do fumo e em frigoríficos) e Júlio de Castilhos (nos laticínios, na ordenha e lavouras), no estado do Rio Grande do Sul.

As condições de trabalho às quais esses migrantes foram submetidos, demonstraram que as contratações no âmbito do agronegócio brasileiro encaixam-se na lógica capitalista de maximização dos lucros; também carimbadas de tipo *3d jobs* (*dirty, dangerous, demanding*) ou em português, trabalhos 3p (pesados, precários e perigosos): muito esforço físico, longas jornadas, contratações sazonais, baixos salários; postos de baixa qualificação, ainda que, paradoxalmente, possuem elevada escolaridade; tarefas que envolvem algum tipo de risco à saúde ou segurança, somadas a quase inexistência de ações sindicais mediadoras, e nenhum contato com órgãos de fiscalização governamental. Neste ponto, também se demonstra o impacto negativo das mudanças nas leis trabalhistas, como consequência das reformas executadas pelo Governo Federal no ano 2017, que acabaram enfraquecendo a atuação dos sindicatos na mediação de denúncias frente à Justiça do Trabalho.

Com base no que foi apresentado, as abordagens do fenômeno migratório precisam indispensavelmente, de teorizações de natureza multidisciplinar, uma contextualização multiespacial e uma análise histórica. É uma categoria de pesquisa muito rica que perpassa diversos espaços dentro da sociedade e das economias, diluindo fronteiras e tecendo laços invisíveis, flexíveis e indissolúveis. Por isso, suas análises precisam de um prisma teórico também diverso: do clássico e do contemporâneo, do qualitativo e do quantitativo, do social e do político, e assim por diante.

No Brasil, conhecido como o país do agro, se precisam aprofundar e diversificar, os estudos da inserção de imigrantes internacionais como força de trabalho no agronegócio, com recortes por setores produtivos que os recrutam, nacionalidades, ocupações, condições às quais são submetidos e as estratégias de adaptação que desenvolvem; perante o crescimento dessa população e pela influência das redes migratórias que estão se construindo, abrindo um caminho, que com certeza, vai se manter no tempo e continuar atraindo mais imigrantes.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, V.V. A necessidade de políticas públicas linguísticas para a construção da agentividade do migrante no Brasil. In: DE OLIVEIRA CABRAL, S. A. A. *et al.* **Línguas, Tecnologia, Inclusão e Ensino**: caminhos que se entrecruzam. Cajazeiras: IDEIA-Inst. 2020. Brasil. Disponível em: https://www.editoraideiacz.com.br/files/ugd/976354_e5f16d8ca170464db4d1c2f7601d979c.pdf#page=84 Acesso em: 30 de out. 2022.
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Análise conjunta multissetorial das necessidades de refugiados e migrantes da Venezuela no Brasil**. Editorial ACNUR e OIM. Brasil. 2022. Disponível em: https://www.r4v.info/sites/default/files/2022-04/AnaliseConjNec_Final.pdf Acesso em: 20 sep. 2023.
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Integração de Venezuelanos Refugiados e Migrantes no Brasil**. Escritório de Negócios Estrangeiros, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO), Banco Mundial e ACNUR. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/05/5-pages-Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil-pt.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Interiorização**: uma estratégia de apoio à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela. Editorial ACNUR e Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasil, 2023a. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/document/interiorizacao-uma-estrategia-de-apoio-integracao-socioeconomica> Acesso em: 20 sep. 2023
- ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Tendências globais: deslocamento forçado em 2022**. Seção de Estatística e Demografia Serviço Global de Dados ACNUR. Dinamarca, 2023 Disponível em: <https://www.unhcr.org/refugee-statistics> Acesso em: 19 sep. 2023.
- AMBROSINI, M. Why irregular migrants arrive and remain: the role of intermediaries. **Journal of Ethnic and Migration Studies**. UK, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369183X.2016.1260442> Acesso em: 19 sep. 2023.
- ANGELICO, G. G. As políticas públicas do município de São Paulo para refugiados e imigrantes analisadas a partir do referencial habermasiano: um novo paradigma para o Brasil? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.8. n.16, p. 135-164. jul./dez. 2019. Brasil. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9871/5746> Acesso em: 30 de oct. 2022.
- ARANGO, J. La Explicación teórica de las migraciones: Luz y sombra. **Red Internacional de Migración y Desarrollo. Migración y Desarrollo**, núm. 1, octubre, 2003. Zacatecas, México. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/660/66000102.pdf> Acesso em: 13 sep. 2023

AVALLONE, G. Migraciones y agricultura en Europa del Sur: Emergencia de un nuevo proletariado internacional. **Migraciones Internacionales**, v. 7, n. 4, p.137-169. México 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/151/15131361005.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023

AVALLONE, G. Migraciones y agriculturuma en Europa del Sur: emergencia de un nuevo proletariado internacional. **Migraciones Internacionales**, v. 7, n. 4, p.137-169. México 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/151/15131361005.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

AVALLONE, G. Migraciones y relaciones de poder en la agricultura global contemporánea: entre actualidad y ruptura de la herencia colonial. **Relaciones Internacionales**, n. 36. México. 2017. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/download/7637/9014/0> Acesso em: 20 sep. 2023.

AVALLONE, G. Trabajo y migraciones postcoloniales en la agricultura capitalista global. **Revista Theomai**. Número 38. P. 5-7. Argentina. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/124/12455418001/movil/> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAENINGER, R. *et. al.* Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista jurídica: Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v.4. Brasil, 2021. Disponível em: <http://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/89> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: PEIXOTO DO PRADO, E. & COELHO, R. **Revista Migrações e trabalho**, p. 79-86. Ministério Público do Trabalho. Brasil, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3330/333047931010.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAENINGER, R.; MESQUITA, R. B. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. **Revista Transporte y Territorio**, n. 15, p. 146-163. Argentina, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3330/333047931010.pdf> Acesso em: 20 sep. 2023.

BAKEWELL, O. *et al.* South-South Migration and Human Development Reflections on African Experiences. **International Migration Institute**. James Martin 21st Century School University of Oxford. USA. 2009. Disponível em: <https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:6a2e8658-4047-4448-93ff-8420a317a341> Acesso em: 20 sep. 2023.

BARROS, I. F. Trabalho assalariado no campo e novas formas de exploração da força de trabalho camponesa. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL 16. Anais. Brasil. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22882> Acesso em: 21 sep. 2023.

BAUMAN, Z. Migration and identities in the globalized world. **Philosophy and Social Criticism**, v. 37, n. 4, p. 425–435. UK. 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0191453710396809> Acesso em: 19 sep. 2023.

BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: *dekasseguis* brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, p. 61-85. Brasil. 2006.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/Mqw4jYrZyjFWjd8GmJ3MM5s/?lang=pt>
Acesso em: 21 sep. 2023.

BERRÍOS-RIQUELME, J. Labor market insertion of professional Venezuelan immigrants in northern Chile: precariousness and discrimination in the light of migration policy. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 29, n. 62. p.117-132. Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/7SC5NCMH8JBMpNxSY3kCgXK/> Acesso em: 21 sep. 2023.

BOURDIEU, P. 1930-2002. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme. J. F. Teixeira São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. Renato Ortíz (org.). Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. Editorial Ática. São Paulo, Brasil. 1983. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/WptqfkP8ZxVVg8rrTTdVv4J/?lang=pt&format=html> Acesso em: 15/09/2023

BRAGG, B.; HYNDMAN, J. Family matters: Navigating the intentional precarity of racialized migrant and refugee workers in Canadian meatpacking. **Canadian Ethnic Studies**, v. 54, v. 3, p. 9-31. 2022. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/78/article/882879/summary> Acesso em: 21 sep. 2023.

BRASIL, Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). **Nota Técnica 13 de junho de 2019**. Disponível em https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1564080197.57/sei_mj-8757617-estudo-de-pais-de-origem-venezuela.pdf Acesso em: 18 de jun. 2022

BRASIL. Diário Oficial da União. **Lei Nº 13.684, de 21 de junho de 2018**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13684-21-junho-2018-786881-publicacaooriginal-155890-pl.html> Acesso em: 30 de out. 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Justiça. Gabinete. **PORTARIA SENAJUS/MJSP Nº 70, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-lanca-grupo-de-trabalho-de-politica-migratoria/portaria-senajus_mjsp-no-70-de-16-de-fevereiro-de-2023-portaria-senajus_mjsp-no-70-de-16-de-fevereiro-de-2023-dou-imprensa-nacional.pdf Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. **COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**: Ano-base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf> Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei de Migração nº 13.445 de maio de 2017**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113445.htm Acesso em: 30 de out. 2022

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%AAsncias.

Acesso em: 30 de out. 2022

CARGNIN, M. Um olhar sobre as transformações no espaço rural de Júlio de Castilhos/RS. In: DE DAVID, C.; WIZNIEWSKY, R. F.; CANCELIER, J. W. (org.). **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**, n. 59. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppggeo/wp-content/uploads/sites/538/2019/05/Rio-Grande-do-Sul-estudos-de-geografia-agr%C3%A1ria.pdf#page=59> Acesso em 21 sep. 2023.

CASTLES, S. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU-Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 18, n. 35. p. 11-43. Brasil, 2010. Disponível em: <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227> Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Edição Especial. Brasil. 2015. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/cadernos.pdf> Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf Acesso em: 21 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. **Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança

Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a> Acesso em: 19 sep. 2023.

CECHINEL, A.; *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**, v. 5; n.1. Criciúma, Santa Catarina, Brasil. jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/2446> Acesso em: 19 sep. 2023.

CHAUVIN, S. & GARCÉS-MASCAREÑAS, B. Contradictions in the Moral Economy of Migrant Irregularity. In: SPENCER, S. & TRIANDAFYLLIDOU, A. **Migrants with Irregular Status in Europe: Evolving Conceptual and Policy Challenges**. Chapter 3. P. 33-49. IMISCOE Research Series. Springer Open. Switzerland. 2020. Disponível em: https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/39538/1/2020_Book_MigrantsWithIrregularStatusInE.pdf#page=44 Acesso: 20 sep. 2023

CHAUVIN, S.; GARCÉS-MASCAREÑAS, B. Becoming Less Illegal: Deservingness Frames and Undocumented Migrant Incorporation. **Sociology Compass**. v. 8, n. 4, p. 422–432. 2014. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/soc4.12145> Acesso em: 19 sep. 2023.

DAVIES, J. From severe to routine labour exploitation: the case of migrant workers in the UK food industry. **Criminology & Criminal Justice**, v. 19, n. 3, p. 294-310. 2016. Disponível: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1748895818762264> Acesso em: 21 sep. 2023

DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. **International migration Review**. n. 44, n. 1. p. 227-264. USA. 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1747-7379.2009.00804.x> Acesso em: 19 sep. 2023

DE OLIVEIRA, A. M., PINHO, E. X. A constitucionalização do direito do trabalhador rural: uma análise do registro na carteira de trabalho no cenário atual. **Revista de Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social**, v.1, n.1. Brasil. 2019. Disponível em: <https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/article/view/9> Acesso em: 19 sep. 2023.

DE QUEIROZ, S. N. D.; BAENINGER, R. Interiorização da imigração venezuelana no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 12; p. 1-8. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. ABEP. 14 Anais. Brasil. 2021 Disponível em : <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3722> Acesso em: 20 sep. 2023.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43. Brasil, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336> Acesso em: 01 out. 2023

DE WENDEN, C. W. Actual Patterns of Migration Flows: The Challenge of Migration and Asylum in Contemporary Europe. In: GRIMMEL, A.; GIANG, S.M. **Solidarity in the European Union**, Cap. 6. Springer International Publishing AG. Switzerland, 2017.

Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-57036-5_6 Acesso em: 19 sep. 2023.

DE WENDEN, C. W. Globalization and international migration governance. **IMIS Beiträge**, n. 42, p. 75-88. Disponível em: <https://sciencespo.hal.science/hal-01024687/> Acesso em: 20 sep. 2023.

DEMÉTRIO, N. B. Espaços Regionais da Agricultura Globalizada e as Novas Migrações do Agronegócio no Brasil. **Textos NEPO**, 89. Campinas, Brasil. 2020.

DOMENICONI, J. D. O. S. As migrações internacionais qualificadas para o Brasil – uma abordagem complementar entre metodologias e fontes de informação nos estudos das migrações Sul-Sul. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 12; Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). 14 Anais. p. 1-27. Brasil, 2021. Disponível em: <http://abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/view/3742> Acesso em: 19 sep. 2023.

DOS SANTOS, M. A., *et al.* Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **CEDEPLAR/FACE. UFMG**. Brasil, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf> Acesso em: 19 sep. 2023.

FALSARELLA, A. M. O lugar da pesquisa qualitativa na avaliação de políticas e programas sociais. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 20, p. 703-715. Campinas, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yVQPfPsjW8zLB3HQB3DrBhD/?lang=pt> Acesso em: 20 sep. 2023.

FAZITO, D. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP 13 Anais. Brasil, 2016 Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1094/1058> Acesso em: 20 sep. 2023

FEIX, R. D. *et al.* **Painel do Agronegócio do Rio Grande do Sul**. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Governo do estado Rio Grande do Sul. Brasil. 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/painel-agro> Acesso em: 21 sep. 2023.

FERNANDES, D. O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias. *In*: PEIXOTO DO PRADO, E.; COELHO, R. **Revista Migrações e trabalho**. Ministério Público do Trabalho, p. 17-19. Brasil, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/53147871/Migracoes_e_Trabalho_MPT.pdf#page=20 Acesso em: 20 sep. 2023.

FERREIRA DA SILVA, R.; SANT’ANA BENTO, J. Política migratória e direito ao trabalho: estudo de caso sobre a acolhida de imigrantes venezuelanos no Sul do Brasil. **Revista Colombia Internacional**, n. 106. p. 165-198. Colômbia, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-56122021000200165&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em: 20 set. 2023.

FLECK, C. F. *et al.* As Relações de Trabalho no Meio Rural: uma análise da problemática no Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão e Estudos Rurais da UFV**, v. 8, n. 1, p. 20-43. Brasil, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/8161> Acesso em: 21 sep. 2023.

FRANÇA, A. R.; BARBATO, B. S. Trajetórias em transição: a produção de significados de uma migrante venezuelana. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v.37, n. 3, p. 292-306. Colombia, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242019000300292&script=sci_arttext Acesso em: 19 sep. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/download/31031805/9482_lista_de_revisao_1%C3%83%E2%80%9Ao_bimestre_com_respostas_direito.pdf Acesso em: 01 out. 2023

GIONGO, C. R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G. M. R. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. **Psicologia & Sociedade**, v. 29. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KQf6Qh7NvnRzXF9WKMYnvJD/?lang=pt&format=html> Acesso em: 21 sep. 2023.

GNOATTO, V. O papel das redes nas trajetórias migratórias de brasileiros que emigraram ao Paraguai (1970-1980). **Outros Tempos**, v. 20, n. 35, p. 52-71. Passo Fundo, Brasil, 2023. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/1027 Acesso em: 20 sep. 2023.

HERNÁNDEZ-LEÓN, R.; HERNÁNDEZ, E. S. El reclutamiento de trabajadores temporales mexicanos para Estados Unidos: Infraestructura burocrática, industria de la migración y economía duma engaño en el programa de visas H-2. **UCLA International Institute**. USA. 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/0z98x5h4> Acesso em: 19 sep. 2023.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** v. 29, n. 63, p. 123-139. Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/5CJ6rWdFCgGWKzdYqLdQLhx/> Acesso em: 19 sep. 2023.

KAMARUDDIN, R.; ABDULLAH; N.; AYOB, M. A. Determinants of job satisfaction among Malaysian youth working in the oil palm plantation sector. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, v. 8, n. 4, p. 678-692. 2018. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JADEE-06-2017-0063/full/html> Acesso em: 21 sep. 2023.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo. *In*: ABDAL, A. *et al* (org.) **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**, p. 24-41. Serviço Social do Comércio (Sesc) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). Brasil, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202013000200003&script=sci_arttext Acesso em: 01 out. 2023

- MALLIMACI, A. I. *et al.* Dinâmicas migratorias de la poblacion venezolana en América del Sur. In: GALAZ, C., *et al.* **Movimientos migratorios Sur-Sur: fronteras, trayectorias y desigualdades**, n.1, p. 8-15. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Argentina. 2021. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/07/V3_Movimientos-migratorios-sur-sur_N1.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.
- MARIN, J. O. B.; DREBES, L. M. Migrações internacionais de jovens rurais: limites da reprodução social de agricultores familiares e construções da autonomia pessoal. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 6. Brasil. 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8735344> Acesso em: 221 sep. 2023.
- MARIN, J. O. B; DREBES, L. M.; OLIVEIRA, F. S. Migrações internacionais de mulheres rurais. **Cadernos CERU**, v. 30, n. 1, p. 168-200. Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158687> Acesso em: 21 sep. 2023.
- MARTINS, H. H. T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300. Brasil, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022004000200007&script=sci_abstract Acesso em: 29 sep. 2023.
- MCAULIFFE, M.; TRIANDAFYLLIDOU, A. **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2022**. Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Ginebra, Suíça, 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2022> Acesso: 19 sep. 2023.
- MINAYO, M. C. D. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis, Brasil, 2009.
- NEVES, D. P. Questão agrária: configurações de disputas de modelos de agricultura. In: CASTRO, E. (org.) **Pensamento crítico latino-americano**, p. 317. Brasil. 2019. Disponível em: https://www.amerindiaenlared.org/uploads/adjuntos/202104/1618006744_qY1B4Bfs.pdf#page=318 Acesso em: 02 out. 2023
- NOLAN, R.; ARBELÁEZ S. M. Intermediarios y migraciones en América Latina. **Historia Crítica**, n.80. USA, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/histcrit/947> Acessado em: 24 mar. 2023
- NOLASCO, C. Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias. **Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES)** n. 434. Coimbra, Portugal. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32548> Acesso em: 30 out. 2022.
- OLIVEIRA, M. D.; CAVALCANTI, L. *Habitus* e capitais migratórios de haitianos no Paraná. Trajetória educacional e inserção profissional em contextos de mobilidades. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, v. 31, p. 115-133. Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/ShXM9cHMnGJ3WXcwbgkdwxp/?lang=pt> Acesso em: 19 sep. 2023.
- OLIVEIRA, M., KULAITIS, F. *Habitus* imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. **Dossiê Migrações Internacionais**

Contemporâneas. 2017. Brasil. Disponível em:

https://www.academia.edu/download/54604722/Habitus_imigrante_e_Capital_de_mobilidade.pdf Acesso em: 30 de out. 2022.

PAJNIK, M. ‘Wasted precariat’: Migrant work in European societies. **Progress in Development Studies**, v. 16, n. 2, p. 159-172. 2016. Disponível:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464993415623130> Acesso em 21 sep. 2023

PEIXOTO, J. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, v. 27, n. 57, p. 141-158. Brasil. 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/P5ZMqp36bsc4Hy7nZP6Fr4s/> Acesso em: 19 sep. 2023

PETERS, G. O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. **Tempo Social**, v. 24, p. 229-262. Brasil, 2012.

PHELPS, E. D. South-south migration: why it’s bigger than we think, and why we should care. **Blog the Migrationists, a Collaborative International Migration**. 6 fev. 2014.

Disponível em: <https://themigrationist.wordpress.com/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/> Acesso em 19 sep. 2023.

PHELPS, E. D. South-south migration: why it’s bigger than we think, and why we should care. **Blog the Migrationists, a Collaborative International Migration**. 6 fev. 2014.

Disponível em: <https://themigrationist.wordpress.com/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/> Acesso em 19 sep. 2023.

PICOLOTTO, E. L. Gigante com Pés de Barro: O Trabalho Rural como Elo Frágil do Agronegócio em Tempos de Reformas Trabalhistas. **Dados**, v. 67. Brasil. 2023a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/nC6Yv3s4XjTgm3fcDYzqJnq/> Acesso em: 21 sep. 2023

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, v. 104, p. 201-238. Brasil, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/YPyP8TcKRbBWYyF6vNYJ7Br/?lang=pt> Acesso em: 21 sep. 2023.

PICOLOTTO, E. L.; LAZZARETTI, M. O sindicalismo da agricultura familiar no Sul do Brasil no cenário recente. **Ejes de Economía y Sociedad**, v. 7, n. 12, p. 40-57. Argentina, 2023. Disponível em: <https://ojs-act.uner.edu.ar/index.php/ejes/article/view/1673> Acesso em: 21 sep. 2023.

POMPEIA, C. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio.

Horizontes Antropológicos, v. 26, p. 195-224. Brasil, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ha/a/xjhwQdTB5jVzgpqjnSCfGvQ/> Acesso em: 02 out. 2023

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**.

Editora Vozes. Traduzido por: Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Brasil, 2008.

RICCI, C.; DA SILVA, J. M. C. Atualizações da lei migratória brasileira: um novo paradigma das migrações? **O Social em Questão**, ano XXI, v. 21, n.41, p. 23-44. Brasil, 2018.

SÁ-SILVA, J. R.; DE ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I. Brasil. 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/download/38143476/Analise_Documental.pdf Acesso em: 19 sep. 2023.

SAYAD, A. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Tradução de Cristina Murachco. Editora da Universidade de São Paulo. 1998.

SAYAD, A. Estado, nación e inmigración. El orden nacional ante el desafío de la inmigración. **Apuntes CECYP**, n. 13, 101-116. 2008. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/apuntescecy/article/view/4015> Acesso em: 21 sep. 2023.

SCOTT, P.; DOS SANTOS, D. A. Flexibilidade, liberdade e direitos: políticas e práticas de trabalho de mulheres migrantes no polo de fruticultura do Rio São Francisco-PE. **Revista de Antropologia Vivência**, v. 1, n. 43. Brasil, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/6801> Acesso em: 21 sep. 2023.

SILVA, M. A. D. M. Trabalho rural: as marcas da raça. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 99, p. 139-167. Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/dkGcXmPQvvXQhmtTSkYzvwvy/?format=html&lang=pt> Acesso em: 21 sep. 2023.

STEFONI, C. Panorama de la migración internacional en América del Sur. REUNIÓN REGIONAL LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE EXPERTAS Y EXPERTOS EN MIGRACIÓN INTERNACIONAL: PREPARADOR DEL PACTO MUNDIAL PARA UNA MIGRACIÓN SEGURA, ORDENADA Y REGULAR. Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. División de Publicaciones y Servicio. Chile. 2018. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43584-panorama-la-migracion-internacional-america-sur> Acesso em: 20 sep. 2023.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N.. Resiliência: em busca de um conceito. **Journal of Human Growth and Development**, v. 16, n. 3, p. 104-113, 2006.. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/19807> Acesso em: 19 sep. 2023.

TEDESCO, J. C. **Imigração no Sul do Brasil: transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico**. Passo Fundo. Acervus, Brasil, 2022

TEDESCO, J. C. **Imigração venezuelana no Brasil: fronteiras políticas e inserção social**. Passo Fundo. Acervus, Brasil, 2023

TEDESCO, J. C.; AMBROSINI, M. Brasileiros na agricultura do Norte e Nordeste da Itália: irregularidade e otimização. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 3, p. 50-73. Itália 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6547725> Acesso em: 20 sep. 2023

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). **PÉRIPILOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações**, v. 4, n. 2, p. 125-155. Brasil. 2020. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/35905 Acesso em: 21 sep. 2023.

VICHICH, N. P. Las políticas migratorias regionales y los derechos de los trabajadores: perspectivas y desafíos. *In*: PEIXOTO DO PRADO, E.; COELHO, R. **Revista Migrações e trabalho**, p. 107-126. Ministério Público do Trabalho. Brasil, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5043622> Acesso em: 20 sep. 2023.

WALDMAN, T. C. **Uma introdução às migrações internacionais no Brasil contemporâneo**. OIM, Organização Internacional das Migrações. Brasil. 2018

YIN R. K. **Estudo de Casos, Planejamento e Métodos**. 5a Ed. Editora Bookman. 2010.

ZAPATA, G. P.; FAZITO, D. Comentário: o significado da nova lei de migração 13.445/17, no contexto histórico da mobilidade humana no Brasil. **Revista UFMG**, v. 25, n. 1 e 2, p. 224-237. Minas Gerais, Brasil, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/19540> Acesso em: 20 sp. 2023.3